

HENRIQUE ANTONIO RÉ

“Mundo da desordem”, “homem cordial” e a ordem contemporânea do capital: uma análise do esquema interpretativo de Roberto Schwarz

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/02/2005

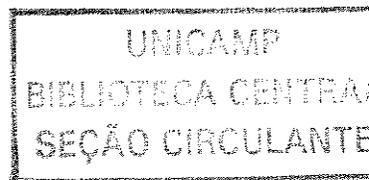
BANCA

Mou...:
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (Orientador)

Wident
Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti – Departamento de Sociologia – IFCH - Unicamp

[Signature]
Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa – Departamento de Ciência Política – IFCH - Unicamp

FEVEREIRO / 2005



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	R.22m
V	EX
TOMBO BC	63048
PROC.	16.P.00086-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	14/04/05
Nº CPD	

Bib. id. 349702

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

R22m

Ré, Henrique Antonio.

"Mundo da desordem", "Homem cordial" e a ordem contemporânea do capital : uma análise do esquema interpretativo de Roberto Schwarz. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Fernando Antonio Lourenço.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982. 2. Candido, Antonio, 1918- 3. Schwarz, Roberto, 1938- 4. Dialética. 5. Personalismo. 6. Literatura brasileira – História e crítica.
I. Lourenço, Fernando Antonio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras -chave em inglês (Keywords): Dialectic.
Personalism.
Brazilian literature – History and criticism.

Área de concentração: Sociologia.

Titulação: Mestre em sociologia.

Banca examinadora: Fernando Antonio Lourenço, Marcelo Siqueira Ridenti, Valeriano Mendes Ferreira Costa.

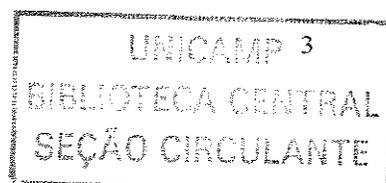
Data da defesa: 24/02/2005.

RESUMO:

Este trabalho procura discutir a interpretação do andamento histórico da sociedade brasileira, apresentada por Roberto Schwarz, a partir de duas de suas fontes: o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e alguns ensaios de Antonio Candido, com destaque para a “Dialética da malandragem”. Este procedimento permitiu compreender de que modo algumas contribuições desses dois autores foram incorporadas ou recusadas quando da construção daquela interpretação. Possibilitou ainda compreender essas divergências como contribuições ao processo de formação do pensamento social brasileiro, uma vez que foram analisadas através do debate intelectual no qual surgiram.

ABSTRACT:

The present dissertation strives to discuss the interpretation of the historical process of the Brazilian society presented by Roberto Schwarz, from two sources: the book *Raízes do Brasil*, by Sérgio Buarque de Holanda and some essays by Antonio Candido, chiefly the “Dialética da malandragem”. The procedure enabled the comprehension of how the contributions of both authors were accepted or refused when that interpretation was made. It also enabled the comprehension of the divergences as contributions to the process of formation of the Brazilian social thought, since they were analyzed through the intellectual debate from which they came up.



AGRADECIMENTOS:

Primeiramente quero deixar registrado meu agradecimento ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas pela forma democrática e estritamente acadêmica com que fui admitido entre seus quadros discentes. Agradeço também ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq – pela bolsa de estudos que me fora concedida, possibilitando-me dedicação integral à pesquisa, sem a qual este trabalho ainda não estaria concluído.

Desejo enfatizar aqui a minha gratidão para com meu orientador, Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço, que me concedera plena autonomia de pesquisa e, acima de tudo, a mais completa liberdade de reflexão. Sem favor algum, quero expressar ainda o meu entusiasmo pelo seu profissionalismo, prontidão e camaradagem.

Quero mencionar aqui o Prof. Augustin Wernet, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, que há alguns anos, numa conversa muito singela, me dissuadira da idéia de estudar diretamente os autores frankfurtianos no mestrado. Dissera-me ele: estude primeiro o seu país. Resolvi seguir o conselho.

Considerando também que essa dissertação deve muito aos meus amigos, uma vez que ela é fruto de uma formação que extrapola o âmbito acadêmico, quero lembrar a importância da amizade com o Leonardo e com o Elton, em Araras. Já em São Paulo, o convívio diário com o Chico, o Nivaldo e o Ronaldo. As nossas infundáveis conversas no CRUSP, no bandeirão, e especialmente nos bares, espaços excelentes para um bom papo e para o surgimento de questões que se transformam em dissertações e teses.

Quero lembrar ainda a importância de meu pai, que sempre me ensinou a ser persistente e, quando necessário, teimoso – sem abrir mão da ironia. E minha mãe, que numa tarde de verão, com minha irmã ao colo, levou-nos a mim e a meu irmão, à Biblioteca Municipal de Araras para que pudéssemos tomar nossos primeiros livros emprestados. Penso que naquele momento mal ela podia compreender a dimensão que este gesto assumiria em minha vida.

Por último, devo dizer que este trabalho muito deve a Zósia, que soube compreender meus instantes de “viagem” ao século XIX e minha quase clausura nos momentos finais dessa dissertação.

Para
o Wagner, a Flávia e a Zósia.

SUMÁRIO:

Introdução:	11
Capítulo I.	
<i>Nos trilhos da tradição:</i>	
a) Apresentação:	19
b) Pressupostos referentes à análise literária:	23
c) O mundo da desordem na “Dialética da malandragem”:	45
d) Fundo histórico:	51
Capítulo II.	
<i>Outras Raízes:</i>	
a) Traços constitutivos do “Homem cordial”:	65
b) “Homem cordial” e “mundo da desordem”:	87
Capítulo III.	
<i>Sobre “As idéias fora do lugar”:</i>	
a) Pressupostos sociológicos:	95
b) O equilíbrio dos contrários:	112
c) Influência frankfurtiana:	148
Capítulo IV.	
<i>“Mundo da desordem”, “Homem cordial” e o capital internacional:</i>	
a) Atraso e modernidade:	155
b) Sobre favor e volubilidade:	162
c) Malandragem e capitalismo:	167
d) Cordialidade e capitalismo:	173
e) Um caso paradoxal: “a relativa pobreza também empurra em direção esclarecida”:	178
À guisa de conclusão:	189
Bibliografia:	191

INTRODUÇÃO:

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objeto foi sendo construído no transcorrer das próprias investigações. Em seu momento inicial, nossa atenção estava voltada para a análise do processo de abolição a partir da interpretação sociológica do andamento da sociedade brasileira no século XIX, desenvolvida por Roberto Schwarz. Ou seja, desejávamos entender como a abolição da escravidão e os vários elementos envolvidos nesse processo eram explicados por aquela interpretação. Como se poderá facilmente perceber, através da leitura das páginas que se seguem, a resposta a essa pergunta não mais integra os propósitos de nosso trabalho.

Ao mesmo tempo que abandonávamos essa questão, uma outra ia se configurando, pois à medida que estudávamos os autores da tradição intelectual brasileira com os quais Schwarz dialoga, foi sendo despertado em nós o interesse por compreender o debate teórico do qual seus estudos fazem parte. Com esse propósito, nada nos pareceu mais adequado que acompanhar o desenvolvimento de suas interpretações atentando para os elementos daquela tradição intelectual que ali eram incorporados. Mas aquilo que de fato nos chamava a atenção eram as divergências de Schwarz, ou seja, as novas perspectivas interpretativas que introduzia no debate, o que lhe exigia um certo afastamento dos autores que ao mesmo tempo lhe serviam de base. Portanto, se a questão da abolição foi preterida, isso se deveu a um recuo, onde, ao invés de acatarmos a interpretação schwarziana e investigar a sua solução para uma determinada questão (no caso, a abolição), preferimos nos deter nos argumentos mobilizados pelo autor para a sua formulação e nas respostas que teve de apresentar pela recusa de aspectos importantes que integram a tradição intelectual a que pertence e que, reconhecidamente, lhe serviram como fonte teórica. Enfim, o texto que se segue é o resultado de investigações um tanto modificadas em relação àquela que fora nossa proposta inicial de pesquisa.

Explicitado esse desvio de rota, convém agora nos dedicarmos à exposição dos novos caminhos que foram seguidos, dos objetivos ali perseguidos e dos resultados porventura alcançados.

Roberto Schwarz é um autor geralmente pródigo em fornecer suas referências teóricas e bibliográficas. Seja em seus textos ou suas entrevistas, quase sempre é possível encontrar as indicações das obras e dos autores com os quais dialoga. Tal procedimento além de trazer implícito certa postura crítica perante a tradição cultural brasileira – tão ávida por novidades e igualmente rápida nos descartes –, como teremos oportunidade de constatar mais adiante, tem por mérito apresentar as fontes a partir das quais foi construindo sua argumentação, facilitando sobremaneira aos estudiosos a compreensão do percurso, por ele trilhado, entre aquelas fontes e as suas obras.

Ora, a pesquisa de duas de suas fontes será um dos principais objetivos deste trabalho. Nosso ponto de partida e de certo modo também de chegada é a interpretação histórica do século XIX brasileiro, empreendida por Schwarz quando de suas análises das obras de Machado de Assis. Ou seja, é ponto de partida pois nos fornece as fontes a partir das quais tornou-se possível nossa pesquisa; e é ponto de chegada quando possibilita que cotejemos o resultado da investigação, com a interpretação que Schwarz construíra a partir das mesmas fontes, embora numa chave interpretativa muito peculiar. Ademais, como se pode perceber, aqui reside nossa outra intenção, que é buscar estabelecer um parâmetro para a comparação de duas das principais fontes de nosso autor, com as suas próprias obras.

Mas, antes de qualquer tentativa de reconstrução, seja das fontes teóricas de Schwarz, seja de sua própria interpretação sociológica, é necessário ainda ter em conta a influência frankfurtiana que incide sobre suas obras. Conforme procuramos explorar no terceiro capítulo, Schwarz constrói sua interpretação do andamento ideológico da sociedade brasileira do século XIX (embora essa interpretação seja reivindicada pelo autor como legítima e consistente até nossos dias) tendo em consideração elementos fornecidos pelos textos de Adorno e Horkheimer, dentre estes tendo destaque a *Dialética do esclarecimento*. Salientamos que esse ponto é fundamental para a compreensão da exposição que realizamos. Ou seja, ao adotar uma postura crítica diante das promessas de emancipação humana propostas pelo capitalismo¹ e que ainda não foram ou não podem ser cumpridas

¹ Procurando evitar críticas que insistem em chamar de anacronismo a utilização da expressão *capitalismo* para o século XIX e anteriores, queremos deixar claro que sabemos que ela, conforme nos ensina Fernand Braudel, data dos princípios do século XX e que, portanto, era praticamente ignorada na época de Marx. De

pela própria lógica interna de tal sistema, Schwarz estabelece essas promessas como um padrão ou um parâmetro daquilo que nossa sociedade já poderia ser e no entanto ainda não é. Com o estabelecimento desse princípio torna-se-lhe possível montar seu “esquema” interpretativo, no qual todas as manifestações sociais e econômicas (no caso, brasileiras) devem ser lidas na perspectiva da emancipação humana, ou melhor, na constante frustração da possibilidade dessa emancipação. Ora, correndo o risco de adiantarmos um pouco a exposição, podemos dizer que é justamente da adoção desses pressupostos teóricos frankfurtianos que decorre as divergências para com as demais interpretações de que ele se utiliza e que em virtude desses mesmos pressupostos, assumidos no decorrer de sua interpretação, torna-se-lhe impossível acolher algumas manifestações sócio-culturais, trabalhadas pelos demais autores, como manifestações de um caráter positivo, uma vez que elas não se vinculariam diretamente ou não poderiam ser lidas através de uma proposta de emancipação humana tal qual a assinalada acima.

Esclarecido o modo como pretendemos ler a obra de Schwarz, fica aberto então o caminho para que possamos explicar nossas intenções naquilo que diz respeito às tais divergências, apontadas anteriormente.

O procedimento metodológico por nós adotado nessa tarefa pode ser dividido em três momentos distintos: o primeiro consiste na reconstrução de alguns referentes teóricos utilizados por Roberto Schwarz, em nosso caso, os argumentos elaborados *em Raízes do Brasil* por Sérgio Buarque de Holanda para a tipificação do “homem cordial” e os desenvolvidos por Antonio Candido, no decorrer de vários de seus textos, que, em nossa leitura, formam o arcabouço teórico presente em “Dialética da malandragem”, da qual nos interessa particularmente o “mundo da desordem” ou, nas próprias palavras do autor, “mundo sem culpa”. Nessas reconstruções procuramos fugir a tentativas de resumo das obras; apenas objetivamos mostrar, no caso de Sérgio Buarque, como foi sendo estabelecido um fio condutor, desde o início do livro, que propiciasse a construção teórica do “homem cordial”. Já no caso de “Dialética da malandragem”, desejamos expor o modo

todo modo resolvemos utilizá-la para a descrição dos fenômenos sócio-econômicos do século XIX brasileiro, pois a linguagem sociológica parece aceitá-la quase sem reservas. Ver BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*, p. 56.

pelo qual Antonio Candido foi aos poucos, através de vários de seus textos, construindo o método que lhe permitiu a análise das *Memórias de um sargento de milícias*, dela extraindo o “ritmo geral da sociedade” brasileira do período joanino, exemplificando assim o modo de proceder dos homens livres e pobres, através da expressão “dialética da ordem e da desordem”.

O segundo momento de nossa dissertação pode ser considerado como aquele em que procedemos à exposição da formulação teórica de Schwarz. Mas, para isso, antes tivemos que fazer algumas recapitulações. Tal fato se deveu a uma tentativa nossa de mantermo-nos o mais fiel possível às próprias indicações e formulações de nosso autor. Acrescente-se ainda que ficaria muito difícil uma análise de textos como *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo* sem nos referirmos à “Escola sociológica” à qual Schwarz pertence. Foi por esse motivo que procuramos reconstruir os principais argumentos de Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e Maria Sylvia de Carvalho Franco que dissessem diretamente respeito ao assunto que ali tratávamos. Desejávamos ainda, com a exposição desses argumentos, montar um panorama do estágio em que se encontrava naquele momento as investigações e as descobertas sociológicas com as quais Schwarz teria de lidar. Como se verá mais adiante, a montagem do seu “esqueminha” é devedora reconhecida das obras desses autores. Isto posto, partimos então para a interpretação de “As idéias fora do lugar” e “A matriz prática”, capítulos fundamentais na estrutura das duas obras acima mencionadas. Procuramos em nossa exposição, sempre que possível, associar a leitura que fazíamos desses capítulos a diversos outros textos do próprio Schwarz. Saliente-se ainda que de fundamental importância nos foi a síntese histórica realizada por Paulo E. Arantes a respeito das trajetórias investigativas de Antonio Candido e Roberto Schwarz na associação da redução da forma literária ao processo social e da correspondente ligação dialética entre ambos.

Tendo sido dado vários passos para a consecução daquilo que chamamos os dois primeiros momentos de nossa dissertação, e tendo despontado nesse percurso aquilo que nomeamos de divergências entre Schwarz e suas fontes, partimos então para a compreensão mais detida dos motivos teóricos de tais divergências. Esse se constitui portanto o nosso terceiro momento, que consiste em opor os resultados obtidos nos dois primeiros capítulos,

ou seja, na reconstrução da argumentação de Sérgio Buarque de Holanda e de Antonio Candido, aos do terceiro capítulo, quando analisamos os textos do próprio Roberto Schwarz.

Todavia, é necessário deixar claro que tais procedimentos acarretaram por vezes certos desconfortos, tais como a excessiva demora tanto na reconstituição dos argumentos de *Raízes do Brasil* quanto nos presentes em variados textos de Antonio Candido. Pelo mesmo motivo igualmente se explica a necessidade de se tratar de assuntos aparentemente sem relação com os que constituem o fio condutor de nosso trabalho, embora sejam indispensáveis para a reconstituição do percurso visado nos demais autores.

Há outros problemas. E um que não é dos menores decorreu do fato de não incorporarmos ao nosso trabalho autores críticos à interpretação sociológica de Roberto Schwarz. Porém, assim preferimos fazê-lo, pois nossa proposta inicial de investigação sempre procurou estar mais atrelada a uma leitura imanente de seus textos, embora nunca deixasse de contemplar seus pressupostos teóricos e suas referências bibliográficas para, com essas sim, estabelecer as devidas comparações e cotejamentos.

Tratando especificamente da disposição dos capítulos e dos assuntos neles versados, preferimos expô-los do seguinte modo:

O primeiro capítulo, intitulado “Nos trilhos da tradição”, iniciamos com uma breve exposição da problemática sobre a análise sociológica da obra literária no Brasil, que resente demais da insuficiência das interpretações históricas sobre a sociedade brasileira; em seguida procuramos recuperar como essa problemática, que obviamente já estava presente nos ensaios de Antonio Candido, foi encaminhada. Assim sendo, segue-se a reconstituição dos argumentos e soluções que este crítico literário foi formulando ao longo de mais de uma década a essa questão. Por fim, nos detemos no texto “Dialética da malandragem” com o intuito de circunscrever o modo pelo qual Candido interpreta a constituição de uma certa sociabilidade brasileira no início do século XIX, sociabilidade esta extraída através da análise da obra *Memórias de um sargento de milícias*;

Já no segundo capítulo, cujo título é “Outras raízes”, primeiramente tratamos de chamar a atenção para a nossa dívida com Antonio Candido a respeito da interpretação de

Raízes do Brasil; a seguir, com o roteiro que este crítico traçara no Prefácio que escrevera ao livro de Sérgio Buarque de Holanda em meados da década de 60, é que procedemos àquilo que nomeamos acima de reconstituição dos argumentos mais relevantes para a tipificação do “homem cordial”. Nosso interesse pelo “homem cordial” de Buarque tem a ver com o modo pelo qual ele é construído, pela valorização dos aspectos sociais e culturais da formação brasileira, que parecem não adequar-se completamente à lógica capitalista que coordena os modos de vida da sociedade liberal burguesa, o que em última instância chega a sugerir uma certa inadaptabilidade do brasileiro – que Sérgio Buarque não vê como desfavorável, e esse é o ponto que nos interessa – ao processo de constituição dos valores daquele sistema. Por último, procuramos traçar uma comparação entre o “homem cordial” e os homens livres pobres, destacados por Candido em “Dialética da malandragem”, enfatizando a semelhança que ambas as caracterizações guardam entre si naquilo que diz respeito à pouca aderência por parte dos brasileiros às formas de vida racionalizadas;

O terceiro capítulo, intitulado “Sobre ‘As idéias fora do lugar’”, traz uma reconstituição, embora um tanto longa, da problemática sociológica na qual se inscreve a análise ou se se preferir o esquema interpretativo que Roberto Schwarz constrói para dar conta do ambiente sociológico brasileiro no século XIX, com a finalidade de utilizá-lo nas suas análises lítero-sociológicas da obra de Machado de Assis. Feito isso, tratamos então de analisar dois textos de Schwarz: “As idéias fora do lugar” e “A matriz prática”. O primeiro é o capítulo inicial de *Ao vencedor as batatas* e o segundo o capítulo terceiro da primeira parte de *Um mestre na periferia do capitalismo*. Como se sabe são capítulos que não tratam propriamente de literatura, mas de sociologia e história. Neles, procuramos examinar o modo pelo qual Schwarz analisa aquilo que chama de “convivência dos contrários”, ou seja, das idéias liberais e as formas de dominação ainda coloniais, presentes na sociedade brasileira do XIX, tendo como parâmetro as interpretações do modo de funcionamento do sistema capitalista, presentes em *Dialética do esclarecimento*;

No quarto capítulo, intitulado “‘Mundo da desordem’, ‘Homem cordial’ e o capital internacional”, procuramos inicialmente discutir as diferenças existentes entre o modo como Schwarz extrai o andamento ideológico da sociedade brasileira no texto “As idéias fora do lugar” e em “A matriz prática”. Em seguida contrastamos as análises realizadas no

primeiro e segundo capítulos das obras de Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda com a análise do terceiro, que versa sobre os textos de Roberto Schwarz. Isto é, o que se procurou contrastar foram as formas de se entender algumas manifestações sociais brasileiras, ou melhor, aquelas mesmas analisadas pelos autores, a saber, o “mundo da desordem”, destacado por Antonio Candido e as características do “homem cordial”, elencadas por Sérgio Buarque. Nesse ponto, aquilo que conduziu nossa investigação foi a não aceitação dos pontos positivos, se assim podemos dizer, por parte de Roberto Schwarz dessas manifestações. Por último, procurando fundamentar melhor nossa leitura, trabalhamos com o paradoxo a que fica submetida a sociedade brasileira, apontado pelo próprio Schwarz quando da análise do livro *Minha vida de menina*, de Helena Morley. Através desse paradoxo, que em linhas gerais pode ser entendido como um avanço social e humano graças ao retrocesso econômico, nosso autor procurou mostrar de que modo não se pode proceder à apreciação da sociabilidade brasileira sem considerar o andamento histórico a que ela responde. A partir dessa observação foi que estruturamos a argumentação que coordenou esse último capítulo de nossa dissertação.

CAPÍTULO I.

NOS TRILHOS DA TRADIÇÃO

a) Apresentação:

O conjunto da obra de Roberto Schwarz transmite a idéia de uma continuidade e organicidade incomuns, poderíamos inclusive dizer que estas não são características facilmente encontradas no pensamento social brasileiro. Desde o seu primeiro livro de crítica, *A sereia e o desconfiado*, passando por seus textos de cunho político mais explícito, até seus ensaios mais recentes sobre Machado de Assis e Helena Morley, sua obra parece ter sido toda concebida de uma única vez, tal é a correspondência teórico-metodológica que ela encerra. Mas, sem qualquer intenção de menosprezo pelos demais assuntos com os quais se preocupa, podemos dizer que foi através da interpretação dos textos machadianos que ela se configurou e tomou corpo.

Suas análises literárias e sociológicas das obras de Machado de Assis são conhecidas e reconhecidas por praticamente todos aqueles que, de algum modo, lidam com a literatura brasileira e com o grande escritor fluminense. Tornou-se quase impossível, hoje, estudar Machado de Assis e a relação de suas obras com a sociedade brasileira oitocentista, sem estudar suas interpretações. A leitura de *Ao vencedor as batatas*, *Um mestre na periferia do capitalismo*, *Dois meninas*, entre outros tantos ensaios de menor extensão, mas compostos com a mesma coerência, rigor e acuidade nos fornecem, juntamente com a análise literária, uma interpretação do meio social no qual as obras analisadas foram concebidas. Certo também é que essas análises geraram e ainda geram muitos debates e discussões, o que concorre para o reconhecimento de sua atualidade, qualidade e importância. Ademais, os trabalhos de Roberto Schwarz não são apenas conhecidos e estudados por interessados em literatura e crítica literária; a eles também se dedicam aqueles cujo objeto de estudo se volta para a sociologia e a história brasileiras.

É que nosso crítico, como pretendemos demonstrar a seguir, filia-se a uma corrente intelectual que prescreve buscar na forma estética da obra literária uma redução estrutural

da sociedade, o que, conseqüentemente, o obriga a lançar mão de procedimentos que fogem um pouco ao campo dos estudos propriamente literários. Foi assim que, antes de empreender a análise literária das obras machadianas, Schwarz teve primeiro de construir uma interpretação da sociedade brasileira do século XIX (essa primazia se deveu, entretanto, ao método analítico empregado e à precariedade da historiografia brasileira). Em outras palavras, teve de conceber um “esqueminha”² histórico, que refletisse o “nexo efetivo da vida ideológica” brasileira, através do qual pudesse estabelecer as devidas conexões e comparações com a obra literária a ser analisada. Chamamos aqui a atenção para o movimento dialético exigido por tal processo. A reconstrução de uma redução estrutural de uma forma social deve ser obtida mediante a análise de uma forma estética, expressada numa determinada obra literária. Contudo, a mesma reconstrução histórico-social, obtida através da obra literária, por sua vez, deve ser utilizada como substrato histórico para interpretação dessa mesma obra. Nosso interesse, neste trabalho, é preciso explicitar desde o princípio, não estará centrado na análise literária, empreendida por Schwarz; ela somente nos interessará na medida em que puder nos oferecer elementos que contribuam para a compreensão do processo social do qual a obra literária é parte integrante e, por assim dizer, capaz de iluminar aspectos históricos que escaparam aos historiadores e sociólogos. Noutras palavras, o que será um dos objetos diretos de nosso trabalho é a interpretação histórico-social do século XIX brasileiro, formulada por Roberto Schwarz.

Portanto, a parte de sua obra que mais nos interessa é aquela que, de certo modo, precede a sua análise literária, ao menos quanto à exposição, já que nosso autor primeiro foi obrigado a construí-la para, em seguida, apontar o modo pelo qual fora empreendida a sua transposição para a forma estética do narrador machadiano, mais especificamente, o narrador volúvel das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Nesse sentido, um texto se destaca no conjunto da obra de Roberto Schwarz: “As idéias fora do lugar”³ – capítulo

² O emprego da expressão “esqueminha”, que aparece várias vezes neste trabalho, não guarda de modo algum qualquer intenção depreciativa. Ela é tomada de empréstimo, aliás, ao próprio Roberto Schwarz. Ver a propósito “Machado de Assis: um debate”. *Novos Estudos Cebrap*, 29, p. 82.

³ A primeira edição desse texto surgiu em versão francesa sob o título de “Dépendance nationale, déplacement d’idéologies, littérature – Sur la culture brésilienne au XIXème siècle”. *L’Homme et la société*. Revue

inicial de *Ao vencedor as batatas*. Outro de fundamental importância para nosso propósito é “A matriz prática”, capítulo terceiro da primeira parte de *Um mestre na periferia do capitalismo*.

Isto, entretanto, não significa que devamos nos circunscrever somente a eles, uma vez que em praticamente todos os ensaios de Schwarz, a respeito de crítica literária ou sociológica, encontramos a constante preocupação de sempre se estabelecer um referencial histórico (aliando as peculiaridades da sociedade brasileira aos movimentos internacionais do capital), a partir do qual se possa empreender qualquer análise. A determinação disto que chamamos de referencial histórico desempenha um papel de alcance muito amplo em sua argumentação, já que, pela peculiaridade da formação nacional brasileira (ainda incompleta?), ele não somente é necessário de um ponto de vista metodológico, mas indispensável enquanto pressuposto a partir do qual podem ser definidas e explicitadas as enormes diferenças sociais, econômicas e culturais de um país, outrora colônia, em relação aos seus modelos europeus. Serve, outrossim, para desvendar as posições político-econômicas assumidas pela classe⁴ dominante brasileira, que, por trás da aparente intenção de lançar o país no quadro das nações mais avançadas do globo, tomava decisões estritamente voltadas ao seu interesse particular, mesmo quando estas estivessem em flagrante desacordo com os parâmetros da civilização liberal e burguesa.

Nessa mesma direção é que se pode considerar a formação e a cristalização do pensamento brasileiro como integradas ao conjunto de elementos que compõem as peculiaridades históricas do país, ou seja, a tradição intelectual brasileira não se constituiu à revelia e apesar desse processo. Ela é parte integrante e, de certo modo, expressa os mesmos impasses de nossa malformação nacional. Deste modo, se quisermos compreender adequadamente a construção do referente histórico elaborado por Roberto Schwarz é necessário lidar com alguns aspectos da tradição intelectual brasileira, primeiramente com o

internationale de recherches et de synthèses sociologiques. Paris. n. 26, 1972, p. 99-110. A primeira edição brasileira, já com o nome de “As idéias fora do lugar”, ocorreu em *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 3, 1973, p. 149-161.

⁴ Schwarz não é muito preciso sobre a caracterização dos homens livres pobres ou da elite brasileira, ora trata-os por classe, ora por camada social.

intuito de apreender os argumentos mobilizados por nosso autor na construção de suas interpretações; em segundo lugar, para situar as inovações ou descobertas operadas por Schwarz nessa mesma tradição, com o objetivo de que desponte não somente suas contribuições, mas o percurso através do qual chegou a elas; e, por último, as divergências que porventura resultem de suas análises.

Ora, salientamos que esses são três dos nossos principais objetivos e pretendemos efetivá-los em momentos distintos nessa dissertação. Assim sendo, o primeiro será realizado através da reconstituição dos argumentos mobilizados por Antonio Candido, ao longo de vários de seus ensaios, para a montagem do arcabouço teórico presente em “Dialética da malandragem” – texto que constitui, sem dúvida alguma, uma das maiores referências de Schwarz, tanto no que diz respeito à análise literária propriamente dita, quanto à interpretação sociológica que o referido ensaio fornece sobre o modo de vida dos homens livres pobres do período joanino.

Continuando essa primeira etapa, passamos a abordar *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. A escolha desse livro visa a atender dois de nossos propósitos. Como se sabe, o próprio Schwarz indica em “As idéias fora do lugar” que ele fora uma de suas fontes, apesar de não compartilhar de todas as suas perspectivas⁵, o que, reconhecemos, muito nos instigou a adotá-lo devido a esse duplo caráter, isto é, de ao mesmo tempo podermos inseri-lo na tradição à qual nosso autor se filia e, por outro lado, utilizá-lo como uma espécie de contraponto aos seus argumentos.

O segundo momento de nossa dissertação se deterá na análise dos textos de Roberto Schwarz, mais propriamente “As idéias fora do lugar”, capítulo de *Ao vencedor as batatas* e “A matriz prática”, capítulo de *Um mestre na periferia do capitalismo*, procurando identificar os aspectos da tradição intelectual que ali são retomados, aqueles que são refutados, assim como as inovações que eles nos proporcionam.

Realizados esses dois primeiros passos, pretendemos a seguir contrapor essas inovações interpretativas, apresentadas por ele, às interpretações destacadas nas obras de Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda.

⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 27, nota 11.

Portanto, cabe agora sondar mais detidamente quais os aspectos da tradição intelectual brasileira são englobados por Roberto Schwarz em suas obras. Seja dito de antemão, primeiramente nos deteremos nas fontes mais ligadas à literatura e teoria literária⁶; em seguida, trataremos das obras, por assim dizer, históricas e sociológicas. Tal divisão não é utilizada somente como meio de facilitar a nossa exposição, mas como uma certa fidelidade à própria forma como Schwarz nos relata que foi construindo o seu “esqueminha”⁷.

b) Pressupostos referentes à análise literária:

Em 1970 Antonio Candido publicou “Dialética da malandragem”, ensaio no qual analisava as *Memórias de um sargento de milícias*, romance de Manuel Antônio de Almeida, editado em 1852. A partir de então esse texto tornou-se um marco distintivo na crítica literária brasileira. Primeiramente, porque os resultados da descoberta da associação entre forma literária e processo social permitiram a superação das concepções mecânicas da análise materialista vulgar, que até ali se limitara a destacar os aspectos sociais presentes na obra literária, considerando-os como causa e sem os quais a obra não teria méritos; da mesma maneira forneceu uma resposta adequada à corrente teórica estruturalista, muito em voga naquele momento, cuja concepção insistia que os condicionamentos sociais são inoperantes à compreensão das operações formais da obra, não resultando, portanto, em ganhos de conhecimento, pois a matéria de uma obra seria secundária diante de sua forma. Em segundo lugar porque a descoberta da relação existente entre a forma compositiva da obra e o meio social acabou também por revelar aspectos da realidade histórico-social brasileira ainda praticamente desconhecidos da historiografia, ou melhor, até então esses

⁶ Apesar deste trabalho, como ficou dito acima, ter como interesse principal os aspectos sociológicos e históricos da obra de Roberto Schwarz, torna-se imprescindível para uma adequada compreensão desses aspectos a abordagem de alguns pontos referentes à crítica literária, mesmo porque aquilo que estamos estudando são possibilidades de leitura da sociedade fornecidas pela obra literária. Além do mais, o que nos interessa na crítica literária é o procedimento metodológico utilizado para a identificação das situações históricas e sociológicas apresentadas pela literatura.

⁷ Ver SCHWARZ, Roberto. “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, p. 82-3.

aspectos não haviam sido devidamente interpretados nem avaliada sua importância na constituição da sociedade brasileira.

Nesse sentido, “Dialética da malandragem” despertou-nos enorme interesse, pois, conforme pretendemos demonstrar, esse ensaio se configura como uma espécie de abóbada na arquitetura que permeia a construção metodológica daquilo que ousamos chamar de primeiro ciclo da obra de Antonio Candido. Exatamente por sua posição privilegiada de fecho de uma série de outros textos teóricos, que o crítico viera construindo ao longo de mais de duas décadas, e pela bem sucedida realização da tarefa a que se propôs, ela acabou assumindo um lugar de destaque no cenário cultural brasileiro.

Como se sabe, o ensaio sobre as *Memórias de um sargento de milícias* foi de fundamental importância para Roberto Schwarz quando de suas análises literárias do narrador machadiano. Serviu-lhe ainda de interlocutor na exposição dos desdobramentos sociais angariados em tal análise. Dessa forma, estudar a “Dialética da malandragem” constitui um bom caminho para a compreensão dos elementos teóricos presentes na argumentação schwarziana, tanto daqueles que dizem respeito à crítica literária quanto aos que se referem à interpretação social brasileira.

Além disso, como já dissemos, o ensaio de Antonio Candido traz a exposição de um fenômeno social, que era o modo de vida dos homens livres e pobres brasileiros no início do século XIX⁸. A identificação desse fenômeno é sucedida por uma extrapolação, na qual

⁸ Não podemos deixar de assinalar que as precárias condições de vida dos homens livres pobres e o seu quase completo alheamento da vida pública brasileira já haviam sido referidos por autores do século XIX, Joaquim Nabuco dentre eles. Posteriormente, embora numa outra perspectiva, Oliveira Viana também se dedicara ao problema, como, por exemplo, em *Populações meridionais do Brasil*, onde sustenta que a população de “desocupados” chegava, em 1822, a mais de 50% da massa total da população em várias províncias brasileiras. Ver a respeito, o Capítulo X, p. 226 e segs., da referida obra. Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*, citando os números apresentados por Couty, igualmente considera que a população “deste elemento indefinido socialmente” representa nada menos que a metade da população, p. 289. Todavia, esses autores, apesar de explicitarem que essa camada da população formara-se em decorrência da exclusão a que o sistema escravista lhe impunha, não entenderam a situação dos homens livres pobres senão enquanto uma espécie de “resto”, aquilo que o sistema econômico-social impedia que fosse incorporado. Foi Antonio Candido quem primeiro destacou a dialética presente no modo de vida desses homens e sustentou que essa classe era a portadora de certas características que passariam a determinar o “ritmo geral da sociedade” brasileira. É preciso lembrar ainda que o próprio Antonio Candido, em sua tese de Doutorado em Sociologia,

o autor procura generalizar esse modo de vida para toda a sociedade brasileira, facultando-lhe assim a possibilidade de comparação com outras sociedades. Acontece que – de antemão podemos dizer – os resultados de tal procedimento não encontram ressonância nos escritos de Schwarz; pelo contrário, suas posições são divergentes a esse respeito. Ora, é essa divergência que nos anima a compreender a maneira pela qual os elementos teóricos da análise literária de “Dialética da malandragem” foram assumidos e incorporados por Schwarz; é também o que nos instiga a procurar entender o porquê de sua discordância com Candido, a respeito dos elementos sociais positivos, que, segundo este último, podem ser apreendidos do “ritmo geral da sociedade” brasileira e que constituiriam, por assim dizer, uma vantagem futura numa possível sociedade mais aberta.

Nesse sentido, começemos então por destacar uma série de elementos teóricos, desenvolvidos por Antonio Candido ao longo de vários ensaios e que foram mobilizados em “Dialética da malandragem” para a análise das *Memórias de um sargento de milícias*.⁹

Diante da vastíssima produção de Antonio Candido, fomos obrigados a selecionar textos que consideramos fundamentais ao nosso propósito, dentre os quais destacamos o ensaio “A literatura e a vida social”, alguns excertos de a *Formação da literatura brasileira* e os demais ensaios “Literatura de dois gumes”, “O significado de ‘Raízes do Brasil’”, “Crítica e sociologia” e “Dialética da malandragem”¹⁰. Entre a edição do primeiro e do

Os parceiros do Rio Bonito, defendida em 1954, de certo modo já tratava dessa questão ao estudar o modo de vida do caipira paulista.

⁹ Respeitando o recorte metodológico de que nos utilizamos nesse trabalho, não abordaremos as influências de Lukács sobre os trabalhos de Antonio Candido ou mesmo sobre os de Roberto Schwarz. Ambos os autores deixaram explícito em vários momentos essa filiação. Entretanto, como a base deste trabalho depende diretamente da relação entre forma literária e processo social, uma vez que foi dela que se configurou as interpretações sociológicas que nos interessam, é necessário deixar claro que ao nos referirmos aos elementos teóricos desenvolvidos por Antonio Candido quando de suas análises literárias, não pretendemos com isso dizer que eles foram descobertos por esse crítico literário. Lukács já vinha trabalhando com a relação existente entre os aspectos sociais e a forma da obra literária desde as primeiras décadas do século XX. Ver a respeito *A teoria do romance*, especialmente os tópicos “O problema da filosofia histórica das formas” e “A forma interna do romance”; ver também *Le roman historique*, especialmente o capítulo I, “La forme classique du roman historique”.

¹⁰ O ensaio “A literatura e a vida social” surgiu em 1957, sendo posteriormente incorporado ao livro *Literatura e sociedade*, cuja primeira edição é de 1965 e dedicado ao casal Maria Amélia e Sérgio Buarque de

último texto correm aproximadamente treze anos e pode-se dizer que, a despeito de serem composições muito distintas (inclusive nas pretensões e objetivos), todas demonstram uma constante preocupação com a contextualização das obras estudadas; com as relações que estas mantêm com o ambiente no qual foram engendradas e, em contrapartida, também ajudaram a engendrar; os textos respeitam e valorizam ainda uma espécie de interação entre a obra analisada, seu autor, seu público e as condições tanto literárias quanto sociais da época em que tais obras foram produzidas; por fim, refletem uma preocupação com o movimento literário e histórico no qual a obra se insere, isto é, não a considera como fenômeno estético isolado, fechado em si, mas como mais um componente de um processo que congrega todas as forças atuantes na sociedade.

Do ensaio “A literatura e a vida social”, de 1957, não se pode dizer que faça parte dos pródromos da carreira de crítico literário de Antonio Candido. (O início de sua obra se remete aos primeiros anos da década de 1940, sendo que em 1945 obtém o título de Livre Docente da Cadeira de Literatura Brasileira da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com a tese *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*)¹¹. Naquele ensaio de 1957 já estão traçadas algumas das suas principais linhas

Holanda (por enquanto, fique apenas sugerida aqui a influência dos textos do primeiramente crítico literário e depois historiador, na obra de Candido); *Formação da literatura brasileira* é de 1959, embora o início do projeto se remeta a 1945, conforme se lê no Prefácio da 1ª edição; “Literatura de dois gumes” surgiu primeiramente em versão inglesa de 1966 e em Língua Portuguesa em 1969, sendo posteriormente incorporado ao livro *A educação pela noite & outros ensaios*; já “O significado de Raízes do Brasil”, foi escrito em 1967, como Prefácio ao livro de Sérgio Buarque de Holanda; “Crítica e sociologia: (*Tentativa de esclarecimento*)” foi escrito em 1961 e também faz parte do livro *Literatura e sociedade*; e, por último, “Dialética da malandragem”, lançado em 1970, hoje integra o livro *O discurso e a cidade*. A escolha desses textos de certo modo pode ser considerada arbitrária, muito mais por possíveis ausências que por suas inclusões, entretanto, é necessário lembrar os limites e objetivos desse trabalho. Pensamos, de todo modo, que os textos de Antonio Candido aqui destacados ilustram perfeitamente a linha de raciocínio que estamos procurando desenvolver.

¹¹ A respeito das obras de Antonio Candido, ver o trabalho realizado por Vinicius Dantas no sentido de catalogar a sua produção e reeditar alguns textos quase desconhecidos da maior parte do público, originalmente publicados em jornais ou volantes de circulação bem restrita, em DANTAS, Vinicius. *Bibliografia de Antonio Candido*. Outro trabalho interessante, que estuda os primeiros textos de Antonio Candido é o livro de Heloisa Pontes, *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*, no qual procura reconstituir o ambiente social e cultural em que gravitavam os integrantes da revista *Clima*, que

teóricas, através das quais Candido desenvolverá a seguir a maior parte de seus estudos literários. Como se pode perceber pelo título, o texto trata da relação estabelecida entre a literatura (aqui entendida não tanto como sistema, mas enquanto uma determinada obra) e o ambiente social no qual ela foi engendrada, relação justamente que autoriza e até sugere a utilização da sociologia para a compreensão de alguns aspectos da obra literária, lembrando, entretanto, que, segundo Candido, o fenômeno literário ou artístico não pode ser totalmente explicado por essa via, sem que se incorra em sérias reduções, impeditivas à adequada compreensão da obra. Assim sendo, a sociologia deve contribuir tão somente de modo auxiliar para a compreensão da literatura, limitando-se aos elementos de sua competência¹². Ou seja, a sociologia não pode se apresentar como o principal mecanismo de análise da obra de arte (em nosso caso, da obra literária); ela deve ser considerada tão somente como mais um instrumento, passível de ser mobilizado, em conjunto com vários outros, para uma melhor compreensão do texto.

E, a seguir, Candido esclarece qual deve ser essa contribuição sociológica quando dialeticamente lança como questões as seguintes perguntas: “qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte?”, acrescentando que essa questão “deve ser imediatamente completada por outra: qual a influência exercida pela obra de arte sobre o meio?”¹³. Através dessas duas perguntas se esclarecem um pouco mais as posições de Candido a respeito dos limites a que se devem circunscrever as análises sociológicas da obra de arte, no nosso caso a literatura. Isto é, sociologicamente os elementos que concorreram para a realização da obra não podem estar separados dos elementos de sua repercussão social, uma vez que somente quando “repercute e atua” a obra está acabada enquanto um “sistema simbólico de comunicação inter-humana”. Ora, estudar todos os elementos presentes nesse processo torna-se quase impossível devido à sua variedade e quantidade. Mas, segundo Candido, “os decisivos se ligam à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de

pode ser considerada como o primeiro resultado expressivo, nessa área, da criação da Universidade de São Paulo.

¹² Cf. CANDIDO, Antonio. “A literatura e a vida social”. In *Literatura e sociedade*, p. 18

¹³ CANDIDO, Antonio. “A literatura e a vida social”. In *Literatura e sociedade*, p. 18

comunicação”¹⁴. Um outro ponto muito significativo que este ensaio nos proporciona é a sugestão de associação do processo social ao conteúdo e à forma da obra, segundo a qual “os valores e ideologias contribuem principalmente para o *conteúdo*, enquanto as modalidades de comunicação influem mais na *forma*”¹⁵.

Aqui é necessário fazermos um breve parêntese. Pois a formulação acima, presente no texto de 1957, sugerindo a existência de uma associação entre conteúdo literário, por um lado, e valores e ideologias, de outro; assim como a associação entre forma literária e modalidades de comunicação, sofrerá uma inversão nos ensaios posteriores, como teremos oportunidade de observar logo mais à frente quando tratarmos do ensaio “Dialética da malandragem”. Provavelmente, no momento em que formulava “A literatura e a vida social”, Antonio Candido ainda não divisara profundamente os impasses a que a literatura brasileira está submetida e aos quais fica obrigada a fornecer respostas por assim dizer não convencionais, em relação aos seus modelos europeus. Sumariamente, podemos assinalar que esta inversão também estará presente no procedimento literário identificado por Roberto Schwarz ao analisar as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, onde os valores e ideologias – para usar a própria terminologia de Candido – estariam expressos na forma e não no conteúdo da obra.

Voltando aos textos de Antonio Candido, não é demais supor que, sendo “A literatura e a vida social” um texto escrito em 1957, já contivesse em si boa parte das teorias e formularizações que norteariam tanto o desenvolvimento quanto a exposição das teses presentes em *Formação da literatura brasileira*, que é de 1959. Aliás, pode-se mesmo dizer que ambos surgiram concomitantemente, uma vez que no Prefácio à 1ª edição de *Formação...*, o autor esclarece que o livro foi redigido entre 1945 e 1951 e revisado entre 1955 e 1957¹⁶.

Quando passamos para a obra de 1959, encontramos o próprio Antonio Candido afirmando que a sua intenção principal fora expor o trajeto percorrido pelos brasileiros em

¹⁴ CANDIDO, Antonio. “A literatura e a vida social”. In *Literatura e sociedade*, p. 20.

¹⁵ CANDIDO, Antonio. “A literatura e a vida social”. In *Literatura e sociedade*, p. 27.

¹⁶ Cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.1, p. 10.

busca do desejo de possuir uma literatura nacional¹⁷. Será, portanto, a partir desse mote que Candido traçará uma certa linearidade que pode ser constatada numa seqüência de autores e obras, cujas origens remontam ao Arcadismo – na segunda metade do século XVIII – e avança solidariamente com o Romantismo pelo século XIX¹⁸. Somente quando começou a existir uma correspondência entre as distintas gerações de autores; quando algumas obras passaram a interferir e a servir de modelo às seguintes; e quando se formou um público, ainda que restrito, foi que se tornou possível estabelecer um vínculo de unidade e “tradição”, mesmo que modestas, em nossa literatura. Note-se que, embora o Brasil tenha conhecido já no século XVII escritores de vulto incontestável, tais exemplos literários não teriam influenciado decisivamente as gerações seguintes; suas obras não constituíram uma seqüência na qual se pudesse identificar alguma influência entre os artistas posteriores ou até mesmo uma espécie de diálogo, ou herança que lhes tivesse sido legada. Ora, a adoção de tal método interpretativo, é o próprio autor quem reconhece, exige a combinação da análise estética com a histórica, embora também reconheça “que a obra é uma entidade autônoma no que tem de especificamente seu”¹⁹.

A concepção e a execução de *Formação da literatura brasileira* dependem, portanto, diretamente dessa combinação, pois se Candido limitasse seu empreendimento a apenas uma das partes, não teria levado seu projeto adiante, já que não seria possível tratar a literatura brasileira como um sistema inscrito num determinado tempo e espaço. A grande novidade a que se deve boa parte dos méritos do livro refere-se justamente à união entre

¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v. 1, p. 26.

¹⁸ “A continuidade do movimento foi uma tese dos próprios românticos, que viam alguns árcades como predecessores, em especial os que haviam cantado o índio. Nesse sentido, trata-se de um processo com unidade real, inclusive do ponto de vista da autocompreensão de seus membros, que tinham em comum alguma coisa da atitude empenhada e construtiva da Ilustração”. Cf. SCHWARZ, Roberto. “Os sete fôlegos de um livro”. In *Seqüências brasileiras*, p. 50.

¹⁹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v. 1, p. 16. Por isso o papel da sociologia na interpretação da obra tem de ser específico, atendo-se aos elementos que concorreram para a realização da obra, mas sem esquecer o papel desempenhado pelo artista, que absorve aqueles elementos, os transforma e só a partir daí os devolve à realidade. Sobre esse ponto ver o ensaio “A literatura e a vida social”, p. 18, em *Literatura e sociedade*.

análise literária e andamento histórico. Aliás, não é difícil perceber que a própria noção de *formação* não pode ser estática, compartimentada e isolada; ela, para funcionar, requer necessariamente a percepção e a consideração do movimento, das mudanças, e, outrossim, dos instantes de rotina e de solidificação – note-se que esses aspectos não dizem respeito somente à literatura, mas ao próprio movimento da sociedade com suas respectivas mudanças ou momentos de estagnação e até mesmo de retrocesso. Ao comentar essa idéia de movimento, de rotina e o balanceio social que a literatura consegue captar e transmitir, Schwarz nos diz que tal procedimento não indica apenas a opção ou adoção de um método analítico dentre vários outros que poderiam ser utilizados; ele nos fornece a existência de correlações reais entre literatura e meio social: “ora, a combinação dos âmbitos não decorre aqui de uma opção de método, da preferência por uma maneira ou outra de análise, mas da *descoberta* de uma estrutura e de um movimento reais, cujas articulações, sumamente interessantes, se devem estudar e não negar – a não ser, naturalmente, que se trate de demonstrar sua inexistência, o que seria legítimo (e talvez difícil)”²⁰.

Para a constituição de nosso argumento, esse é o grande passo fornecido por *Formação da literatura brasileira*: a explicitação do nexos existente entre literatura e andamento histórico, no caso, literatura e história brasileiras, donde a possibilidade de desvendar e interpretar situações históricas através da análise de obras literárias; do mesmo modo, porém, num movimento inverso, a faculdade de reler textos literários, amparados por uma compreensão mais ampla do processo histórico no qual se inscrevem e de onde tiveram origem.

Cabe aqui mais um parêntese. Já que estamos tratando da interação entre obra literária e processo social, nada mais justo que sublinhar a especificidade do fenômeno ao qual Candido se dedicara a anotar a distinção. Diferentemente da formação da nação brasileira, que até aquele momento estudado (1880) não se completara (nem se completou posteriormente), pode-se dizer que o processo de formação da literatura nacional conseguiria se realizar a despeito da malformação do país. É Roberto Schwarz quem indica essa característica e não hesita em extrair conclusões a esse respeito: “o quadro se presta a

²⁰ SCHWARZ, Roberto. “Os sete fôlegos de um livro”. In *Seqüências brasileiras*, p. 52.

reflexões sobre as liberdades e vinculações complicadas da literatura, a qual pode atingir organicidade sem que ocorra o mesmo com a sociedade à qual ela corresponde. Vemos no livro de Antonio Candido [*Formação da literatura brasileira*] que a elite brasileira, na sua parte interessada em letras, pôde alcançar um grau considerável de organização mental, a ponto de produzir obras-primas, sem que isso signifique que a sociedade da qual esta mesma elite se beneficia chegue a um grau de civilidade apreciável. Nesse sentido, trata-se de uma descrição do progresso à brasileira, com acumulação muito considerável no plano da elite, e sem maior transformação das iniqüidades coloniais”²¹.

Entretanto, temos sérias dúvidas se o próprio Antonio Candido concordaria com essa conclusão de Schwarz. Nossas dúvidas decorrem de vários motivos, sendo que o primeiro deles advém justamente da proposição de Candido, aliás, acatada por Schwarz, de que entre a literatura e o meio social existem correlações íntimas, que, por estarem expressas na forma da obra literária, têm necessariamente de existir enquanto processo social. Estas correlações, que Candido chama de denominadores, “são, além das características internas, (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e que fazem da literatura aspecto orgânico da civilização”²².

Como se pode perceber, a expressão “aspecto orgânico da civilização” engloba muito mais que a posição social de uma determinada classe, no caso, a elite brasileira, como sugere Schwarz. Para Candido as obras literárias, boas ou regulares, não surgem apesar do meio social; elas são decorrências desse meio, pois foi dele que o autor retirou o substrato que lhe serviu de matéria e também de forma. Saliente-se ainda um outro aspecto, muito prezado por Antonio Candido, que é a necessidade que as correntes literárias têm de passar por momentos de rotina, onde ocorrem tanto a cristalização das principais características dessa corrente quanto também se configura como o espaço em que se pode averiguar os sinais de mudança. Assim sendo, os momentos de estagnação e rotina, presentes na literatura, compõem a principal característica da decadência de um

²¹ SCHWARZ, Roberto. “Os sete fôlegos de um livro”. In *Seqüências brasileiras*, p. 55.

²² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.1, p. 23.

determinado período literário; esses momentos enfeixam em si uma gama de escritores de médio ou pequeno porte, que inaptos às transformações porventura anunciadas, aferram-se, embora não de todo, aos elementos já decadentes. Entretanto, esse fato não é analisado por Candido como algo negativo, que merecesse ser descartado; ao contrário, em *Formação da literatura brasileira* são destinados vários capítulos ao estudo da obra desses autores. Ora, como sabemos que esse livro não é um compêndio de autores e obras dispostos numa determinada seqüência, deve haver algum motivo razoavelmente forte para semelhante escolha.

Para além daquele que foi indicado acima, ou seja, que a rotina já contém importantes elementos de mudança, podemos sugerir ainda um outro. Desta vez, chamamos em nosso auxílio Paulo Arantes, que, num de seus ensaios, assim se posiciona frente à questão da rotina em *Formação...*: “[...] a consolidação da mediania que tal estabilização do gosto consagra, os hábitos mentais que num certo sentido cultiva e se tornam tradição, fazem da rotina um dos raros atalhos de que dispomos para alcançar algo semelhante à organicidade da cultura, até segunda ordem um ideal civilizatório que um coração bem-posto não pode desprezar”²³.

Ou seja, o momento de estagnação e rotina parece representar, para Candido, também um momento em que houve uma certa divulgação, podemos inclusive dizer, uma espécie de socialização de um gosto consagrado, outrora somente acessível a alguns privilegiados. Assim, o momento de rotina, que floresce nas obras dos autores modestos ou

²³ ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”, p. 247. Entretanto, é necessário mantermos um pé atrás, ficarmos um pouco reticentes diante da expressão “um coração bem-posto”, já que ela sempre sugere algo relativamente ingênuo e com prejuízo da boa intenção. Assim, seria o caso de nos perguntarmos se um indivíduo esclarecido, nas circunstâncias históricas dos séculos XVIII e XIX no Brasil, poderia desprezar o ideal civilizatório proporcionado pela organicidade cultural, ou até mesmo se esse indivíduo veria essa organicidade cultural como um elemento civilizador. Aliás, para uma visão nesse sentido, tomemos o seguinte trecho de Roberto Schwarz, extraído de “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”, primeiro artigo do livro *Duas meninas*: “os excelentes recursos intelectuais vinculados a Bento Santiago [Bentinho] não representam uma contribuição a mais para a civilização do país, e sim, ousadamente, a cobertura cultural da opressão de classe. Longe de ser a solução, o refinamento cultural da elite passa a ser uma face – com aspectos diversos, positivos e também negativos – da confirmação social que o romance [*Dom Casmurro*] saudosamente relembra, ou desencantadamente põe a nu”, p. 13.

medianos, pode ser entendido, conforme sugere Paulo Arantes, como um ideal civilizatório, cuja realização ou organicidade pode ser constatada através desses mesmos momentos. Eles representam, por assim dizer, o ponto em que a cultura conseguiu atingir, embora com certo atraso, âmbitos mais amplos que os anteriores ou precedentes.

Por esses motivos é que tendemos a pensar que, para Candido, a formação da literatura brasileira não se processou completamente à revelia da formação nacional. Não se trata aqui de afirmar que esta ocorrera; trata-se, isso sim, de apontar que a formação de um sistema literário no Brasil foi possível pois esteve acompanhada de uma série de fatores sociais indispensáveis à sua efetivação.

Mais uma vez enfatizamos que não estamos sugerindo que toda ou a maior parte da população brasileira estivesse envolvida nesse processo – basta lembrar a presença da escravidão em nossa sociedade. Todavia, como esquecer – e Candido não esquece – a existência de “um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive”? Portanto, não nos parece de todo legítimo afirmar, como faz Roberto Schwarz, que a literatura brasileira se formou sem que a sociedade chegasse a uma maior transformação das iniquidades coloniais. Esta posição extremamente crítica não estaria desconsiderando várias mudanças, que talvez somente através de uma leitura retrospectiva podem ser devidamente analisadas? Nesse sentido, basta lembrar o próprio período de formação de nossa literatura, estabelecido por Antonio Candido. Não nos parece exagerado dizer que ela apenas começa a encontrar espaços de constituição a partir do momento em que o Antigo Sistema Colonial começa a demonstrar sinais de debilidade, proporcionando desse modo o surgimento de condições as mais elementares ao processo formação literário, fossem elas de caráter material ou mesmo no campo das idéias. Tanto é assim que a Independência transformou-se num grande achado para as expressões românticas. Antes desses episódios sequer seria possível falar em sistema literário, devido à própria aridez do meio, à escassez de obras e público, quase não existindo a possibilidade de comunicação entre os escritores. Como então poderíamos desconsiderar essa organicidade social e literária que aos poucos vai se constituindo? Poderíamos sustentar que não estava ocorrendo transformações significativas, embora seja óbvio que elas não atingissem a maior parte da população? Sintetizando nossa argumentação, gostaríamos

repetir uma frase muito mais recente de Antonio Candido: “a cultura construindo-se nos termos em que isso era possível”²⁴. A partir dessa perspectiva, portanto, é que pensamos na formação da literatura brasileira como atrelada intimamente à sociedade, que, de certo modo, também respondia com mudanças – certamente não no mesmo ritmo – mas que não podem ser desprezadas.

Fechemos esse parêntese e voltemos ao nosso assunto. O terceiro texto em questão, que nos fornece bons elementos para a consecução de nosso objetivo, é “Literatura de dois gumes”, pois nos apresenta algo valioso nas obras de Antonio Candido, que é a exposição do método. Se nas suas obras de caráter mais analítico, como é o caso de *Formação da literatura brasileira* ou mesmo de *Dialética da malandragem*, a exposição dos métodos e teorias ali empregados é por assim dizer muito discreta e econômica, não se destacando das análises propriamente ditas, temos, entretanto, em alguns de seus ensaios, um fecundo manancial dessas informações. E é do cruzamento das teorias e métodos, expostos em tais ensaios, com as obras analíticas que se torna possível compreender com maior propriedade todo o pensamento que norteia o conjunto de sua obra. Como exemplo do que acabamos de dizer, atentemos para o fato de que no ensaio “Literatura de dois gumes”, o autor abre sua exposição com uma contundente advertência: “traçar um paralelo puro e simples entre o desenvolvimento da literatura brasileira e a história social do Brasil seria não apenas enfadonho mas perigoso, porque poderia parecer um convite para olhar a realidade de maneira meio mecânica, como se os fatos históricos fossem determinantes dos fatos literários, ou como se o significado e a razão-de-ser da literatura fossem devidos à sua correspondência aos fatos históricos”²⁵.

Essa advertência nos ensina que há entre a história e a obra de arte um espaço, o qual é justamente preenchido pelo artista; é o espaço por excelência da transformação do material fornecido pelo meio social e com isso torna-se um espaço de criação artística livre; esse é o espaço autônomo da obra de arte ao qual se referia Candido alguns parágrafos acima (em nosso texto). Se há espaço para uma análise sociológica da literatura e da arte

²⁴ CANDIDO, Antonio. “Feitos da burguesia”, p. 129.

²⁵ CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”. In *A educação pela noite & outros ensaios*, p. 163.

em geral – e nosso autor afirma que há – ele deve ser muito bem circunscrito aos limites que abrangem os elementos que integram a obra, fornecidos pela sociedade, ou seja, a análise sociológica deve se restringir à interpretação do ambiente social no qual a obra foi concebida ou do qual ela se refere e ao processo de comunicação estabelecido entre a vida social e a obra literária: “descobrir como as sugestões e influências do meio se incorporam à estrutura da obra – de modo tão visceral que deixam de ser propriamente sociais, para se tornarem a substância do ato criador”²⁶.

Até aqui pode-se dizer que o ensaio “Literatura de dois gumes” retoma a posição já expressa em “A literatura e a vida social”. A novidade consiste, porém, numa postura que requer um método de ler a história e a literatura, já que se deseja descobrir de que modo “as sugestões e influências do meio” foram incorporadas à obra. E é aqui que surge a exposição do método a ser utilizado: “A atitude adotada [diante da história e literatura] pode ser definida como sentimento dos contrários, isto é: procura ver em cada tendência a componente oposta, de modo a apreender a realidade da maneira mais dinâmica, que é sempre dialética”²⁷.

Essa posição será melhor esclarecida com o próximo texto, que é de caráter um pouco diverso dos demais, pois trata-se de uma espécie de homenagem a *Raízes do Brasil* e de um pequeno resumo seu. Certo é que se trata do livro de Sérgio Buarque de Holanda, entretanto, Candido realiza como que uma recapitulação daquilo que ele vem nomeando ora de “sentimento dos contrários” ora de “metodologia dos contrários”, cujas origens latino-americanas remontam a Sarmiento em seu *Civilização e Barbárie*, passam por *Os sertões*, de Euclides da Cunha e ainda encontram vazão junto a muitos estudiosos da sociedade brasileira no século XX. A grande inovação de Sérgio Buarque em relação a esses e vários outros autores que teimavam em sustentar uma visão dualista da sociedade brasileira e latino-americana, segundo Candido, estava em não opor pólos distintos de uma mesma civilização, ressaltando simplesmente a existência de um caráter dual, em que uma parte da população vivia em oposição à outra. A convicção que Sérgio possuía nos contrários era de

²⁶ CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”. In *A educação pela noite & outros ensaios*, p. 164

²⁷ CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”. In *A educação pela noite & outros ensaios*, p. 164.

ordem diversa, por assim dizer, dialética, “ressaltando principalmente a sua interação no processo histórico”, que seria expressa inclusive enquanto metodologia na exposição de *Raízes do Brasil*, onde “o esclarecimento não decorre da opção prática ou teórica por um deles [conceitos polares], mas pelo jogo dialético entre ambos”²⁸. No texto de Candido, em questão, ele cita a própria expressão de Buarque, “[...] a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente dentro do mesmo âmbito”²⁹.

Através desse texto introdutório a *Raízes do Brasil*, podemos perceber a dimensão que tomara a influência da obra de Sérgio Buarque sobre a de Antonio Candido. Aquilo que o primeiro destacara na formação histórica e social do Brasil, o segundo soubera aproveitar como mecanismo de interpretação literária, conjugando os movimentos da literatura (mais propriamente os da forma literária) com os da sociedade, conforme ensinava a tradição materialista.

Notemos ainda que a expressão “sentimento dos contrários”, presente no texto “Literatura de dois gumes”, de 1966, pode ser considerada como equivalente a “metodologia dos contrários”, de “O significado de Raízes do Brasil”, de 1967, já que designam basicamente a mesma posição metodológica. Algo mais que se pode dizer a respeito dessa posição, sem cair em simples conjecturas, é que Candido já se utilizara desse procedimento em *Formação da literatura brasileira*: “[...] o estabelecimento da rotina [em literatura] importa em sugestiva dubiedade: a acentuação de características anteriores mistura-se a débeis sinais de mudança futura. De fato, a hipertrofia significa por vezes um deslocamento de eixo que já é transformação, fazendo paradoxalmente com que a rotina deforme até provocar a emergência de traços diferentes. A agonia de uma corrente literária abre quase sempre dois caminhos: o da próxima corrente dominante, construída em parte sobre sua herança, e o da sublitteratura passadista que lhe corre paralela por mais ou menos tempo. Cada período literário é ao mesmo tempo um jardim e um cemitério, onde vêm

²⁸ CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”, p. xlii.

²⁹ CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”, p. xlii.

coexistir os produtos exuberantes da seiva renovada, as plantas enfezadas que não querem morrer, a ossaria petrificada de gerações perdidas”³⁰.

Até que ponto a mão direta de Sérgio Buarque de Holanda influíra nessa obra de Antonio Candido, já que ele a lera antes de ser editada³¹, só o autor pode dizer. Mas o certo é que a leitura que Candido fizera de *Raízes do Brasil*, exposta em seu texto de 1967, já estava presente na orientação metodológica de sua obra de 1959. O que temos então até o momento é o fechamento de um ciclo, do qual se pode afirmar que alcançara seus objetivos. Chamamos ciclo à série de ensaios de Antonio Candido sobre teoria literária anteriores ou posteriores à edição de *Formação da literatura brasileira* (até 1970); ciclo este que contém como obra máxima a própria *Formação...*, responsável pela efetivação das teorias expostas numa gama de ensaios. Pode-se dizer, com segurança, que, através de *Formação...*, Antonio Candido conseguira destacar os elementos sociais que atuaram no sentido de formar a literatura nacional enquanto um sistema que encontrava respaldo e que dependia para sua realização de um conjunto de autores, de obras e de um público. Note-se, entretanto, que não obstante todo o trabalho de Candido em demonstrar a formação do sistema literário brasileiro, ainda era necessário dar mais um passo e esse mais uma vez viera dele próprio. Faltava destacar, agora não mais através do sistema literário entendido como um todo, mas por meio de um autor específico, de uma obra determinada, a maneira pela qual os elementos sociais participavam de sua formulação.

Passo importante nesse sentido nosso autor já havia dado no início dos anos 60, mais especificamente em 1961, em seu artigo “Crítica e sociologia”. Vale lembrar que este ensaio faz parte, juntamente com “A literatura e a vida social”, que é de 1957, do livro *Literatura e sociedade*. Se, como já mostramos, nesse artigo de 1957 Candido ainda estava atrelado à concepção de que os valores e ideologias do meio social geralmente estão representados no conteúdo da obra literária, no artigo de 1961 sua concepção já é outra. Provavelmente influenciado por Lukács, nosso crítico percebera que os elementos externos devem ser buscados na estrutura da obra, na sua forma: “[...] o *externo* (no caso, o social)

³⁰ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.1, p. 181.

³¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.1, p. 10.

importa [...] como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*”³². Desse modo, o elemento externo, atuante na estrutura da obra, não participa apenas da organização da matéria, mas fica sugerido “na própria composição do todo e das partes”. Entretanto, ao crítico somente é permitido entender essa relação quando funde “texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra”³³.

Portanto, como podemos perceber, no início dos anos 60, Candido já possuía os conhecimentos teóricos e metodológicos suficientes a uma interpretação “crítica” da obra literária, que levasse em consideração os aspectos sociais nela envolvidos, de modo não somente ilustrativo, mas explicativo. Vejamos agora como foi desenvolvida essa nova etapa.

Esse novo capítulo da crítica literária brasileira será construído com a edição de “Dialética da malandragem”, em 1970. Contudo, – é Roberto Schwarz quem nos informa – importa destacar que a tarefa proposta por Antonio Candido – de aliar estudos literários com estudos sobre a sociedade – comportava enormes dificuldades, em decorrência da ausência de um repertório historiográfico satisfatório, isto é, de análises consistentes sobre a sociedade brasileira, especialmente a do século XIX, que fora afetada diretamente pelas transformações dos modos de produção e pelas revoluções políticas e sociais, que ocorriam nos países adiantados, cujas repercussões alcançaram rapidamente o Brasil. A tradição intelectual brasileira revelava-se insuficiente para proporcionar o substrato histórico que permitisse conduzir uma análise literária profunda. Essa era, portanto, a dificuldade exclusiva com a qual os críticos literários brasileiros tinham de lidar e, de algum modo, transpor. Aliás, não é sem motivo que Candido e Schwarz possivelmente sejam aqueles que tenham ido mais longe, no Brasil, em suas análises lítero-sociológicas, pois ambos possuem além de um extenso conhecimento na área literária, um grande domínio da história brasileira e da sociologia. Ora, para Schwarz, diante da ausência ou insuficiência de análises históricas, essa dificuldade somente poderia ser transposta do seguinte modo: “[...] o crítico tem de construir o processo social em teoria, tendo em mente engendrar a

³² CANDIDO, Antonio. *Crítica e sociologia: (Tentativa de esclarecimento)*, p. 6.

³³ Cf. CANDIDO, Antonio. *Crítica e sociologia: (Tentativa de esclarecimento)*, p. 6 e 8.

generalidade capaz de unificar o universo romanesco estudado, generalidade que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística³⁴. Esta foi então a tarefa à qual se entregou Antonio Candido. Carente de um sistema que articulasse forma literária e processo social, coube a ele próprio descobrir o sistema de mediações históricas que serviram de base à experiência literária brasileira³⁵.

Como já sabemos, os conhecimentos metodológicos ele já os possuía, conforme pudemos notar na breve reconstrução de alguns elementos destacados nos textos anteriores. Enfim, são a partir deles que iniciaremos a leitura de “Dialética da malandragem”. Nele podemos reconhecer, embora implicitamente e sem alarde, a “metodologia dos contrários”, atuando inclusive na esfera extra-literária, já que a obra ali analisada capta um fenômeno social e o apresenta de um modo inédito, dialético, sendo dialético não somente sua exposição, mas o próprio fenômeno, na medida em que, segundo nosso autor, assim ocorria na realidade³⁶. Vemos também que Candido aos poucos foi aliando seus conhecimentos literários e, na ausência das devidas interpretações históricas, conseguiu extrair da forma literária o processo social que ditava o “ritmo geral da sociedade”. Deste modo, Candido

³⁴ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 140.

³⁵ Note-se a esse respeito que em *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido já precisara dialogar com a historiografia nacional, pois o princípio que coordena essa obra, “requer um método que seja histórico e estético ao mesmo tempo, mostrando, por exemplo, como certos elementos da formação nacional (dado histórico-social) levam o escritor a escolher e tratar de maneira determinada alguns temas literários (dado estético)”, v.1, p. 16. Todavia, há que se reconhecer que, ao tratar de sistema literário, Candido não precisara utilizar senão grandes esquemas históricos, isto é, ele não necessitava desvendar formas típicas de sociabilidade brasileira ou ritmos sociais que expressassem o andamento histórico, uma vez que sua preocupação estava voltada para processos histórico-políticos de âmbito mais geral, como, por exemplo, o papel que a Independência e a formação da nação jogavam junto ao movimento romântico; a eleição de símbolos nacionais, como o indígena, que, por sua vez, praticamente não participava do processo social. Enfim, as linhas gerais da formação do sistema literário brasileiro parecem convergir e se satisfazem com a historiografia nacional existente até então. Contudo, quando foi necessário empreender a análise mais detida da forma literária de uma obra específica, essa historiografia se mostrou insuficiente.

³⁶ Paulo E. Arantes chama a atenção para o expediente de Candido em “Dialética da malandragem”, em que ordem e desordem representam a “metodologia dos contrários”, por ele identificada em *Raízes do Brasil*, ver *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, p. 42.

punha em funcionamento pela primeira vez no Brasil o projeto materialista, que mandava associar forma literária a processo social. Ao mesmo tempo demonstrava de que modo a redução do processo social, apreendido através da forma literária, era no fundo aquela que servira de base ao romancista para a própria construção da forma.

Vamos observar mais detidamente esses passos. Pensamos que não é um procedimento arbitrário dividirmos o texto “Dialética da malandragem” em três partes. Nesse sentido ele poderia ser considerado da seguinte maneira: a primeira parte corresponderia às refutações de Antonio Candido a algumas interpretações anteriores das *Memórias de um sargento de milícias*, que haviam definido o livro como romance picaresco ou romance documentário; a segunda conteria a análise literária, na qual o crítico sugere a classificação de “romance representativo” às *Memórias...*, destacando a intuição do romancista ao trazer para a composição da obra aspectos da dinâmica social da época; por fim, a terceira parte pode ser entendida como uma espécie de extrapolação dos dados até então auferidos pela análise literária e sociológica, ou seja, Candido sugere que o modo de vida brasileiro, expressado pela forma do livro, pode conter elementos favoráveis “num mundo eventualmente aberto”.

A respeito da primeira parte de “Dialética da malandragem”, poucas informações ela pode nos fornecer em vista de nossos propósitos, mas vale assinalar aqui que em *Formação da literatura brasileira* o romance de Manuel Antônio de Almeida ainda é considerado como picaresco, seguindo algumas das interpretações correntes mais consagradas àquela época. Candido assim procede provavelmente pelo fato do romancista se deter nas descrições da vida “colorida e movimentada” da “arraia miúda” da cidade do Rio de Janeiro, e pela proximidade que o livro parece guardar em alguns dos seus aspectos formais com os pícaros consagrados da literatura espanhola, tais como a “seqüência de situações, cuja precária unidade é garantida pela pessoa de Leonardo”. Todavia, é necessário não nos esquecermos que mesmo a denominação de picaresco torna-se algo relativizada em *Formação...*, pois o ensaísta nos informa que nas *Memórias de um sargento de milícias* o acontecimento interessa “na medida em que revela certas formas de convivência e certas alterações na posição das pessoas, umas em relação às outras” e não como elemento ilustrativo de sucesso do pícaro, como sói acontecer com os livros desta

espécie: “daí a composição do livro estar subordinada à lógica do acontecimento, que por sua vez obedece ao movimento mais amplo do panorama social”³⁷.

Por isso, é a este movimento que devemos prestar atenção, pois, segundo Candido, ele se constitui na principal lei de composição das *Memórias...* E é a partir desse ponto que a análise presente em *Formação...* de certo modo já antecipa algumas posições defendidas no ensaio “Dialética da malandragem”. Ora, afirmar que o movimento é a lei principal daquele romance significa dizer que se deve considerá-lo a partir dessa perspectiva. Assim sendo, necessariamente há uma inversão na valoração das personagens e de suas ações. Essas passam para primeiro plano e aquelas tornam-se secundárias, à medida que são interpretadas a partir da posição que desempenham no movimento do livro: “fora da ação, ninguém existe, e Manuel Antônio manobra o seu elenco estritamente em função das necessidades do conjunto, [...] os figurantes interessam, pois, na medida em que contribuem para o acontecimento, não como unidades autônomas”³⁸. O ensaísta ainda nos lembra, numa nota tomada a Astrogildo Pereira, a ausência de nomes próprios de alguns personagens, anonimato este que impede a sua valorização enquanto indivíduos, mas que por outro lado ressalta a personalização dos costumes. Candido, já na obra de 1959, também percebera a semelhança de tal procedimento com a leitura que o romancista fizera da sociedade fluminense, uma vez que para este “os homens são todos mais ou menos os mesmos; logo, os seus costumes exprimiriam sem dúvida uma constância maior, seriam menos fugazes do que os matizes individuais”³⁹.

Outro argumento arrolado em defesa dessa leitura é o procedimento que Manuel Antônio de Almeida utilizara em relação ao tempo. Segundo nosso crítico, o romancista não prescindira desse fator, embora a agitação incessante do livro, expressa pela circulação das personagens no movimento social não se inserisse devidamente nele. Comentando suas próprias observações, Candido sugere que o tempo não fora um elemento “conscientemente utilizado” no romance, devido à própria perspectiva de valorização do movimento, isto é, a

³⁷ Cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, vol. 2, p. 197-8.

³⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, vol. 2, p. 198.

³⁹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, vol. 2, p. 199.

passagem constante de um fato a outro, de uma personagem a outra dificulta o estabelecimento e a observação de um espaço mínimo de tempo necessário às mudanças de situação. Mais adiante veremos, através de “Dialética da malandragem”, que o desprestígio do aspecto temporal possui relações diretas com o movimento sim, e que certamente sua ausência fora administrada conscientemente, visando a um efeito formal da obra⁴⁰. Noutras palavras, a não observação de um “espaço mínimo de tempo” estava sendo coerente com a própria estrutura do movimento social que o romance estilizava e que Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira* ainda não havia decifrado plenamente, embora ali já aglutinasse uma série de elementos que o ajudariam mais tarde a explicitar os mecanismos constitutivos das *Memórias de um sargento de milícias*.

Assim sendo, podemos doravante tratar das duas últimas partes de “Dialética da malandragem”, conforme a divisão expressa acima.

Como já dissemos, a novidade da análise literária apresentada por esse ensaio consistiu, portanto, em identificar os aspectos da realidade social que participaram da composição da obra, não apenas de modo ilustrativo ou informativo, mas que atuaram internamente de maneira a organizar a sua forma. Mais uma vez, saliente-se a dificuldade desse passo, já que o crítico teve praticamente de intuir, através da forma da obra, o processo social que ela mimetizava, pois este não estava devidamente explicado pela historiografia.

Tentemos detalhar um pouco esse procedimento.

Considerando que o ponto de partida de Antonio Candido em “Dialética da malandragem” fora a própria forma do romance, temos de admitir que nosso crítico tivera inicialmente de selecionar os elementos e os fatos principais das *Memórias de um sargento de milícias* e procurar o seu princípio unificador; ou, noutras palavras, tivera de reduzi-los a um denominador que expressasse certa constância. O passo seguinte consistiu, portanto, em

⁴⁰ É plausível aceitar a possibilidade de que o romancista não tenha plena consciência do processo social no qual está inserido ou sobre o qual escrevia, embora o expresse na forma da obra literária. Mas daí a aceitar que além da inconsciência do processo real, também não a possua dos aspectos formais de sua obra vai uma grande distância.

localizar na dinâmica social da época um evento que correspondesse àquela redução expressa pela forma.

Candido percebera então que o sistema de relações dos personagens, descrito pelo livro, era composto de uma ordem que se comunicava com uma desordem, que a cercava de todos os lados⁴¹, sendo que a equivalência entre ambas era sustentada quase a todo momento. E foi a este movimento, expresso pela forma do romance, que ele apresentou aquilo que seria o seu símile, na sociedade. Ou seja, o balanceio dos personagens entre a ordem e a desordem estava no fundo estilizando o modo de vida de uma camada da população brasileira.

Note-se então que através da expressão “dialética da ordem e da desordem” Candido procura definir tanto o mecanismo central de uma determinada situação social quanto a própria estilização dessa situação, que fora ordenada no plano formal da obra literária. Tal qual ocorreria na realidade, as personagens transitam de uma esfera a outra, passando, conforme as circunstâncias, da ordem para a desordem e desta para aquela. Esse trânsito em momento algum, segundo nosso crítico, é balizado por quaisquer formas de juízos valorativos. Ou seja, Manuel Antônio suprimira toda possibilidade de juízo moral a respeito das condutas dos personagens, impossibilitando, desse modo, qualquer forma de identificação segura da lisura das suas ações, da licitude ou não dos seus procedimentos⁴².

Aqui começamos a vislumbrar melhor o alcance das descobertas, pois além de demonstrar que a forma das *Memórias...* representava uma redução estilizada de um processo social, o ensaio de Antonio Candido apresentou qual seria esse processo, até então praticamente desconhecido. Ou seja, a literatura acabou fornecendo, através de seus elementos estéticos, a chave interpretativa para o conhecimento e a compreensão de fenômenos históricos. É sempre bom lembrar que, para nosso crítico, a forma congrega em si duas situações: é a organizadora dos elementos ficcionais ao mesmo tempo que dos reais. Ora, para que a forma possa organizar esses últimos, eles têm de ao menos existir; e, mais,

⁴¹ Cf. CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 36.

⁴² Cf. CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 39.

precisam de algum modo ser intuídos e objetivados pelo escritor, o que indica que mesmo sem ter a consciência da sua existência, eles estão presentes no processo social⁴³.

Com isso, o estudo da forma das *Memórias...* acabou por revelar duas acepções de dialética. A primeira encontra-se na descoberta da reprodução estética (forma literária) de determinado processo social (modo de vida dos homens livres pobres do período joanino), tal qual o programa materialista sugere investigar. A segunda acepção dialética, não dizia respeito diretamente à literatura, mas ao próprio modo de vida de uma camada da população brasileira – aqueles mesmos homens livres e pobres –, que o livro de Manuel Antônio de Almeida estilizava em sua forma narrativa. Noutras palavras, a primeira acepção dialética está relacionada propriamente à análise literária de cunho materialista. A segunda acepção, aquela que mais nos interessa, refere-se ao modo de vida de uma parcela da população, que poderia ser considerada como uma pequena burguesia. Essas pessoas, na interpretação proposta em “Dialética da malandragem”, viviam num constante balanceio entre o mundo da ordem e o da desordem, movimento esse que permite ao nosso crítico nomeá-lo de dialético⁴⁴.

Antonio Candido constatou ainda que “suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando⁴⁵”. Desse modo, fez com que toda a construção das *Memórias de um sargento de milícias* ocorresse num “espaço intermediário”, local por excelência da “ordem e da desordem”, ambiente dos homens livres que não eram senhores nem escravos, e representavam uma considerável parcela da população, vivendo à mercê das vontades e favores dos poderosos ou de pequenos delitos: “ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem vivaz, que antepunha vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia. Sociedade na qual uns poucos livres

⁴³ “Se não teve consciência nítida, é fora de dúvida que o autor teve maestria suficiente para organizar um certo número de personagens segundo intuições adequadas da realidade social”. CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 37.

⁴⁴ Sobre as duas acepções de dialética, presentes em “Dialética da malandragem”, nos apoiamos no livro de Paulo E Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*.

⁴⁵ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 45.

trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo”⁴⁶.

Todavia, é através do setor dos homens livres e pobres, ambiente da ordem e da desordem, que Antonio Candido pretende inferir o “ritmo geral da sociedade” brasileira.... escravista. Ou seja, o modo de ser de uma classe foi generalizado como modo de ser nacional⁴⁷. Nesse momento já estamos deixando a segunda parte de “Dialética da malandragem” e entramos na fase em que os resultados na análise literária são extrapolados para toda a sociedade brasileira.

c) O mundo da desordem na “Dialética da malandragem”

Para Antonio Candido a estilização do processo social, realizada por Manuel Antônio de Almeida nas *Memórias de um sargento de milícias*, capta não apenas o modo de vida de uma parcela da população fluminense. Ela encerra em si elementos sociais imprescindíveis para a compreensão da estrutura social brasileira do início do século XIX. É certo, segundo nosso crítico, que o mundo dos homens livres pobres só fora possível de ser concebido naqueles termos graças à brutalidade da escravidão, que entretanto o livro não aborda, mas é uma ausência que em nada obscurece a possibilidade de compreensão do ritmo social ali descrito.

Em que consistiria, portanto, esse “ritmo geral da sociedade”? Segundo Candido ele seria definido por um balanceio constante por parte do brasileiro⁴⁸ entre o mundo da ordem

⁴⁶ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 44-5.

⁴⁷ Esse movimento de generalização do modo de vida de uma classe para toda a sociedade despertou um certo desconforto ou estranhamento, que, aliás, o próprio Roberto Schwarz encarregou-se de explicá-lo, “a transformação de um modo de ser de uma classe em um modo de ser nacional é a operação de base da ideologia. Com a particularidade, no caso, de que não se trata de generalizar a ideologia da classe dominante, como é hábito, mas a de uma classe oprimida”. SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 150.

⁴⁸ É preciso insistir num ponto. A dialética da ordem e da desordem foi construída, de fato, tendo-se como base o modo de vida dos homens livres pobres; entretanto, pelo texto de Antonio Candido não se pode inferir que aquele modo de proceder fosse específico de uma classe oprimida nem que tenha encontrado seu surgimento em decorrência dessa opressão. É necessário reconhecer que o ensaio sugere que há uma força

e o da desordem, no qual a ordem estaria representada basicamente pela disciplina das “velhas sociedades”, através de normas jurídicas rígidas e da adesão a símbolos repressivos, ambos visando essencialmente a domesticação dos impulsos próprios às sociedades em formação, como era o caso da brasileira⁴⁹. Por sua vez, o mundo da desordem é definido como um mundo sem culpa e sem repressão, em que a noção do pecado está ausente, assim como as noções de costumes são folgadas. Nesse mundo o remorso também não existe, uma vez que os meios não importam frente ao alcance da finalidade. No mundo da desordem a distinção entre bem e mal, lícito e ilícito fica esvaziada e sem sentido já que a noção estanque de certo e errado também é relativizada. Portanto, sem forçar o texto, podemos dizer que o “ritmo geral da sociedade” é o movimento que sintetiza o constante desejo do brasileiro em não obedecer às normas e leis que lhes são impostas, quando estas não respeitam as suas peculiaridades sociais e culturais; mas, por outro lado, ele nem sempre pode delas escapar. Desse modo, pode-se sugerir que o constante balanceio entre a ordem e a desordem, antes que uma imposição social e econômica (o que de certo modo também é), constitui um modo de ser que representa valores em desajuste com a ordem imposta. Saliente-se o passo, a negação da ordem não é a recusa pura e simples de qualquer tentativa de ordenação da sociedade, nem tampouco uma necessidade a que uma classe oprimida está submetida. A negação da ordem é o desejo de viver numa outra ordem (que Candido apenas chamara de desordem para timbrar a diferença).

Essas asserções, acima referidas, a respeito do modo de proceder do homem livre pobre no início do oitocentos, são vistas por Candido, no ensaio que vimos trabalhando, como um elemento favorável à formação de uma sociedade menos hipócrita e mais flexível, aberta à admissão de estranhos: “no Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos [...] tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho.

interna à sociedade brasileira atuando nesse processo, ou seja, há uma recusa clara, por parte dos brasileiros, na aceitação e no comprometimento com as normas e instituições estranhas ao seu modo de vida. Nesse sentido, discordamos da leitura que Roberto Schwarz faz de “Dialética da malandragem”. quando sustenta, como vimos há pouco, que a dialética da ordem e da desordem exprime o modo de vida de uma classe oprimida.

⁴⁹ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 49.

As formas espontâneas de sociabilidade atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência⁵⁰. Em comparação com os Estados Unidos⁵¹, cuja forte presença do sentido da ordem e da homogeneidade social acaba por excluir – em prol de uma identidade talvez fictícia – indivíduos e grupos que não se encaixam nessas noções, a sociedade brasileira se apresentaria muito mais aberta e receptiva, através das valorizações das relações espontâneas, estabelecidas não por intermédio de uma ficção ideológica, mas por meio de “uma atitude mais ampla de tolerância corrosiva, muito brasileira, que pressupõe uma realidade válida para lá, mas também para cá da norma e da lei, manifestando-se no plano da literatura sob a forma de piada devastadora [...]”⁵².

Até esse momento procuramos acompanhar as novidades metodológicas e as descobertas sociológicas que o ensaio “Dialética da malandragem” trouxe para a crítica literária brasileira; procedemos ainda a uma reconstituição de seus principais argumentos com vistas a esclarecer as implicações que sua interpretação sociológica fornecia à compreensão de um período da história brasileira. Resta, entretanto, tentarmos entender um pouco melhor a sua construção teórica, pois acreditamos que ela possa nos fornecer elementos valiosos, que não estão explícitos no ensaio, sobre o modo como Antonio Candido interpreta a dinâmica social brasileira, isto é, a forma pela qual o país se insere no cenário mundial e o modo pelo qual responde às transformações histórico-sociais em que está envolvido.

Como sabemos, um processo dialético requer ao menos dois termos; estes passam a relacionar-se entre si, definindo-se um em função do outro, ou seja, a determinação de cada um destes termos passa necessariamente pela sua relação com o outro. Desse modo, a apreensão do processo dialético exige uma postura de atenção à especificidade dos dois

⁵⁰ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 51.

⁵¹ A referência à formação histórica dos Estados Unidos é feita com base em *A letra escarlata*, de Nathanael Hawthorne, que, segundo Candido, fornece bem o sentido da forte presença da lei, que aliada à força dos castigos, acabou por delimitar os comportamentos dos indivíduos naquela sociedade. Ver “Dialética da malandragem”, p. 50.

⁵² CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 43.

termos e, ao mesmo tempo, ao movimento que eles colocam em funcionamento. A síntese, quando surgir, trará consigo não este ou aquele termo, mas o resultado daquela relação de que falamos. Ela, a síntese, será fruto daqueles dois termos (momento de afirmação), outrora existentes, e será ao mesmo tempo a sua transposição (momento de negação), já que não é nenhum deles puramente.

Em outras palavras, como compreender um mundo ao qual já não pertencemos, do qual não nos restam senão alguns poucos documentos (ou mesmo que sejam muitos)? Parece quase impossível resistir à tentação de examiná-lo, de estudá-lo ou de interpretá-lo com categorias que lhes são posteriores. Esse é um perigo no qual se incorre quando se parte para a análise de um processo dialético por meio de sua síntese. Ou seja, o ponto que deveria ser de chegada, torna-se ponto de partida, e os termos passam a ser analisados com vistas a um fim pré-determinado. E, que dizer quando essa síntese é apontada como defeituosa ou inexistente, já que os termos não se relacionaram do modo como seria de se esperar? Como entender ainda, que, de dois termos, dos quais já se julgava que fossem conhecidos o suficiente, não ocorrera devidamente o processo de síntese de modo a eliminá-los, tornando possível a sua superação? Ora, o que se pode dizer é que tal postura não condiz com o que se considera como uma análise dos componentes do processo, antes sugere algo como uma explicação de um fenômeno que deveria ocorrer, mas não ocorreu. Noutras palavras, embora correndo o risco de ser repetitivo, quando se postula que determinada síntese deveria ocorrer e que, entretanto, ela não ocorreu, tem-se que tomar cuidado quando da análise dos termos envolvidos nessa relação de modo a não torná-los tendenciosos, pois antecipadamente já estão sendo considerados em função de um evento que não se realizara “plenamente”.

Para exemplificar, tomemos o caso do Brasil. Provavelmente poucos serão aqueles que contestarão o fato de as práticas coloniais brasileiras, como a escravidão e as outras formas de dominação e exploração a ela atreladas, não corresponderem às idéias e instituições liberais e burguesas. Sabemos o resultado do processo, nem as práticas coloniais permaneceram intactas, nem conseguiram impedir totalmente a adoção das idéias liberais. Pode-se assim dizer que conhecemos a síntese do processo e tentamos compreender o processo em si, o porquê dessa “anomalia”, já que seria de se esperar que o

Liberalismo destruisse todas as heranças coloniais. Ora, aqui está o problema. Colocar lado a lado Liberalismo e práticas coloniais e apontar que há um “defeito” no processo ou que ele não ocorreu como se esperava (desejava?), pelo fato de que as últimas não foram eliminadas pelo primeiro é considerar de antemão que o Liberalismo deveria acabar com toda e qualquer forma de vida que não lhe estivesse de acordo. Apontar a síntese como algo que não atendeu às expectativas ou determinar que da relação dos dois termos, um por excelência deveria sair vitorioso, não é analisar o andamento do processo histórico através dos seus movimentos dialéticos. Tal postura antes sugere como que uma tentativa de explicação da não realização daquilo que se acreditava que devia ocorrer.

Seja dito de imediato, Antonio Candido conduz sua análise das *Memórias de um sargento de milícias* por meios completamente distintos. A compreensão dos elementos ou das interpretações históricas, presentes em suas análises, devem levar em consideração os pressupostos que acima procuramos expor, ou seja, para Candido tanto literatura quanto história devem ser analisadas sempre em vista de seus movimentos contrários, mais precisamente da relação estabelecida entre ambos.

Tomemos um caso concreto de “Dialética da malandragem”. Em momento algum de seu ensaio a coexistência da ordem e da desordem foi explicitada como um déficit; como uma situação que devesse ser ultrapassada nos termos da ordem. A dialética surgiu das determinações das especificidades da sociedade fluminense, do período joanino; tanto o lado da ordem foi perscrutado quando o da desordem; a desordem não surgiu somente como uma ausência da ordem, mas como um modo efetivo de vida. Aqui a distinção que apontamos acima: no processo dialético, ordem somente é ordem em oposição à desordem e a desordem somente pode ser compreendida como desordem quando se tem o seu oposto, isto é, a ordem.

Nesse processo, Candido entende que as esferas da ordem e da desordem, distinguidas por todos os elementos da sociedade, podem ser apreendidas naquilo que possuem de efetivamente seu. É assim que a ordem é representada pelo major Vidigal e por um conjunto de regras de conduta e comportamento que aquele oficial cuidava em zelar, mas cuja denominação “ordem” somente é passível de ser apreendida na sua relação com a “desordem”, paralelamente reinante. Ao mesmo tempo, a desordem, que assim somente

pode ser entendida quando comparada a uma ordem, aceita ou imposta como tal, é considerada como uma série de procedimentos e mecanismos que encontram sua razão-de-ser em outras formas de convivência e de sociabilidade que não ficam a dever nada para a ordem, quando não avaliadas valorativamente em função desta última.

Quando Candido capta o trânsito da ordem para a desordem e desta para aquela está explicando o mecanismo pelo qual uma ordem imposta é burlada, pois quando esta não encontra respaldo histórico e social para sua aceitação e, ao mesmo tempo não pode ser rejeitada totalmente, dá-se o fenômeno descrito. A burla nada mais é, portanto, que o apreço por um modo ou estilo de vida impossível de ser conjugado com a ordem. E foi esse modo de vida que Candido soube circunscrever, sem, em momento algum, julgá-lo valorativamente a partir da ordem. Aliás, a própria desordem é uma espécie de “ordem”.

Para exemplificarmos melhor o procedimento de Antonio Candido quando da análise dos elementos que compõem os termos dialéticos ordem e desordem, consideremos o fato de que nosso autor já conhece o desdobrar daquele momento histórico, mas, entretanto, não lançou mão desse conhecimento, ao menos *a priori*, quando da determinação da ordem e da desordem; elas foram extraídas das circunstâncias que lhes eram próprias e da relação estabelecida entre ambas. É isso que autoriza Candido a dizer que Leonardo é um “rapaz que oscila entre a ordem estabelecida e as condutas transgressivas, para finalmente integrar-se na primeira, depois da experiência das outras”⁵³, mas que, juntamente com os seus, não vacilará diante da oportunidade de escapar a essa ordem, uma vez que ele já participara do “mundo agradável da desordem”⁵⁴. A chamada ordem, portanto, pode até ser respeitada, porém ela nada mais será que “[...] a ordem convencional a que obedecem os comportamentos, mas a que no fundo permanecem indiferentes as consciências”⁵⁵. Como se pode notar, as situações de ordem e desordem, apreendidas dialeticamente, são apresentadas naquilo que possuem de especificamente seu, sem valoração, e mais, esse específico é entendido como algo que pode conter elementos

⁵³ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In *O discurso e a cidade*, p. 39.

⁵⁴ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In *O discurso e a cidade*, p. 43.

⁵⁵ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In *O discurso e a cidade*, p. 41.

positivos, os quais, em combinações futuras, podem vir a ser favoráveis a um outro modo de vida. Em momento algum Antonio Candido considerou a desordem como negativa, uma vez que ia contra uma certa combinação de elementos vindos do exterior, encarregados de remodelar a sociedade brasileira; o procedimento foi outro: ele buscou entender as suas características, já que estas possuíam uma razão-de-ser própria, em decorrência do meio e das circunstâncias em que foram geradas, e somente nesse ambiente é que podiam ser adequadamente compreendidas.

d) Fundo histórico:

Ao realizar sua interpretação literária, Candido reconstruía, com a ajuda da obra analisada, o arcabouço histórico que esta reproduzia literariamente. Nosso interesse agora se volta para a compreensão do fundo histórico desentranhado do romance. Para isso, tentaremos estabelecer, minimamente, o modo pelo qual Candido interpreta o processo histórico; a forma como ele entende o seu andamento; e qual a força principal ou as forças principais que concorrem para as transformações histórico-sociais. Note-se que nosso objetivo procura e necessita ir um pouco mais adiante do que a exposição do quadro histórico fornecido por “Dialética da malandragem”, uma vez que o autor do ensaio realiza uma generalização dos resultados ali obtidos, primeiramente ao transformar o modo de ser de uma classe específica em modo de ser de todas as demais; em segundo lugar, por contrastar esse “modo de ser brasileiro” com outras formas de sociabilidade, presentes noutras nações.

E é justamente aqui que reside o problema. Como reconstruir uma interpretação do andamento histórico quando esta está pressuposta ou, noutros termos, muito sucintamente sugerida, como é o caso, segundo nos parece, no referido ensaio?⁵⁶ Diante dessa situação, pretendemos lançar mão de um expediente um tanto temerário, que consiste na construção

⁵⁶ Roberto Schwarz também reconhece essa especificidade do ensaio quando aponta a predominância da forma literária sobre os aspectos históricos: “quanto ao método [de “Dialética da malandragem”], note-se no vaivém entre ficção e realidade a precedência da forma literária. É ela quem põe o problema, que os conhecimentos de toda ordem e os estudos do crítico ajudam a expor e interpretar”. SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 140.

de um esboço do modo pelo qual Antonio Candido interpreta o processo histórico brasileiro, expresso aqui e acolá em outros de seus textos. Como já realizamos um procedimento semelhante a respeito da reconstrução dos elementos teóricos da análise literária, nos deparamos agora com o risco de incorrerem num duplo disparate.

De todo modo, vamos às questões. Em primeiro lugar, gostaríamos de investigar quais fatores levaram Antonio Candido a, numa sociedade permeada pelas relações entre senhores e escravos, destacar o modo de vida dos homens livres pobres como aquele que representava o ritmo coordenador de toda a vida social. Em segundo lugar, e em decorrência da primeira questão, quais implicações históricas e sociológicas estão embutidas nesse ponto de vista, ou seja, quais pressupostos teóricos ele engloba e a quais conseqüências ele tem de apresentar respostas. Trocando em miúdos: está de certo modo sugerido no ensaio que a sociabilidade que brotou do modo de vida dos homens livres pobres possui em certa medida características que se opõem às formas de vida capitalistas, o que nos leva a perguntar pela maneira como o autor entende a relação que necessariamente se estabelece entre o modo de vida daquela população, não totalmente racionalizado, com a estrutura capitalista que a partir do século XIX passa a tentar organizar mais fortemente a vida brasileira.

Mais acima disséramos que Antonio Candido procurara extrair o ritmo geral da sociedade brasileira escravista através da camada dos homens livres pobres, que não eram nem senhores nem escravos. Este procedimento merece uma certa atenção, já que não é nada óbvio, ao menos à primeira vista, dispensar tamanho cuidado com o modo de vida de uma parcela da população que, mesmo sendo numericamente significativa, praticamente pouco representava, naquele dado momento, em termos econômicos e de capacidade de influência na direção dos destinos do futuro país.

Eis aqui, entretanto, mais uma vez expressa a preocupação de Antonio Candido com a importância representada pelos segmentos medianos da sociedade. Numa aproximação com *Formação da literatura brasileira*, podemos lembrar que, assim como o momento da rotina e todos os demais aspectos que compunham a estagnação, eram interpretados como imprescindíveis tanto à solidificação das características próprias a determinado período literário quanto às mudanças que aos poucos estavam se apresentando no horizonte,

Candido parece entender o segmento dos homens livres pobres como aquele que congrega em si as faturas do regime escravista, ao qual está ligado, mas que encerra igualmente em si as possibilidades de mudança.

Tentemos nos explicar um pouco melhor.

Já sabemos, conforme exposto mais acima, que nosso crítico procurara adotar, em matéria de análise literária, uma postura semelhante ou até mesmo idêntica à que Sérgio Buarque de Holanda utilizara como forma compositiva de *Raízes do Brasil*, a tão famosa metodologia dos contrários, que consistia, nas palavras de Candido, em “ver em cada tendência a componente oposta, de modo a apreender a realidade da maneira mais dinâmica, que é sempre dialética”⁵⁷. Começamos a perceber agora que Candido adotara igualmente essa perspectiva em suas incursões históricas (afinal de contas ele precisava construir o seu arquétipo, sobre o qual erigiria a análise da obra literária e a situaria no contexto histórico). Ou seja, nosso autor tinha clareza suficiente de que a relação senhor-escravo exprimia as bases econômico-sociais sobre as quais estava fundada a sociedade brasileira, mas, fiel à sua própria proposta de método, procurava buscar a componente oposta a essa tendência, isto é, mesmo sabendo que o mundo dos homens livres pobres era determinado em última instância pelo regime escravista, esse mundo, para Candido, representava as novas tendências, que dialeticamente originavam-se no seio do próprio conflito (relação senhor-escravo). Essa relação, por sua vez, mesmo sendo a predominante no âmbito da produção, acabou por gerar processos sociais e formas de vida que atuavam em dois sentidos: no primeiro deles vemos que as formas de vida dos homens livres pobres podem ser entendidas como estratégias de sobrevivência, já que essa parcela da população não se enquadrava – senão esporadicamente – na relação senhor e escravo. Mas também podemos entender – e parece ser esta a proposta de Antonio Candido – as formas de vida geradas no âmbito do sistema escravista como uma resposta à opressão e à violência por ele impostas, de modo que a pouca adesão às leis, a preferência pelas relações afetivas em prejuízo das abstratas, próprias ao mundo liberal burguês, caracterizam-se como uma negação tanto à falta de liberdade quanto ao sofrimento criados pelo trabalho escravo e

⁵⁷ CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”. In *A educação pela noite & outros ensaios*, p. 164.

todos os demais aspectos que lhe proporcionavam o suporte necessário à sua existência. Em outras palavras, é a tentativa de ver no movimento histórico a sua negação, negação essa que foi gerada inclusive pelas próprias forças que comandavam esse movimento.

Correndo o risco de sermos repetitivos, chamamos a atenção para o fato de que a formação dessa camada social (dos homens livres) decorreu, na perspectiva de Candido, primeiramente de elementos internos e, em segundo lugar dos externos. Podemos sem problema algum admitir que a agricultura escravista era dirigida externamente, uma vez que buscava atender às exigências do mercado externo, e que, portanto, muitos fatores exógenos ao meio influenciavam a sua direção, conseqüentemente interferindo em toda a estrutura da vida social. Mas temos igualmente de admitir que foi todo o complexo escravista, aliado às mais variadas situações internas, aquele que dirigiu, por bem e por mal, a formação da classe dos homens livres pobres e juntamente com ela um modo de vida que negava ao mesmo tempo a brutalidade da escravidão e a moral severa das normas, instituições e hábitos burgueses.

Se nossa hipótese não for absurda, temos bons motivos para discordar de Roberto Schwarz quando aponta que a apreensão do ritmo geral da sociedade, extraído do modo de vida dos homens livres pobres, está ligada justamente às limitações do romance, uma vez que este deixa de lado a escravidão e o mando⁵⁸. Seja nas “*Memórias de um sargento de milícias*”, seja em “Dialética da malandragem” o andamento social, embora aparentemente não conte com escravos e senhores – como o próprio Candido reconhece⁵⁹ –, ele se constituiu em virtude desses elementos. Ora, o mundo da ordem e da desordem, segundo a leitura que fazemos da obra de Antonio Candido, é vazado em todos os sentidos pela sociedade escravista, assim como a obra de Manuel Antônio, seja em sua correlação com a brutalidade da escravidão, seja naquilo que porventura negue essa brutalidade. Ele não é constituído, excetuando-se a escravidão e o mando, pois foi no interior desse processo que ele foi gerado. É por isso, aliás, que em “Dialética da malandragem”, aquilo que Schwarz

⁵⁸ Ver a respeito “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, in *Que horas são?*, p. 132 e o ensaio “Outra Capitu”. In *Dois meninas*, p. 133-4. Ora, Candido não viu a ausência da escravidão e do mando como limitações do romance, embora reconheça que muito da sua graça se deva a essa ausência.

⁵⁹ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 53-4.

chamara de generalização do modo de ser de uma classe para modo de ser nacional, não nos soa como procedimento ideológico, uma vez que o ritmo que coordena o andamento da sociedade foi inferido sim – como quer Schwarz – a partir da análise do modo de vida de uma classe, entretanto, esse modo de vida era o produto resultante de toda a conjuntura colonial de exploração que se processara com a colonização. E o segredo deste expediente teórico parece residir justamente no fato de que o modo de vida dos homens livres pobres não é extraído de uma relação entre classes (como Roberto Schwarz parece proceder em “As idéias fora do lugar), mas é o resultado da negação do movimento histórico. Noutras palavras, Candido apresenta a dialética da ordem e da desordem como o resultado de todo o processo de colonização, escravidão e exploração por que passou e continuou passando o Brasil, só que esse resultado possui um caráter de negação desse mesmo processo, uma vez que organizou formas de vida que lhe são contrárias.

Portanto, na perspectiva de pesquisa implementada por Antonio Candido, atribuir o ritmo geral da sociedade brasileira ao modo de vida dos homens livres pobres é um procedimento semelhante àquele que procura ver na rotina literária, representada pela obra dos autores medianos, os componentes de inovação que comandarão a próxima corrente literária⁶⁰. Isto é, Candido aposta, como veremos melhor no segundo capítulo, que os elementos medianos constitutivos da sociedade brasileira, numa palavra, o povo, uma vez assumido o seu papel histórico, é o portador por excelência das mudanças que devem ser implementadas.

Vejamos agora algumas das implicações desse raciocínio.

Retomemos então uma passagem muito conhecida de *Formação da literatura brasileira*, que serviu inclusive como uma das epígrafes da segunda parte de *Um mestre na periferia do capitalismo*, de Roberto Schwarz, onde Antonio Candido explicita aquilo que julga ser um dos grandes feitos da obra de Machado em relação à daqueles que o

⁶⁰ Segundo Luiz Carlos Jackson, em *Os parceiros do Rio Bonito* “Antonio Candido escolhe o parceiro como objeto da pesquisa etnográfica porque ele seria uma espécie de ponto médio entre o caipira, sitiante autônomo, e o trabalhador assalariado”. Ver “A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, out. 2001, p. 129. Seja como for, parece haver uma predileção em Candido pelos “termos médios”, predileção aliás que para além de qualquer simpatia encerra um posicionamento teórico, como veremos a seguir.

antecederam: “Se voltarmos porém as vistas para Machado de Assis, veremos que esse mestre admirável se embebeu meticulosamente da obra dos predecessores. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar. Ele pressupõe a existência dos predecessores, e esta é uma das razões da sua grandeza; numa literatura em que, a cada geração, os melhores recomeçam da *capo* e só os mediocres continuam o passado, ele aplicou seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores. Este é o segredo de sua independência em relação aos contemporâneos europeus, do seu alheamento às modas literárias de Portugal e França. Esta, a razão de não terem muitos críticos sabido onde classificá-lo”.⁶¹

Observemos agora mais uma passagem de Antonio Candido, que muito bem poderia se referir a Machado de Assis:

“Um estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciada, não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores. Isto significa o estabelecimento do que se poderia chamar um pouco mecanicamente de causalidade interna, que torna inclusive mais fecundos os empréstimos tomados às outras culturas”⁶².

A primeira citação nos fornece muito mais que uma explicação dos méritos artísticos de Machado de Assis; ela nos indica a própria concepção artística e histórica utilizada por nosso crítico para o entendimento da “literatura como sistema”, tal qual foi exposta em *Formação da literatura brasileira* – conforme se pode observar no início desse capítulo. O que estamos sugerindo, portanto, é que Antonio Candido, ao desvendar as filiações de Machado e percebendo o alcance que elas representaram em sua obra, não por mero acaso, mas justamente pela base e os acertos que lhe proporcionaram, acabou as incorporando como uma espécie de baliza para as suas próprias investigações no âmbito da história literária do país.

⁶¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.2, p. 104.

⁶² CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In *A educação pela noite & outros ensaios*, p. 153.

Assim sendo, e essa será a principal lição que a segunda citação nos proporcionará, muito mais importante que as influências culturais externas para a formação de Machado de Assis, foram as internas. Essas sim desempenharam o seu papel com grandeza, pois forneceram à tradição literária em constituição os seus impasses, os seus erros, mas também os seus acertos, as suas descobertas e inovações. E, segundo Candido, foi a partir deles que Machado soube construir sua obra e provavelmente tornar “mais fecundos os empréstimos tomados às outras culturas”.

Ora, o leitor deve estar se perguntando, o que as influências literárias internas, que atuaram sobre a obra de Machado de Assis, têm a ver com a perspectiva histórica de Antonio Candido, que coordena a “Dialética da malandragem”?

Como sabemos, Candido entende a literatura e a história de modo conexo. Tomemos o exemplo da literatura brasileira do início do século XIX, período no qual era impossível retratar os aspectos psicológicos de uma sociedade pouco urbanizada e amplamente pulverizada; em que não despontavam divergências quanto às expectativas comportamentais, uma vez que predominava um padrão praticamente universal, sem maiores conflitos ou transgressões da norma. Certamente, afirma Candido, o romance não poderia atrever-se a buscar as complicações psicológicas de um tal período⁶³.

Ora, esse era mais ou menos o cenário que as *Memórias de um sargento de milícias* traduzia (é certo que o romance foi escrito posteriormente, mas segundo Candido, seu autor consegue captar e transferir para o plano literário o andamento da sociedade daquele período). E certamente ele nos ajuda a explicar a ausência de conflitos psicológicos no romance de Manuel Antônio: “a sociedade que deparava era pouco complexa; o país, pouco conhecido, com núcleos de populações esparsos e isolados”⁶⁴. Ou seja, em última instância, o autor de *Formação da literatura brasileira* está nos dizendo que não adianta esperar da literatura algo que a sociedade ainda não criou ou que ao menos não se configura no horizonte como possibilidade.

⁶³ Cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.2, p. 100.

⁶⁴ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.2, p. 196.

O que estamos sugerindo, portanto, é que a perspectiva utilizada por Antonio Candido para a construção da história literária é a mesma empregada para o entendimento do andamento histórico da sociedade. Mesmo considerando-se a literatura brasileira como uma literatura dependente, o principal fator que contribuiu para a grandeza da obra de Machado de Assis foram as influências literárias internas, pois estas antes de mais nada expressavam o estágio tanto da literatura quanto da sociedade, e por isso permitiam o passo adiante. Não é descabido, desse modo, supor que Candido entenda, no âmbito histórico, que as causalidades intrínsecas à sociedade brasileira possuam a primazia no estabelecimento do andamento histórico-social.

Acrescentemos agora mais um dado, fornecido igualmente por nosso autor, a respeito dos quatro grandes temas que “presidem à formação da literatura brasileira como sistema entre 1750 e 1880, em correlação íntima com a elaboração de uma consciência nacional: o conhecimento da realidade local; a valorização das populações aborígenes; o desejo de contribuir para o progresso do país; a incorporação aos padrões europeus”⁶⁵.

Excluindo-se a questão indígena, certamente as *Memórias de um sargento de milícias* contemplam, de um ou outro modo, os demais temas.

Importa, contudo, para nós, não a maneira como esses temas encontram-se dispostos no livro de Manuel Antônio, mas o modo pelo qual Antonio Candido os trabalha historicamente para montar seu esquema interpretativo, o que significa admitir que realidade local, progresso do país e incorporação aos padrões europeus não são apenas aspectos literários, mas representam outrossim, de alguma maneira, o movimento histórico ao qual a sociedade brasileira estava vinculada. O passo não é sem fundamento, pois já vimos que a concepção literária de nosso autor afirma que a literatura expressa o estágio em que se encontra a sociedade, de modo que essas questões eram matéria cotidiana sem dúvida alguma.

Portanto, se o desejo de incorporação aos padrões europeus, como facilmente se depreende, consiste em postulá-los como parâmetros que devem ser perseguidos, não apenas no âmbito cultural, pois já vimos que estão todos entrelaçados, mas também no

⁶⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.1, p. 66-7.

econômico e social, essa busca se faz por meio do progresso. E progresso, nesse caso, significava acompanhar os desenvolvimentos e as realizações econômico-sociais em andamento pelo mundo afora, principalmente na Europa. Acompanhar aqui, significa, para Candido, a adesão, a assimilação dos padrões, instituições, normas, modos de vida etc. (estamos sempre nos referindo a todos os âmbitos sociais).

Entretanto, há nesse ínterim a realidade local, à qual é necessário dar uma resposta, ou melhor, entender como ela se relaciona com a introdução desses padrões, normas e instituições estrangeiras. E, sobre este ponto chamamos a atenção do leitor, pois, para Candido, há de fato uma relação entre a realidade local e as novidades que aos poucos estavam sendo implantadas. Em momento algum elas são analisadas separadamente, como se fossem coisa diversa e sem conexão. Elas até podem ser contraditórias, discordantes, mas como enfatiza nosso autor, têm de ser em toda sua complexidade reduzidas ao elementar para que possam efetivamente ser apreendidas e inseridas num contexto que permita uma visão da totalidade, através da qual se possa discernir o ou os fatores dominantes que conduzem o processo histórico.

Para a determinação desses fatores e o entendimento do processo deve-se lançar mão de dois expedientes, o primeiro consiste no reconhecimento do caráter contraditório dos fatos e, o segundo, na redução desses fatos a uma forma que possa ser apreendida intelectualmente. Candido é muito preciso sobre esses pontos: “se aceitarmos a realidade na minúcia completa das suas discordâncias e singularidades, sem querer mutilar a impressão vigorosa que deixa, temos de renunciar à ordem, indispensável em toda investigação intelectual. Esta só se efetua por meio de simplificações, reduções ao elementar, à dominante, em prejuízo da riqueza infinita dos pormenores”. A respeito dos aspectos contraditórios da realidade, a clareza é a mesma: “[...] vendo na realidade um universo de fatos que se propõem e logo se contradizem, resolvendo-se na coerência transitória de uma unidade que sublima as duas etapas, em equilíbrio instável”⁶⁶.

Ora, se atentarmos bem, veremos que esses dois procedimentos acompanham toda a análise das *Memórias de um sargento de milícias*, compondo o fundo histórico que serve de

⁶⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v.1, p. 30.

suporte à análise literária. A dialética da ordem e da desordem que expressa o modo de vida dos homens livres pobres tem a intenção de ser a redução formal de um movimento histórico-social, no qual os indivíduos envolvidos em tal processo oscilam entre as novas formas de vida, que vinham sendo incorporadas, e aquelas que compunham o repertório social, de herança colonial. É óbvio que numa circunstância dessas, nenhuma das duas formas referidas apresenta-se de maneira íntegra, isto é, pura. Elas estão numa relação que, pela própria natureza do evento, sugere uma mistura, um intercâmbio constante.

Quando Candido indica que esse modo de vida dos homens livres pobres representa o ritmo geral da sociedade brasileira está justamente levando às últimas conseqüências as suas premissas, ou seja, se a sociedade brasileira em formação estava sob a influência de formas de vida estranhas às até então experimentadas, seria de se esperar que se estabelecesse, ao menos naquele momento, uma espécie de adequação ou acomodação, em que nenhuma das duas seria assumida integralmente assim como não seriam repelidas de uma hora para outra.

Em síntese podemos dizer que, para Candido, tão ou mais importante que a introdução das novas formas de vida, que para cá vieram no lastro do desenvolvimento capitalista, através das instituições liberais, é o modo pelo qual essas formas de vida passaram a interagir com o ambiente encontrado. Pois é dessa interação que se constituirá a sociabilidade interna. Isto sugere que as forças externas encontram um limite bem preciso à sua introdução no país, representado pela própria configuração sócio-histórica brasileira. Nesse sentido é que a realidade local se torna mais importante que todos os demais fatores, uma vez que será ela quem até certo ponto selecionará os elementos que aqui serão introduzidos; será ela também que os enformará, isto é, estará encarregada de adaptá-los ao novo ambiente. E, mais uma vez será a realidade interna a mais importante, pois é a partir dela que se deve procurar as respostas às questões que lhe são postas, tanto do exterior quanto internamente.

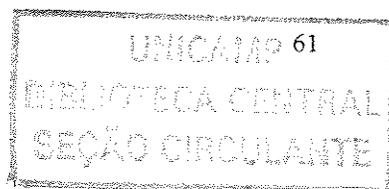
Por fim, queremos sublinhar que as observações, acima mencionadas, nos permitem apontar que não nos parece adequado entender o “mundo da desordem” ou “mundo sem culpa”, identificado por Candido, como uma necessidade, ou seja, entendê-lo como o ambiente dos homens livres e pobres que, por não poderem ser incorporados à “ordem”,

ficam submetidos à desordem. Nem tampouco pensamos que o movimento dialético entre mundo da ordem e da desordem deva ser entendido igualmente como uma necessidade, como se a “ordem” não permitisse o ingresso dos homens livres pobres, mas ao mesmo tempo não lhes desincumbisse de respeitá-la. Não se trata disso. O “mundo da desordem”, tal qual delineado por Candido, antes que uma necessidade é uma maneira de ser, uma opção. (O que não significa que sua formação não se devesse a fatores sociais de natureza brutal, tal como a escravidão).

Ora, parece-nos que Roberto Schwarz não dispensa a devida atenção à extrapolação que Antonio Candido realiza ao tratar do casamento de Leonardo com Luisinha, quando sugere a possibilidade (ou quase certeza) deste vir a contrair logo a seguir várias outras relações extra-conjugais, perpetuando o costume da formação das famílias brasileiras. Ou, como na frase já citada acima, quando afirma que os comportamentos até podem obedecer à ordem convencional, mas as consciências lhe ficarão indiferentes. Por isso, não concordamos com o modo pelo qual Schwarz interpretara esses elementos, tendo em vista que para ele a condição dos homens livres de “Dialética da malandragem” deve ser entendida como uma necessidade social, gerada pela situação econômica tanto desse grupo quanto do país em relação ao mundo do capital, como se pode observar por essa citação: “a dialética da ordem e da desordem resume a regra de vida de um setor capital da sociedade brasileira: o dos homens livres que, não sendo escravos nem senhores, viviam num espaço social intermediário e anômico, em que não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela”⁶⁷. Mas aqui não é o lugar para nos alongarmos sobre a interpretação de Roberto Schwarz. Voltaremos a tratar desse assunto de modo mais específico no quarto capítulo deste trabalho.

O objetivo de nosso texto foi expor uma síntese do percurso que Antonio Candido trilhou para a construção de um esquema interpretativo de uma obra literária, no caso as *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Esperamos ter deixado claro a importância que esse percurso representa para a crítica literária brasileira e,

⁶⁷ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 138.



mais especificamente, para nosso intuito de mostrar as fontes a partir das quais Schwarz principiara a investigação do narrador machadiano. Contudo, cabe ainda uma pequena observação a respeito da herança deixada por Sérgio Buarque de Holanda. Como vimos, Candido prefaciara o seu livro *Raízes do Brasil* em 1967 e, ao invés de um panegírico – como é costume em boa parte de nossa tradição intelectual –, apontara para passagens importantes, que, entretanto, haviam escapado aos críticos, e que no entanto ele as julgava serem as mais radicais em matéria de posição política, assumidas pelo seu autor; construía ainda um pequeno resumo dos capítulos e, nele, não se esquivara a sugerir algumas chaves explicativas, segundo as quais a obra retomaria o seu devido teor político. Mas, para Candido, certamente a grande herança de *Raízes do Brasil* reside no seu método interpretativo, que busca no movimento da história a sua própria negação, realizando no seu âmbito expositivo uma “admirável metodologia dos contrários”, cuja preocupação principal era a de que “o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente”⁶⁸. Ora, apesar do Prefácio ser de 1967, Candido já adotara essas posições quando da composição da *Formação da literatura brasileira*, como pudemos observar claramente através das citações extraídas do capítulo VI do primeiro volume, que trata da “Formação da rotina”; o mesmo ocorre na sua tomada de posição no ensaio “Literatura de dois gumes”. Por último, como acabamos de ver, o texto “Dialética da malandragem”, contém igualmente elementos e métodos destacados naquele Prefácio a *Raízes do Brasil*. Parece que tal afirmação não é sem propósito, uma vez que Roberto Schwarz, comenta que “Dialética da malandragem” aponta para uma certa posição em que Candido deixaria implícito que numa sociedade que oscila entre a ordem e a desordem, como a brasileira, haveria um espaço menor para a interiorização da ordem – tal qual ocorre nas sociedades burguesas de fato – que, por sua vez pode “ser concebido como um trunfo para a hipótese de nos integrarmos num mundo mais aberto (socialismo?)”⁶⁹. Apontando ou não para uma sociedade com destino socialista, o certo é que o texto de Candido retoma o procedimento

⁶⁸ Cf. CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. xlii e xlix.

⁶⁹ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos salvo engano de ‘Dialética da malandragem’”, in *Que horas são?*, p. 152.

de Sérgio Buarque⁷⁰ ao encarar como possibilidade de futuro as características e configurações sociais do país, ou ainda, já que elas estão aí presentes, é a partir delas que se deve procurar formas de evolução (para usar a expressão de Buarque). Aquilo que, numa visão afetada pelos princípios do Liberalismo, se julgaria como inadequado para uma civilização, seria, no entanto, o que compõe o substrato histórico-social desse país. Mais uma vez eis aqui a tentativa de buscar nos movimentos da história a sua própria negação.

⁷⁰ Ver CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”, especialmente a parte em que Candido trata do capítulo VII, onde, segundo nosso crítico, estaria sugerido a possibilidade de o Brasil aproveitar-se de suas próprias características sócio-culturais, geralmente desprestigiadas e tidas como empecilhos, numa convergência rumo à democracia.

CAPÍTULO II.

OUTRAS RAÍZES

a) Traços constitutivos do homem cordial:

Conforme acabamos de ver no primeiro capítulo, parece ser inegável a influência exercida por Sérgio Buarque de Holanda, através de seu livro *Raízes do Brasil*, sobre o conjunto da obra de Antonio Candido. Certamente esse foi um dos motivos que nos incentivou a estudá-la, a tentar entender alguns dos seus principais elementos metodológicos, muito elogiados por esse crítico. Mas, na realidade, o motivo fundamental da escolha do livro de Sérgio Buarque foi outra. Como não podemos deixar de salientar, nosso trabalho tem por eixo central o estudo de parte da obra sociológica de Roberto Schwarz, especialmente aquela que lida com a problemática do atraso como componente do processo de modernização brasileira, e é a essa finalidade que devemos atribuir tal escolha. Ora, *Raízes do Brasil* é citado em “As idéias fora do lugar”, justamente para corroborar a noção de “desconcerto”, que o autor deste texto vinha construindo a respeito da não correspondência entre as idéias liberais recém chegadas ao país e em processo de implantação e as práticas coloniais aqui ainda preservadas. Interessante notar, porém, que a semelhança dos textos pára por assim dizer na identificação do “desconcerto”. O próprio Schwarz reconhece que Buarque explora a questão “em outra linha”⁷¹. Essa afirmação nos instigou a tentar compreender sobre o que se assenta tal diferença; assim se explica melhor nossa escolha.

É necessário ainda reconhecer a influência de Antonio Candido sobre a leitura que realizamos da obra de Sérgio Buarque.

Assim sendo, convém iniciarmos nossa argumentação pelo prefácio a *Raízes do Brasil*, escrito por Candido em 1967 e que, a partir de então, acompanha as edições

⁷¹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 27, nota 11.

brasileiras desse livro⁷². O texto começa por traçar um interessante panorama de algumas obras da sociologia e historiografia brasileira dos anos 30 e 40, destacando a importância que assumiram, para aqueles que se interessavam pelo Brasil, as publicações de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (em 1933), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (em 1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (em 1942). Os três eram livros inovadores, cada qual a seu modo, fosse na composição, no tratamento da informação ou no método interpretativo. Certo é que essas obras assinalavam um salto qualitativo em nossa produção intelectual, que, aos poucos, se desvinculava das concepções naturalistas e positivistas. A seguir, Candido elabora uma espécie de resumo dos sete capítulos de *Raízes do Brasil*, que mais assume o formato de um roteiro de leitura – obra de professor –, haja vista a sua preocupação em tentar esclarecer um ponto do livro que, a seu ver, fora dada pouca importância pelos leitores, possivelmente em função da forma expositiva ser bastante compacta e por estar mais sugerido que propriamente mostrado. Candido se refere ao aspecto político de *Raízes do Brasil*, mais especificamente ao capítulo VII, “Nossa revolução”, onde Sérgio acaba sugerindo que há no Brasil uma convergência de fatores que podem ajudar a conduzir a sociedade brasileira rumo à democracia.

A insistência de Antonio Candido sobre esse aspecto do livro de Sérgio Buarque é tal, que, em várias outras ocasiões, fará novamente referência à especificidade do desfecho de *Raízes do Brasil*⁷³, cujo caráter democrático radical teria passado praticamente

⁷² Como o referido Prefácio contou com o assentimento do autor do livro e não deixou mais de figurar nas edições seguintes, temos bons motivos para pensar que Sérgio Buarque concordava com a leitura ali expressa por Antonio Candido.

⁷³ Já num artigo da *Folha socialista*, de 1948, intitulado “Forças conservadoras contra forças demagógicas”, Antonio Candido fazia referência ao aspecto da radicalidade política de *Raízes do Brasil*. Este texto está reproduzido em CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. Quase vinte anos depois, no Prefácio de 1967, que traz o título “O significado de *Raízes do Brasil*”, novamente a referência, tornando-se provavelmente a mais conhecida. A partir de então várias foram as observações nesse sentido, que a seguir procuramos assinalar algumas. Num texto de 1982, editado logo após o falecimento de Sérgio, na revista *Novos Estudos Cebrap*, n. 3, de título “Sérgio em Berlim e depois”, também presente em BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*; nova referência no “*Post-scriptum*”, que passou a acompanhar aquele Prefácio ao livro de Sérgio, datando de 1986; novamente, num texto chamado “Sérgio, o radical” que

desapercebido aos leitores: “Fascinados pela brilhante análise tipológica dos capítulos precedentes, os leitores nem sempre perceberam direito uma singularidade do livro: era o único “retrato do Brasil” que terminava de maneira premeditada por uma posição política radical em face do presente. De fato, o livro é ao mesmo tempo uma análise do passado (que pegou mais) e uma proposta revolucionária de transformação do presente (que pegou menos)”⁷⁴.

Inovando num tempo em que o conhecimento histórico vinha acompanhado de um certo saudosismo patriarcalista, Sérgio rompia com essa tradição e, segundo Candido, “sugeria que, do ponto de vista metodológico, o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente”⁷⁵, de modo a abrir caminho ao novo, que naquele momento de publicação do livro, estava vinculado ao cenário político inaugurado pela Revolução de 30, ao processo de modernização que se iniciava e aos movimentos democráticos que irrompiam como expressão de um povo que sonhava em assumir a condução da política do país. Por isso *Raízes do Brasil* pode ser considerado como um livro não apenas de interpretação histórica, mas de propostas de intervenção e de ação no presente, aliás, conforme propõe o mesmo Sérgio Buarque quando critica a tradição intelectual brasileira, que mais se apega à carta de bacharel, ao anel de grau, ao saber de fachada, à sonoridade da frase e às expressões raras – citadas em latim –, que propriamente

encontra-se publicada no livro *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. Foi fruto de homenagem realizada em 1988 à memória do historiador. No mesmo ano de 1988, Antonio Candido profere uma palestra no Instituto de Estudos Avançados da USP, onde trata do caráter radical e inovador da posição política apresentada em *Raízes do Brasil*. Essa palestra foi publicada com o título “Radicalismos” em *Estudos Avançados*, n. 4, v. 8. São Paulo: jan./abr. 1990. O texto seguinte, “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”, está no livro *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, resultado de um Seminário em homenagem a Sérgio, organizado pela Fundação Perseu Abramo e coordenado pelo próprio Antonio Candido, em 1997; uma outra referência podemos encontrar no texto “Lembrança de Sérgio”, que saiu pelo caderno *Mais! Folha de S. Paulo*, 14/03/2004 e faz parte do livro *Sérgio Buarque de Holanda – Visões de um radical*.

⁷⁴ CANDIDO, Antonio. Sérgio em Berlim e depois. In BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, p. 125.

⁷⁵ CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*, p. xlix.

ao conhecimento e à ação, que este pode proporcionar⁷⁶. Vamos agora tentar extrair de *Raízes do Brasil* essas indicações de Antonio Candido.

Para Sérgio Buarque “[...] a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito⁷⁷”. Em linhas gerais, podemos dizer que será esse um dos pressupostos fundamentais da construção metodológica de *Raízes do Brasil*, que consiste em identificar num determinado movimento histórico o seu contrário, a sua negação. Essa negação que, por sua vez, é fruto do próprio movimento passa a atuar no sentido de superar os elementos que a geraram, fornecendo assim ao historiador um quadro muito mais amplo das transformações e dos fatores envolvidos em tal processo. Nas palavras de Antonio Candido, uma “metodologia dos contrários”. Para tal, Buarque lançou mão de um expediente nada convencional para a época (no Brasil), a construção de “tipos”, exemplo certamente tomado a Weber, embora um tanto modificado, pois não trabalha com pluralidades, mas com pares alternados⁷⁸: novo mundo e velha civilização, trabalho e aventura, sementeiro e ladrilhador, campo e cidade, iberismo e americanismo etc., o que resulta em um forte poder de esclarecimento, cujo alcance explicativo vai muito além da mera descrição dos fatores, uma vez que esses se interpenetram dialeticamente, possibilitando assim uma compreensão do modo pelo qual se relacionam e de como, através dessa relação, se formam.

Com efeito, a partir do primeiro capítulo, “Fronteiras da Europa”, já fica evidente a preferência pela utilização de pares, quando Buarque vai buscar os elementos, anteriores à época dos descobrimentos, que participaram do processo de formação histórica da Península Ibérica. A própria determinação das especificidades de Portugal e Espanha é obtida através de comparação com os demais países europeus. É assim que ele pode definir

⁷⁶ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, cap. III.

⁷⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 134.

⁷⁸ É necessário reter um pouco a atenção sobre este aspecto do livro, sobre o qual, aliás, alguns estudiosos passaram despercebidos. Apesar de Sérgio Buarque ser um tanto econômico terminologicamente e Antonio Candido não ser muito mais pródigo que ele, ambos deixam claro que não se trata necessariamente de termos opostos ou em contradição. Ver a este respeito a nota 5, do Capítulo II de *Raízes do Brasil*.

o personalismo como uma característica distintiva da cultura ibérica, gerando como resultado uma dificuldade singular, principalmente por parte de portugueses, em adotar formas de organização ou associações em que o indivíduo é obrigado a ceder ou perder espaço ou tem de se sacrificar em prol de normas e abstrações coletivas. A identificação do fenômeno social do personalismo ibérico torna-se um dos pontos capitais de *Raízes do Brasil*, pois, através dele, Sérgio trata de vários outros temas e situações em que o peso daquele elemento atua de modo determinante⁷⁹. Doravante, nessa perspectiva, não mais será possível analisar os aspectos sócio-históricos dos portugueses ou brasileiros sem uma prévia consideração do papel neles desempenhado pela inclinação personalista. Esse aspecto, de tão fundas raízes, estaria, entretanto, em contradição com as abstrações requeridas pelas instituições políticas burguesas e opunha-se ainda fortemente à moral do trabalho, como meio de alcançar a prosperidade e a dignidade terrena.

O trabalho propugnado pelo mundo burguês, exaustivo, penoso e disciplinado seria estranho àquela forma de vida, já que ele exige uma entrega pessoal completa, uma quase que renúncia da personalidade, o que contrariava demais uma cultura personalista, cujo desejo do título de fidalgo era mais almejado que quaisquer outras distinções. Todavia, sabemos da impossibilidade de existência de uma sociedade somente de nobres e fidalgos. Existia, portanto, o outro lado, que, de algum modo, havia de se ajeitar, ou seja, conciliar a mesma disposição personalista com a necessidade de sujeição. Essa se daria, segundo Sérgio Buarque, por uma via também peculiar aos povos ibéricos, que era a disposição cega de obedecer: “a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere fundamente dos princípios medievais e feudais de lealdade – tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte”⁸⁰. Ora, esses atributos

⁷⁹ É verdade que numa entrevista, concedida em 2 de junho de 1981, Sérgio Buarque ao se referir a *Raízes do Brasil* diz: “acho muito estática aquela definição do início, em que falo do personalismo, do individualismo. Não posso concordar com isso hoje. O mesmo vale para aqueles trechos sobre o ladrilhador, o sementeiro: acho aquilo ensaístico demais. precisaria refazer”. “Entrevista de Sérgio Buarque de Holanda”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 69, jul. 2004, p. 10.

⁸⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 11.

destacados, dificuldade de sujeição a organizações de caráter solidário e propensão à obediência cega, constituem então fatores muito importantes para se entender a forma de organização da administração portuguesa no Brasil e a sua conseqüente continuação após a Independência: Estado autoritário e centralizador, sustentado pela crença na tradição e pela quietude da obediência.

Determinado o personalismo como um dos principais elementos que atuam na cultura ibérica e brasileira, de modo a dificultar que estas assumam integralmente os princípios e formas de vida que vão surgindo com o sistema capitalista e com o liberalismo, Sérgio Buarque pode responder então a alguns saudosistas da época de publicação de *Raízes do Brasil*, que se compraziam em revivescer o passado de heranças ibéricas, e para quem a solução à “triste realidade” brasileira – cuja sensação de falta de coesão de nossa vida social estava, naquele momento, sendo sentida mais diretamente – só podia ser encontrada mediante um retorno à tradição. Não viam aqueles que a nossa falta de coesão social não era causada pelas recentes mudanças, mas se constituíam em dificuldade desde a colonização: “Trazendo de países distantes nossa forma de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”⁸¹.

Esse trecho, que descreve a sensação daqueles saudosistas, assinala também a inadequação entre as condições ou peculiaridades naturais e sociais da então América Portuguesa e a implantação de uma certa cultura européia, já filtrada via Península Ibérica. Note-se que, a despeito de todas as nossas características particulares, importávamos ainda uma contradição que dizia respeito à Península Ibérica, pois é de lá que nos chega o personalismo e também as formas burguesas, mesmo que em roupagem ainda de nobreza. O retorno, portanto, à tradição não pode se constituir numa solução. O engano decorre

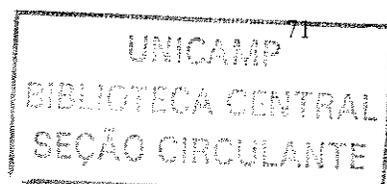
⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 3.

provavelmente de não se perceber que o passado brasileiro sofrera dos mesmos males que afligem o presente, talvez apenas em menor dose. E, tal proposta, mesmo que para muitos sedutora, demonstra uma incapacidade tremenda de propor o novo, ao que Buarque ainda acrescenta “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação”⁸².

Nesse encadeamento de argumentos de *Raízes do Brasil*, que estamos procurando reconstruir, não podemos deixar de lembrar o fato de que a burguesia portuguesa foi uma das primeiras a se constituir na Europa, o que, por esse motivo e pelo fato de não encontrar fortes resistências no território português, em decorrência da ausência de uma consistente tradição medieval, ela não enfrentou oposições que lhe obrigassem a adotar uma nova escala de valores, que determinasse a transformação do seu modo de pensar e agir e, conseqüentemente, o de toda a sociedade. Podemos, enfim, dizer que ela estava mais preparada economicamente que socialmente para responder às necessidades de uma organização burguesa. Não encontrando resistências a destruir, a nascente burguesia não demorou em adotar como seus ideais os símbolos da nobreza, que tão bem casavam com os do personalismo, próprio ao povo português.

O que por sua vez gera uma situação interessante, pois, segundo Sérgio Buarque, os portugueses não possuíam uma forte tradição de nobreza, de caráter impermeável, cujas origens remontassem a um passado medieval, igual àquela que podia ser observada nos demais países europeus de além-Pireneus e até mesmo na vizinha Espanha. Não era raro que entre os portugueses ocorressem casos de labregos conquistarem títulos e honrarias, assim como nobres empobrecidos descerem socialmente à classe da qual participara seus pais. O que se viu, portanto, em Portugal foi uma burguesia desejosa de ostentar os títulos e costumes nobres, e que, todavia, não se fechara ao êxito e ao mérito de indivíduos provenientes de outras camadas sociais; digamos, então, que seus critérios tornaram-se mais maleáveis, ou melhor, os critérios de sangue e tradição, em Portugal, foram substituídos por outros mais mundanos, já que do plebeu ao nobre todos podiam considerar-se fidalgos, se assim o permitissem suas posses.

⁸² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 5.



Outra importante peculiaridade dos portugueses foi a ausência do orgulho de raça, que tanto contribuiu para a sua formação cultural e social, quanto para a miscigenação no próprio Reino e posteriormente na América Portuguesa e Brasil. Sérgio Buarque chega a relatar que a tribo africana dos Suaheli fazia distinção entre portugueses e os demais europeus⁸³, pois aqueles, por sua mistura, pela facilidade com que incorporavam os costumes e linguagens de outros povos, pelo modo como acolhiam seitas e rituais religiosos aos seus, diferiam e muito do europeísmo dos povos do norte do continente. Essa facilidade de assimilar e integrar-se a outras culturas teria sido um dos fatores que mais pesaram para o êxito português nos trópicos. Ao lado dos indígenas e africanos não se portou o português como o representante de uma cultura superior, infensa a qualquer tipo de influência; pelo contrário, tudo indica que o bom resultado do seu empreendimento “[...] resultou justamente de não terem sabido ou podido manter a própria distinção com o mundo que vinham povoar. Sua fraqueza foi sua força”⁸⁴.

Mesmo no trato com os escravos, que, por uma questão até mesmo de funcionamento do sistema, poder-se-ia argumentar sobre a necessidade do colonizador em preservar uma certa distância do cativo, não a teria respeitado de todo o português. Se em alguns setores da sociedade brasileira a presença do negro foi praticamente nula, em outros, ligados mais a aspectos que passavam quase despercebidos no dia-a-dia, penetraram os hábitos africanos tão fundo, de modo a marcar indelevelmente a sua influência sobre a formação dos costumes, da língua e da cultura brasileira: “O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com freqüência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer idéia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação”⁸⁵.

⁸³ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 22.

⁸⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 34.

⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 24.

Outro elemento, apontado por Sérgio Buarque, que teria atuado na formação dos caracteres sócio-culturais do brasileiro, foi o forte pendor dos portugueses para a aventura e uma igualmente forte aversão ao trabalho exaustivo, sistemático e rotineiro. Dessas características beneficiaram-se as navegações do século XV e toda a expansão marítima empreendida por Portugal nos séculos seguintes, que, por fim, levaram a uma forte diminuição da população metropolitana, devido à emigração para as colônias e possessões e ao grande número de mortos, resultantes dessas expedições, que quase acabou por despovoar o Reino. Teria sido, entretanto, esse caráter mais afeito à busca do desconhecido, sobretudo mais sedento por recompensas imediatas e que não exigissem um esforço contínuo e repetitivo, que desempenhara brilhante função para a consolidação da colonização portuguesa nos territórios americanos. Boa parte dos portugueses que aqui chegavam, vinha em busca de riqueza fácil, rápida; seu desejo era retornar o mais breve possível ao Reino, levando consigo aquilo que conquistara. O que poderia ser visto por muitos como algo negativo – pois o papel dos trabalhadores estáveis e previdentes, como aponta Sérgio Buarque, foi praticamente nulo em nossas terras – é encarado por nosso historiador como positivo, dadas todas as condições que, em sua análise, dificultavam ou até mesmo impossibilitavam qualquer prática sistemática de trabalho. “[...] o gosto da aventura [...] teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência”⁸⁶.

Note-se como os diversos fatores, acima apontados, vão aos poucos se concertando e ditando um ritmo para o processo de colonização. Pendor aventureiro e aversão ao trabalho repetitivo conciliaram-se muito bem com a forma de exploração rural aqui adotada; caso típico fora a lavoura canavieira, cuja ocupação do espaço obedeceu mais a critérios aventureiros que propriamente agrícolas. A adoção do braço escravo esteve em sintonia fina tanto com a forma de exploração rural quanto com a orientação portuguesa a

⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 16.

respeito do trabalho. Aquilo que já se lhes apresentava como algo repulsivo, pouco recompensador e nada digno de um fidalgo; que sua religião não circunscrevia como preceito indispensável à salvação – que era o que acontecia com a severa moral protestante do trabalho; e, ainda, diante do cativo do africano, qualquer referência a trabalho passou a lhes representar causa extremamente ignóbil e de cuja infâmia não estava livre nem a descendência de quem ousasse desenvolver função tão baixa. Diante dessa posição, é justo dizer que os portugueses tinham do ócio uma representação muito mais digna e nobilitante que do negócio, além do fato de que um fidalgo tem uma “reputação” a zelar.

São esses elementos que permitem a Sérgio Buarque aos poucos ir reconstruindo o ambiente sócio-cultural brasileiro, cujas raízes contraditórias desde o primeiro momento de implantação da colonização estariam presentes na nossa história. Se, com efeito, “não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais”⁸⁷, cujas estruturas haviam sido preservadas até muito depois da falência desse sistema, mas que, mesmo durante seu pleno funcionamento, estariam repletas de contradições; contradições essas que remontam à própria instalação de uma colônia de exploração, em moldes capitalistas sobre bases ainda não adequadas, por assim dizer, historicamente anteriores.

Essa contradição, como atesta o Capítulo IV de *Raízes do Brasil*, também fica evidente na organização das cidades brasileiras, ou melhor, no seu surgimento, quase que espontâneo e ao acaso, cuja dependência das propriedades rurais fazia com que parecessem meros apêndices seus. Mesmo no século XVIII, que atestara o surgimento de algumas cidades um pouco maiores, por um lado em decorrência da decadência da lavoura canavieira, por outro, pelo surgimento da mineração, a situação das cidades, mesmo não dependendo economicamente da lavoura, não mudara efetivamente, pois a direção da sociedade estava nas mãos dos senhores rurais. E o que nos interessa reter, para compreendermos o rumo tomado pelo processo de colonização, é que “o predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do

⁸⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 41.

esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio”⁸⁸. Ou seja, novamente Sérgio Buarque está afirmando sua tese a respeito de nossas raízes ibéricas, uma vez que a forma de sociedade escolhida para a Colônia estava estreitamente vinculada ao modo de vida do povo português. Ora, transplantando para cá uma organização social, já historicamente ultrapassada e teimando em associá-la a um modo de exploração econômica historicamente mais adiantado, não fizeram os portugueses mais que exportar para o Brasil uma contradição já há muito sentida na metrópole.

Chamamos a atenção para a relevância desse ponto. Para Sérgio Buarque há uma contradição atuando no seio da sociedade brasileira; para ele essa contradição não diz respeito, ou melhor, não se originara com a Independência. Ela é anterior e reflete, ao mesmo tempo que reconhece, as forças internas que interagem com as externas. As forças ou circunstâncias internas, apresentadas em *Raízes do Brasil*, não são vistas apenas como empecilhos, às quais o Liberalismo deve liquidar. Como veremos a seguir, se as peculiaridades brasileiras teimam em não ceder espaço às novas formas de vida, há de se procurar esses motivos na própria sociedade, nas suas estruturas, nos seus costumes e não somente na subordinação que o sistema econômico mundial repõe constantemente.

Como qualquer leitor de *Raízes do Brasil* pode perceber, nosso objetivo até aqui não foi resumir os principais argumentos de cada capítulo do livro, mas destacar uma série daqueles que servem ao propósito que expusemos acima, ou seja, selecionar os argumentos que nos indiquem uma chave de interpretação de sua metodologia e de algumas de suas conclusões. Assim sendo, já podemos nos deter, por enquanto, nos argumentos apresentados, para analisar o seu alcance.

Ora, como já observado anteriormente, em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda utilizara-se de um procedimento metodológico que, segundo Antonio Candido, pode ser denominado de “metodologia dos contrários”, que consiste basicamente na construção tipos, embora o autor trabalhe com pares e não pluralidades, com a finalidade de possibilitar uma visão dialética do processo histórico-social. O poder de esclarecimento de tal método provém justamente da interpenetração dos fatores e da possibilidade de se

⁸⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 60.

entender a ambos através da relação que estabelecem entre si. Esse mesmo método ainda procura buscar no movimento da história a sua própria negação, negação esta gestada de modo a produzir a superação dos elementos que a geraram.

A partir dessas observações e dos argumentos acima referidos, podemos dizer que a colonização brasileira, segundo Buarque, contara desde o princípio com a convivência de elementos contraditórios. Se por um lado os portugueses foram felizes em conciliar os diversos fatores que lhes eram próprios, enquanto povo, aos problemas e obstáculos enfrentados no novo mundo, por outro, esse modo de vida estava em desacordo com alguns princípios do modo de produção e do sistema econômico aqui implantado por eles mesmos. Note-se, mais uma vez, que essa contradição já se achava presente na sociedade portuguesa da época dos descobrimentos e não é apenas um produto genuinamente brasileiro; nem tampouco essa contradição se apresentara com a Independência, como sustenta Roberto Schwarz em “As idéias fora do lugar”. Ela teria vindo com os primeiros colonizadores.

Contudo, tal contradição pôde ser “administrada” por um grande período, o que não quer dizer que não houvessem outras forças sendo formadas no interior da sociedade brasileira. São justamente essas forças, ou se se preferir, movimentos históricos, que agora nos interessam. Se acima destacamos várias situações em que aliaram-se favoravelmente os caracteres do português com os do meio e das novas condições a que vinham enfrentar na América Portuguesa, passaremos doravante a cuidar dos movimentos históricos que possibilitaram o início das transformações que viriam modificar a organização implementada pelos portugueses no Brasil. Ou seja, abordaremos as situações contraditórias que, aos poucos, foram surgindo no próprio processo de colonização e cujo desfecho visa a superação da estrutura social ibérica aqui implementada. E, nada melhor para exemplificar tais mudanças que o enfoque dado por Sérgio Buarque às transformações econômicas – com alcance em todos os demais setores da sociedade – por que passou o Império brasileiro na metade do século XIX⁸⁹.

⁸⁹ Sobre as transformações ocorridas no Brasil após a transladação da Corte Portuguesa em 1808, Sérgio Buarque assinala aquele momento como o primeiro em que “a persistência dos velhos padrões coloniais viu-se pela primeira vez seriamente ameaçada”, embora não tenha constituído “perigo iminente para a supremacia dos senhores agrários, supremacia apoiada na tradição e na opinião, mas abriu certamente novos horizontes e

Pois, foi com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que a escravidão viria a sofrer o seu primeiro grande golpe e, juntamente com ela, a estrutura social e econômica, de origens ibéricas, montada durante o período da colonização e que dela se beneficiava direta e indiretamente. Apesar de Sérgio Buarque não se deter nos fatores econômicos externos que contribuíram para a criação da lei que pôs fim ao tráfico negreiro, foi por ele muito bem acentuado o caráter de transformações que ela desencadeou, principalmente no tocante à disponibilidade de capitais, que outrora eram empregados no comércio transcontinental de escravos, e agora estavam à disposição e à procura de investimentos no Brasil⁹⁰. Esses capitais passaram, a partir de então, a ser mobilizados e invertidos, em forma de crédito, para a agricultura; serviram também a obras de infra-estrutura, voltadas especialmente para atender às necessidades da vida urbana; outro destino foram as ondas especulativas, que começavam a formar-se nesse país. “Não é por simples coincidência cronológica que um período de tão excepcional vitalidade nos negócios e que se desenvolve sob a direção e em proveito de especuladores geralmente sem raízes rurais, tenha ocorrido nos anos que se

sugeriu ambições novas que tenderiam, com o tempo, a perturbar os antigos deleites e lazeres da vida rural”, *Raízes do Brasil*, p. 120. Sérgio Buarque, entretanto, prefere situar o ano de 1850, ano da extinção do tráfico negreiro intercontinental, como marco decisivo para o início das mudanças, já que foi a partir desse evento que a estrutura colonial passou efetivamente a sentir as transformações que resultariam mais adiante numa futura modificação dos modos de produção. Para uma apreciação das mudanças e das inovações implementadas durante o período joanino, ver SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil - 1500/1820*.

⁹⁰ É provável que quando da primeira edição de *Raízes do Brasil*, em 1936, Sérgio Buarque talvez não dispusesse dos elementos teóricos necessários a análise do papel desempenhado pela América Portuguesa (ou Brasil) no Antigo Sistema Colonial. Como se sabe, só em 1942, com *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, esse aspecto passou a integrar o panorama do pensamento social brasileiro. Entretanto, *Raízes do Brasil* foi reelaborado em suas edições subsequentes e tal interpretação parece que não fora assumida pelo seu autor, possivelmente em decorrência dos propósitos do livro. Adiantando um pouco nossa exposição, podemos dizer que seguramente essa questão deve incomodar seus leitores, pois, como veremos mais à frente, se se tratava de buscar a liquidação das raízes ibéricas, as possibilidades abertas com o fim do Antigo Sistema Colonial e logo a seguir do tráfico negreiro intercontinental mostravam-se por demais alentadoras (ao menos em termos teóricos). Ou será que Sérgio Buarque não acreditava que as forças ou causalidades externas pudessem liquidar, sem ajuda das internas, as tais heranças coloniais? E disto decorrendo toda sua ênfase em buscar a negação dos movimentos históricos internos?

seguem imediatamente ao primeiro passo dado para a abolição da escravidão, ou seja a supressão do tráfico negreiro”⁹¹.

Acrescente-se ainda que, se por um lado boa parte do capital obtido através do tráfico passava a ser invertido na agricultura – por isso mesmo essa atividade começava a assumir um papel distinto do desempenhado até aquele momento –, a outra parte dos cabedais ia para o incremento da infra-estrutura das cidades e para a construção e melhoria de ferrovias, portos e estradas, visando principalmente a uma maior eficiência no transporte e comercialização dos produtos agrários. De tudo isso, como lembra Sérgio Buarque, o que mais chama a atenção é a mudança do destino final dos capitais. Pois até então todo o dinheiro excedente, oriundo do lucro do tráfico ou da agricultura, encontrava nessas duas atividades o destino certo para novos investimentos. Após 1850, a cidade passa a concorrer com o campo na disputa pelos capitais ociosos ou excedentes, o que contribuirá significativamente para uma mudança no próprio modo de organização daquelas e das formas de vida ali presentes e em desenvolvimento.

Entretanto, o que importa reter é que o capital monetário formado antes de 1850 e mesmo depois, fora praticamente todo ele obtido por intermédio da escravidão e agora esse mesmo capital começava a ser investido de modo a negar as próprias fontes de sua origem. Noutras palavras, com o desvio dos capitais, antes voltados ao tráfico, para empreendimentos e formas de vida capitalistas modernos, estava-se utilizando recursos provindos da escravidão para aniquilá-la e finalmente destruí-la. O que mais teria contribuído internamente para o fim da escravidão que as próprias benfeitorias por ela realizadas? Através dos braços e pés escravos tornou-se possível a construção e melhoria dos sistemas de transporte e de comunicação; foi possível a formação das fazendas e da própria agricultura brasileira, sem contar as cidades; enfim, todos empreendimentos levados a cabo graças ao suor e sangue escravos. E, no entanto, essas realizações acabaram por representar as condições que se inscreveriam no processo histórico como aquelas que internamente minaram o sistema de produção de base escravista, uma vez que a partir dessas benfeitorias e do estágio de desenvolvimento em que se encontravam a agricultura e

⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 42.

as cidades brasileiras, fora possível a destruição da escravidão. (Não se trata de afirmar que o fim da escravidão contara apenas com esses elementos; como dissemos, as transformações materiais operadas pelo processo escravista, acabaram por constituir-se em poderosos elementos contrários à manutenção do trabalho escravo, contribuindo dessa maneira para sua extinção).

Contudo, segundo Sérgio Buarque, as modificações iniciadas em 1850 viriam a ser efetivamente aprofundadas apenas em 1888, quando do final da escravidão. A abolição, além da concessão da liberdade aos negros, viria servir também de “marco divisório entre duas épocas”. Não se pode pois esquecer que a escravidão também fora a responsável pela manutenção do predomínio do mundo rural sobre o urbano, já que era sobre o trabalho escravo que se formara e se sustentava a classe dos senhores rurais. Fora igualmente a responsável pela criação e sustentação, por um longo período, das formas de vida que se reproduziam às suas expensas, quer do lado da classe dominante quer dos menos favorecidos⁹². Dessa maneira a abolição veio representar – em certo sentido – um rompimento com aquelas antigas formas de dominação, que, no fundo, constituíam a base das relações sociais e econômicas tanto no campo quanto na cidade.

A transformação operada pela abolição e pela passagem do rural ao urbano é uma boa chave para se compreender um dos objetivos de *Raízes do Brasil*. Através dos acontecimentos dos dois últimos quartéis do século XIX pode-se dizer que a tradição ibérica estava sendo superada por um novo modo de vida, que, talvez, possa ser chamado, com alguma ressalva, de americano⁹³. Resta agora que expliquemos o que seria esse novo modo de vida. Para tal, é necessário que façamos uma outra reconstituição, voltada não mais para o bom êxito português no processo de colonização ou para os movimentos econômico-sociais que viriam contribuir para a superação daquele sistema. Doravante é preciso atentar para o brasileiro, sua formação, seus costumes e hábitos.

⁹² O mecanismo do favor, cuja prática envolvia tanto a classe dos “que tinham” quanto a dos “que não tinham”, é um bom exemplo de como alguns dos menos favorecidos acabavam por se beneficiar, mesmo que indiretamente, da estrutura patriarcal da sociedade brasileira escravista. Sobre este ponto, ver o capítulo seguinte.

⁹³ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 127.

E um dos traços principais herdado pelos brasileiros junto aos portugueses teria sido, segundo Sérgio Buarque, o personalismo. Essa herança fica destacada em praticamente todos os capítulos de *Raízes do Brasil* e será ela também uma das responsáveis pela caracterização do “homem cordial”. É interessante notar, mais uma vez, que, quando apontamos a necessidade de liquidação das raízes ibéricas, estamos nos referindo às formas de dominação aqui implantadas pelos portugueses. Naturalmente, Sérgio Buarque não estaria pensando em apagar todos os traços portugueses que nos foram legados. O que ele propõe é um procedimento muito ousado, que antes de mais nada aposta na valorização dos caracteres brasileiros. Para ser mais claro, ele não se limitara a identificar as contradições presentes na sociedade portuguesa e que foram transplantadas para a brasileira, para em seguida demonstrar a sua incompatibilidade com as idéias e instituições tomadas de empréstimo aos países mais adiantados econômico e socialmente; também não se apegou às práticas de considerar como opostos irreconciliáveis, de um lado, as peculiaridades brasileiras, aí incluídas todas as estruturas sociais do tempo colonial, que insistem em sobreviver e, de outro, os paradigmas da modernidade, sem os quais não nos restaria qualquer esperança. Conforme dissemos, o procedimento é outro: é preciso compreender a sociedade brasileira em sua plenitude e, a partir daí desenvolver instituições e regras que lhe digam respeito. Não mais se trata somente de apontar o atraso nacional através de parâmetros internacionais, mas de propor formas políticas e institucionais que respeitem e considerem nossos modos de vida; trata-se, enfim, de destacar os elementos favoráveis de nosso meio que estejam em sintonia com os ideais democráticos.

E o melhor modo de auscultar nossas raízes afim de mapear nossos modos de vida, nossas características mais íntimas enquanto povo, é justamente ir buscar lá onde foram plantadas as primeiras sementes e acompanhar seu desenvolvimento.

Levando-se em consideração que nossa colonização foi de origens quase que estritamente rurais – “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”⁹⁴ – tal fato acabou por moldar sobremaneira não somente os aspectos políticos e sociais, mas inclusive os ligados à cultura, à religião e afins. Embora Sérgio

⁹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 41.

Buarque reconheça que a insistência portuguesa em criar uma sociedade de origens rurais esteve muito longe de constituir uma necessidade imposta pelo meio, tal objetivo parece ter sido plenamente atingido, certamente por contar com os caracteres personalistas dos colonos portugueses, que encontravam na vida no campo muito menores entraves que os da vida na cidade. Lembremos ainda que, para Sérgio Buarque, o gosto da aventura foi o elemento orquestrador que atuou no processo de colonização aqui realizado pelos portugueses.

Pois foi no campo que o português pôde dar livre vôo ao seu desejo de conquista; de ganho fácil, com pouca dedicação e trabalho; foi no meio rural também que pôde exercer sem peias a sua autoridade (senhores) ou obedecer, sem se sentir reprimido e ofendido (pobres). Também, longe das cidades, foi que se tornou possível a preservação da família como núcleo social privilegiado e que acabou por ser a responsável pela noção freqüentemente adotada entre nós de que o Estado é uma continuidade sua, uma como que extensão do lar. (Até mesmo nossos governantes são por nós vistos através da figura de um pai). Foi em suma, essa disposição portuguesa para as relações sociais de caráter afetivo, que desprezam qualquer abstração e neutralidade, uma característica que teria perpassado toda a vida colonial brasileira, o Império e chegado aos nossos dias, vindo demonstrar não uma sujeição passageira qualquer, mas uma assimilação que tem de ser compreendida nos seus pormenores, uma vez que parece não ser algo do qual se lute para se libertar, porém para preservar.

Em sua tarefa de expor o personalismo português, cuidou Sérgio Buarque dos menores detalhes, não se esquecendo inclusive das situações em que geralmente o caráter de honestidade dos reinóis era motivo de dúvida e escárnio, como quando nos fornece verdadeiras pérolas sobre a história da fidelidade comercial do português para com os amigos e as infidelidades para com os clientes. Até nos pormenores nosso autor soube discernir no espírito lusitano muito mais afeição à pessoa que ao lucro propriamente dito, uma vez que este não é perseguido a todo custo, ao que parece, quando se comercia com pessoas de alguma afetividade; e, mesmo a ganância e o amor às riquezas, que porventura balizem as transações comerciais dos lusitanos, não se deve ver nelas os germes do capitalismo, já que não estão acompanhados de um processo de racionalização próprio a

este sistema. O que imperaria nessas transações seria antes a lealdade a superiores, amigos e afins.

Ora, não é difícil perceber a dimensão e a influência que semelhantes atitudes representaram na organização da vida política, social e econômica do país. Também não é difícil perceber que elas quase nunca foram consideradas e admitidas nos momentos de implantação de normas e instituições que lhes eram completamente estranhas.

Entretanto, a posição mais corrente em relação ao sentimento de desconcerto, acima mencionado, foi como que uma espécie de postulação de inferioridade, da qual somente poderíamos nos livrar à medida que fôssemos assumindo e participando dos modos de vida trazidos dos países ricos. O tradicionalismo a que estávamos presos nos impedia de imaginar qualquer outra saída para nosso desejo de equipararmos-nos às nações mais adiantadas que não fosse a cópia de suas leis e instituições. Nosso período imperial foi uma constante cópia, embora se repetindo como farsa e burla. É essa situação que permite a Sérgio Buarque dizer que “trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições imporiam”, mas, ele, não se esquivou de acrescentar que “os campeões das novas idéias esqueceram-se com freqüência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se ‘fazem’ ou ‘desfazem’ por decreto”⁹⁵.

Seria, portanto, para as formas de vida da sociedade brasileira que deveríamos nos voltar quando desejássemos criar ou implementar leis e instituições. O capítulo V de *Raízes do Brasil*, que trata do “Homem cordial”, não é, aliás, senão uma tentativa de caracterizar esse sujeito histórico, cuja formação remonta aos períodos mais distantes de nossa colonização e por certo está intimamente associado àquelas formas de vida que predominaram por todo período colonial. Tem ele os dois pés no mundo rural, nas relações patriarcais e familiares para cá transplantadas pelos portugueses. Tem também enorme simpatia por todas as formas de proximidade que esse tipo de vida permite, incentiva e acaba por exigir. São estranhas, portanto, aos seus modos de vida as relações sociais cujos

⁹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 119.

compromissos não se fundam num vínculo mais fraterno, próprio às relações de amizade, apadrinhamento ou parentesco, assim como lhe está distante qualquer proposta que postule um sacrifício de sua individualidade. Aliás, sua noção de indivíduo, se assim se pode dizer, não é a mesma postulada pela sociedade moderna; contrariamente a essa, ele prefere manter uma estreita proximidade com os demais indivíduos de seu grupo ou família: “no ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: ‘Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativoiro’”⁹⁶.

A definição do “homem cordial”, realizada por Sérgio Buarque de Holanda, vem desempenhar um papel significativo em seu discurso, e podemos dizer que, diferentemente de outros autores, tal definição visa a algo mais que apenas identificar os oprimidos⁹⁷, procura estabelecer-lhes um caminho. Sendo um pouco mais claro, a caracterização do homem cordial não pára em si mesma, ela possui um quê de proposta, pois, mais adiante, ele será apresentado como uma definição ou modelo das principais características dos brasileiros, que deveriam ter em conta todos aqueles que estão envolvidos no processo político, já que, como podemos notar pelo texto a seguir, há um desajuste perceptível entre o homem cordial e a civilidade burguesa: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido no caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na

⁹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 108.

⁹⁷ Até porque o homem cordial não pertenceria somente à classe dos menos favorecidos.

civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças”⁹⁸.

A diferença entre Sérgio Buarque e outros autores, que procuravam ver a “triste realidade” brasileira como consequência da quebra da tradição, ou outros ainda que se limitavam a mencionar a contradição entre nossas práticas sociais e as idéias burguesas que aqui se “adotavam”, é que em *Raízes do Brasil* a distância entre nossa barbárie social e as idéias ilustradas decorria tanto de nosso passado colonial, cujas raízes era preciso extirpar, quanto de nossa incompetência ou incapacidade de propor o novo, que, no caso, seria as propostas de organização de nossa sociedade de acordo com suas próprias características, a que o “Homem cordial” vem servir de modelo.

Penso que essas observações constituem um bom ponto de partida para a leitura das considerações da página inicial de *Raízes do Brasil* e outras de mesmo teor que se encontram por quase toda a obra: “podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”⁹⁹. Ora, Sérgio Buarque não nega a possibilidade da contribuição brasileira a um determinado tipo de civilização, o que sustenta, porém, é que essa contribuição não participa, ou melhor, não se enquadra devidamente no sistema de civilização europeia ao qual fomos submetidos a partir do século XIX. Do mesmo modo que o autor sustenta que o brasileiro “é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades”¹⁰⁰; essa assimilação somente é possível na medida em que conviva em sintonia com os princípios culturais acima apontados. Portanto, em sua visão, não se deve esperar do brasileiro uma adesão incondicional às idéias e formas de vida novas se estas se apresentarem contrárias ao seu caráter personalista ou se exigirem algum sacrifício que demande um desvencilhamento

⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 106-7.

⁹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 3.

¹⁰⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 112.

quase total da tradição e dos costumes sobre os quais está assentado. E Sérgio Buarque anotou o alcance dessa sua descoberta quando apontou que “na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas”¹⁰¹.

Dito isso, o que nos importa reter é que para Sérgio Buarque de Holanda, o desajuste sentido pela sociedade brasileira entre a sua forma de viver, ou o modo pelo qual se propõe a viver, e a imposição de instituições e normas estrangeiras não é somente produto de resquícios do processo de colonização, que entram em conflito com preceitos econômicos e de conduta de vida liberais. O desajuste, como vimos, tem origens muito anteriores ao século XIX. Entretanto, ele é o responsável por nos sentirmos “uns desterrados em nossa terra”, o que não significa que, na tentativa de resolver o impasse, optemos irrevogavelmente pela recusa completa das idéias estrangeiras, ou, por outro lado, pelo abandono de nossos caracteres próprios enquanto povo. Ambas as soluções seriam irreais e impraticáveis.

Aquilo que Sérgio Buarque claramente sugere é a necessidade de liquidação das raízes ibéricas, usadas como meio de dominação e manutenção do poder pela classe dominante¹⁰². Dito mais claramente, o que precisava ser abolido era a antiga estrutura

¹⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 119.

¹⁰² Há certamente em *Raízes do Brasil*, numa aproximação com outros livros que trataram da formação brasileira, como sugere Paulo E. Arantes e Roberto Schwarz (respectivamente. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”, p. 230; “Os sete fôlegos de um livro”, in *Seqüências brasileiras*, p. 54), uma idéia de que com a liquidação das raízes ou heranças ibéricas seria possível pensar na resolução dos problemas postos pela malformação da nação. Entretanto, para Sérgio Buarque não são apenas as tais raízes ibéricas ou o andamento internacional do capital que emperram a nossa formação nacional. Como acabamos de observar, o desconcerto se deve a não consideração de nossos elementos sócio-culturais quando da incorporação das normas e preceitos burgueses. O que nos leva a sugerir que o atraso é visto, em *Raízes do*

social, montada no período colonial e que a ele sobrevivera; era necessário destruir as formas políticas que teimam em manter afastadas do seu processo a grande maioria da população; era preciso, ainda, acabar com os privilégios de classe, que se assentavam sobre bases sociais de uma época ultrapassada. No entanto, aquilo que se refere à esfera que aqui chamamos de cultural, a sua posição é outra e, com certeza, tão bem definida quanto a primeira. Para ele trata-se de conferir aos aspectos culturais e sociais, próprios ao povo brasileiro, a sua devida importância. São eles que têm de ser levados em consideração quando da adoção das idéias e instituições estrangeiras. O sentimento de desterro a que alude Sérgio Buarque não possui outro sentido senão o desrespeito às nossas formas de vida quando da adoção irresponsável de normas e preceitos que lhes são estranhas.

Se, como dissemos, no tocante às raízes ibéricas de dominação, a posição por sua liquidação é clara, igualmente o é a sua posição pelo respeito às características peculiares ao povo brasileiro. Tal posição é audaciosa, pois ao mesmo tempo procura preservar os elementos estrangeiros favoráveis e nossas práticas saudáveis. Desse misto é que devem sair as nossas instituições.

Sublinhe-se que o alcance dessa posição possui um cunho extremamente político, uma vez que nosso autor é herdeiro e ao mesmo tempo coevo de uma tradição intelectual que preocupou-se com a condição dos dominados e oprimidos no Brasil. Entretanto, mesmo autores que lutaram contra as antigas formas de dominação e opressão, fossem ou não originárias da época colonial e rural, não perceberam que a simples identificação da situação dessas camadas da população brasileira, ou até mesmo o destaque que lhes foi dado na formação e evolução de nossa civilização eram incapazes por si sós de estabelecer-lhes um lugar no processo histórico.

Brasil, como consequência da preservação de algumas práticas coloniais tanto quanto da adoção das idéias liberais. Para Buarque não é a coexistência de ambas que nos emperra, mas a má articulação entre elas. Ou seja, o desconcerto decorre justamente da não adequação, se é que é possível, de nossas peculiaridades, ou melhor, daquilo que caracteriza social e culturalmente o brasileiro, com as instituições democráticas.

b) Homem cordial e mundo da desordem:

Doravante, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para a proximidade existente entre o “homem cordial”, destacado em *Raízes do Brasil*, e o “mundo da desordem”, identificado por Antonio Candido quando da análise das *Memórias de um sargento de milícias*, tanto em *Formação da literatura brasileira* quanto em seu ensaio “Dialética da malandragem”,¹⁰³.

Sabemos que para Antonio Candido, os estudos sobre o romance de Manuel Antônio de Almeida acabaram por revelar um apego do brasileiro pelas “formas

¹⁰³ Pedro Meira Monteiro em seu livro *A queda do aventureiro*, mais especificamente no capítulo V, já chamara a atenção para a proximidade entre o “mundo cordial” e a dialética da ordem e da desordem, de Antonio Candido. Entretanto, é bom frisarmos que nossa leitura não compartilha de alguns pontos desenvolvidos por esse autor. Em primeiro lugar, não concordamos com a oposição, ali desenvolvida, entre homem cordial e indivíduo burguês, como se o primeiro congregasse em si os resquícios do sistema patriarcal, que aos poucos estavam sendo eliminados pelo avanço da sociedade moderna, representada especificamente pelos modos de vida e valores urbanos. Não nos parece adequado essa oposição, uma vez que Sérgio Buarque salienta a necessidade de se considerar as especificidades sócio-culturais brasileiras quando da criação de normas e instituições políticas (*Raízes do Brasil*, p. 119). Ora, se se tratasse de ver o homem cordial como um simples resquício do mundo patriarcal, cujas origens e reminiscências deveriam ser liquidadas, esse cuidado com as nossas especificidades não faria muito sentido. Em segundo lugar, somente a título de argumentação, concordemos inicialmente com a oposição apresentada por Pedro M. Monteiro, ou seja, entre o homem cordial e o indivíduo burguês, na qual o primeiro representaria o mundo patriarcal e a vida em comunidade, ao passo que o segundo seria representado pelo mundo burguês e cidadão. Lembremos ainda que, em sua perspectiva, o homem cordial não passaria de um “pobre defunto na cidade”, fadado à extinção, em virtude do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que aos poucos estaria eliminando as bases sociais sobre as quais ele se assentava. Nesse sentido, com a diminuição do patriarcalismo e a destruição concomitante das formas de vida lastreadas pelo mundo rural e pela proximidade afetiva, o homem cordial não teria mais futuro pela frente. Assumidas, porém, essas posições é justo então que nos perguntemos se o processo de desenvolvimento capitalista pelo qual passou o Brasil no último século, de fato realizou a construção daquele indivíduo, postulado por Monteiro, em oposição ao homem cordial, ou se ao menos criou as condições para tal. Nossa resposta a essa indagação é negativa, ou seja, o desenvolvimento brasileiro, inserido na dinâmica internacional do capital, não forneceu acesso a boa parte da população naquilo que diz respeito aos quesitos burgueses e de individuação moderna. E, ao que tudo indica, ao contrário daquilo que dizia a ideologia burguesa de até bem pouco tempo atrás, o sistema capitalista parece já ter dado como certo a impossibilidade de absorção total da população ao seu funcionamento – aqui não se trata apenas do caso brasileiro. Desse modo, poderíamos então perguntar se o homem cordial não estaria “mais vivo” que nunca, uma vez que os avanços do capital não conseguiram eliminar os resquícios de formas sociais ultrapassadas.

espontâneas de sociabilidade”¹⁰⁴. Ora, essa espontaneidade, que inicialmente fora identificada através da análise das relações entre os homens livres e pobres e depois generalizada para toda a sociedade brasileira¹⁰⁵, como elemento orquestrador do seu ritmo, estaria na origem da recusa por parte dos brasileiros das formas fixas e duras da “ordem”, importada junto às civilizações mais velhas. Outra característica que Candido pinça das *Memórias de um sargento de milícias* seja em *Formação da literatura brasileira*, seja em “Dialética da malandragem”, é aquilo que se poderia denominar como uma frouxidão das regras (aqui não se trata apenas de lei). Essa frouxidão pode ser entendida como uma espécie de tolerância dos brasileiros naquilo que se refere aos limites que serviriam para distinguir entre o bem e o mal, o justo e o injusto, o lícito e o ilícito, enfim, a ordem e a desordem. Tal qual num ambiente familiar, o brasileiro tenderia a tolerar as transgressões que seus próximos praticam, até mesmo a consentir, numa espécie de “deixa pra lá”, “não foi por mal” ou “que mal tem isso?”, muito peculiar também à nossa forma de proceder

¹⁰⁴ Essa expressão é de Antonio Candido. Ver “Dialética da malandragem”, p. 51.

¹⁰⁵ Arriscando uma sugestão, não podemos deixar de apontar que em “Dialética da malandragem”, Antonio Candido não realiza apenas a generalização do modo de vida da classe dos homens livres e pobres para toda a sociedade brasileira. Há um outro movimento de generalização correndo paralelo a este e desta vez não diz respeito somente à nossa sociedade e ao brasileiro. Se prestarmos atenção, perceberemos que Candido também está trabalhando com uma noção de Homem que tem a intenção de apresentar-se como universal, mas, bem entendido, não se trata de um conceito de homem, estático, imutável, tal qual queriam os iluministas; o que está em questão em seus pressupostos é a necessidade sentida e quase sempre experienciada pela maior parte dos homens de de algum modo transgredir as regras sociais, mais ou menos rígidas, das sociedades a que pertencem, o que demonstra que não estão dispostos a oferecer por esse convívio tudo aquilo que lhes é exigido, não importando a justeza dessa exigência. Não é por outro motivo que ele diz: “quanto mais rígida a sociedade, mais definido cada termo e mais apertada a opção. Por isso mesmo desenvolvem-se paralelamente as acomodações de tipo casuístico, que fazem da hipocrisia um pilar da civilização. E uma das grandes funções da literatura satírica, do realismo desmistificador e da análise psicológica é o fato de mostrarem, cada um a seu modo, que os referidos pares são reversíveis, não estanques, e que fora da racionalização ideológica as antinomias convivem num curioso lusco-fusco” (p. 48). Ou seja, esse pendor para a “desordem”, que no brasileiro pode ser estudado de forma sistematizada, não é um atributo especificamente nosso; outros povos o tem experimentado, e Candido ainda sugere que quanto mais rígidas as normas, maior a necessidade de acomodações casuísticas, que, em última instância, significam transgressões. Nessa perspectiva, o homem cordial ou o mundo da desordem não seriam uma presunção brasileira. Eles seriam apenas representações do modo pelo qual o brasileiro conseguiu amenizar as pressões comuns a maior parte das civilizações.

quando se trata das estripulias dos parentes. E mais, o brasileiro se inclinaria a não ver com bons olhos aqueles que se dispusessem a uma estrita observância das regras.

Na análise de Candido, o princípio que parece sempre comandar essa disposição corrosiva de não acatar preceitos e que seria a chave para a compreensão de nossa sociabilidade é a afeição, que ora se expressa através da espontaneidade, ora pela tolerância, mas que comumente procura timbrar em todas as ocasiões um sentimento de proximidade. Nesse sentido, o isolamento individual – próprio às formas de sociabilidade liberal-burguesa – como que se evapora e toda e qualquer forma de reconhecimento tem de passar por alguma instância coletiva e afetiva.

Interessante notar, nesse mesmo sentido, que o “homem cordial” de Sérgio Buarque parece igualmente ressentir-se de qualquer amarra ou peso que lhe é imposto de modo coercitivo pela civilização, especialmente se se tratar de normas abstratas e impessoais, peculiares e indispensáveis à caracterização e ao funcionamento da civilização burguesa. O “homem cordial” também faz questão de assentar suas relações, sem exceção inclusive das comerciais, em formas afetivas de vida – como vimos acima através do exemplo retirado junto aos portugueses – formas estas que muitas vezes não coincidem com as instituições políticas ou econômicas às quais está submetido. Por isso a noção de indivíduo moderno – a todo custo difundida, louvada e indispensável ao liberalismo – não lhe poderia ser mais estranha e distante. Numa palavra, essa noção lhe causaria horror.

Como exemplo comparativo, tomemos uma asserção de Antonio Candido, presente em *Formação da literatura brasileira* a respeito das personagens das *Memórias de um sargento de milícias*: “os figurantes interessam, pois, na medida em que contribuem para o acontecimento, não como unidades autônomas”¹⁰⁶. O modo pelo qual nosso crítico entende a armação estrutural daquele romance parece ter como base a fraca definição de indivíduo, ou melhor, a sua definição peculiar, própria à sociabilidade brasileira, que, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, chega por vezes a prescindir daquilo que parece haver de mais individual e distintivo numa pessoa, o próprio nome. É justamente por esse sentido grupal, coletivo, muito bem expresso pela forma das *Memórias...*, que seu autor pôde

¹⁰⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, v. 2, p. 198.

referir-se às suas personagens através da função por elas desempenhada na sociedade (barbeiro, mestre-de-cerimônias, fidalgo, cadete etc.) ou pelo posto ocupado no conjunto de relações afetivas e de parentesco (vizinha, comadre, compadre, prima, tia etc.). Ou seja, essas representações literárias mostram um indivíduo que sozinho não se satisfaz a si mesmo; alguém que possui a necessidade mais imediata de estar em correspondência com outro, ou nas palavras de Sérgio Buarque, de “viver nos outros”¹⁰⁷.

É importante mencionar ainda que o “homem cordial”, formulado em *Raízes do Brasil*, não guarda proximidade somente com o modo de ser de nossos colonizadores lusitanos. Ele, segundo a visão do livro, tem muito dos “antigos moradores da terra”, que ao contrário dos europeus (os portugueses e espanhóis, nesse momento e em vários outros, parecem não entrar nessa categoria), cuja noção de constância, ordem e exatidão compõem quase uma segunda natureza, “adaptavam-se só exteriormente, sem adesão íntima, a essas normas ‘civilizadas’, mais ou menos como um ator desempenha o papel que lhe foi distribuído ou uma criança recita a lição que aprendeu de cor”¹⁰⁸. Notável a correspondência dessa passagem de Sérgio Buarque com estouta, de Antonio Candido: “[...] ordem convencional a que obedecem os comportamentos, mas a que no fundo permanecem indiferentes as consciências”¹⁰⁹. Entretanto, para além das comparações e das proximidades que certamente guardam entre si o homem cordial e o homem do mundo da desordem, é muito mais importante compreender o que esse “tipo” significa na obra de Antonio Candido e Sérgio Buarque.

Nesse passo, convém lembrar que esse “tipo” de homem surge nas obras dos dois autores como produto da negação do movimento histórico, ou seja, o homem cordial é fruto das circunstâncias do processo de colonização, que agregou no mesmo ambiente várias culturas e formas de vida diferentes, com um objetivo específico e direto, que era atender aos anseios econômicos metropolitanos. A reunião daqueles elementos barbara e violentamente explorados, ao mesmo tempo que correspondia aos desígnios para os quais

¹⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 108.

¹⁰⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 17-8, nota 9.

¹⁰⁹ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”, p. 41.

eles haviam sido ajuntados, desígnios estes que certamente quase nada tinham a ver com suas vontades, acabava por engendrar, dentro desse mesmo processo, um movimento em direção oposta. Não é à toa que Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, inicia o capítulo sobre o homem cordial tratando do Estado, e do regime de trabalho livre capitalista. Ele precisa de um contraponto à realidade brasileira, para a qual essas instituições modernas estão muito distantes. E estão distantes não simplesmente por uma questão de atraso, de falta de desenvolvimento, mas pelos modos de vida que aqui foram implantados e que, numa mistura com as demais condições próprias à terra e às pessoas que para cá vieram, acabaram por constituir um ambiente refratário às abstrações exigidas pela vida moderna.

Do mesmo modo podemos entender o homem do mundo da desordem, destacado por Antonio Candido. Ele foi o produto, por assim dizer, do Antigo Sistema Colonial, produto excluído, é necessário completar, pois, como homem livre pobre ele não cabia sequer na relação estabelecida entre senhores e escravos. Entretanto, foi seu modo de vida, segundo Candido, aquele que enformou o andamento social brasileiro. Como produto da exclusão a que estava submetido fora obrigado a desenvolver formas de vida que lhe assegurassem de algum modo a existência; essas formas de sobrevivência, penetravam nas frestas a que o sistema escravista estava constantemente exposto e numa combinação que a ambas as partes interessava – até certo ponto – preservar, acabou por generalizar como conduta aquilo que era um expediente passageiro, uma forma de se ajeitar temporariamente. Mas vale dizer que se tal expediente encontrou abrigo e passou a ser incorporado posteriormente por todas as camadas da população é porque ali havia ambiente propício, ou seja, o sistema escravista afetava igualmente a constituição das classes dominantes. Ao mesmo tempo que ele lhe representava um mecanismo de exploração, de perpetuação no poder, de gozo material, a escravidão corrompia a base desse domínio (aqui não se trata de corrupção moral). Assim temos uma camada da população que, por estar à margem do sistema, fica obrigada a sobreviver de expedientes, que, em última instância, acaba por negar esse mesmo sistema, uma vez que não acata plenamente, até por não podê-lo, suas formas de organização da vida e seus preceitos sociais normativos; do mesmo modo, uma classe dominante, que, no afã de dominar, não percebeu que se emaranhou nas próprias correntes com que prendia seu capital.

Ora, nenhum dos dois autores vê esse fenômeno como negativo, ou seja, como pernicioso ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Ao contrário, ambos concordam em destacar a humanização das relações propiciada por essa forma de vida (a necessidade parece que encarregou-se de estreitar os laços de proximidade, como estratégia de sobrevivência), cuja conduta é definida não em termos exteriores, como, por exemplo, através de noções de Estado, instituições políticas e ideologias, mas a partir das afeições produzidas por um padrão de convívio que reconhece uma tolerância comportamental muito ampla, praticamente oposta às formas duras e previamente definidas de relações sociais exigidas por uma sociedade contratual.

Ou seja, esse homem avesso às normas e às ordens, que ambos os autores não vacilaram em considerar como o principal elemento constituinte da sociedade brasileira, isto é, como aquele cujo modo de vida é o responsável por estabelecer o próprio ritmo do andamento social, é concebido como um fator expressamente positivo. Importa, entretanto, enquadrarmos um pouco melhor esses elementos nas leituras que Candido fizera da obra de Sérgio Buarque.

Num de seus textos a respeito do caráter político de *Raízes do Brasil*, o crítico diz o seguinte: “Lendo os ensaístas, observa-se que a descendência dos escravos de Joaquim Nabuco, do ‘sertanejo forte’ de Euclides da Cunha, da ‘plebe rural’ de Oliveira Viana, dos mestiços valorizados por Gilberto Freyre, do proletário-de-manifesto dos intelectuais de esquerda acabava sem função definida no processo histórico presente”¹¹⁰.

Para Sérgio Buarque de Holanda, porém, todos esses setores de desprestigiados deveriam passar a desempenhar uma função no processo histórico, uma vez que integravam o povo brasileiro e, por conseguinte, possuíam o direito de assumir a condução da política e do governo de um país que se queria democrático. No entendimento de Antonio Candido, através de *Raízes do Brasil*, seu autor rompe com aquela visão liberal que no fundo amparava os escritos da maior parte dos “radicais” brasileiros – e que teria envolvido inclusive Manoel Bomfim –, segundo a qual cabia às elites esclarecidas a condução do povo e a consequente resolução dos seus problemas. Ainda no seu entendimento, coube a

¹¹⁰ CANDIDO, Antonio. Sérgio em Berlim e depois. In BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, p. 127.

Buarque a primazia por “uma franca opção pelo povo no terreno político, deixando claro que ele deveria assumir o seu próprio destino¹¹¹”.

Ora, se cabia ao povo a condução do seu próprio destino nada mais apropriado que estabelecer as instituições e toda a estrutura social de acordo com as características desse povo. É aqui que entra o homem cordial e o homem do mundo da desordem. Tanto para Sérgio Buarque quanto para Antonio Candido esse tipo de homem, através de seu modo de vida, já representava uma negação expressa das bases sobre as quais estava assentada a sociedade e o Estado brasileiro. Reconhecê-lo significava reclamar o seu espaço.

Nesse sentido, o brasileiro é um rebelde, ou se preferirmos, um radical¹¹². Seguramente não há nada de revolucionário nessa posição, mas é inegável que ela tampouco representa qualquer consentimento pelas formas de vida aqui implementadas a partir do século XIX, uma vez que elas são constantemente (e quase sempre impunemente) desrespeitadas. Portanto, seja na obra de Antonio Candido, seja na de Sérgio Buarque, o homem cordial ou do mundo da desordem desempenha o papel ideológico de contestador nato dos princípios burgueses; é aquele também que deve assumir o poder político e organizá-lo de modo a respeitar as suas peculiaridades enquanto povo; ele representa ainda aquilo que de melhor a sociedade brasileira teria produzido, tanto a cordialidade quanto a tolerância; por fim, ele é o produto da negação do movimento histórico, comandado pelo capitalismo e como produto dessa negação ele deve combatê-lo e quem sabe sobrepor-se.

¹¹¹ CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”. In *Estudos Avançados*, n. 4, v.8, jan./abr. 1990, p. 18.

¹¹² Esse termo, muito caro a Antonio Candido, não é assumido aqui em seu sentido original, ou seja, neste texto ele não se refere aos intelectuais de classe média, que, episodicamente, negam os interesses de sua própria classe em favor dos dominados.

CAPÍTULO III.

SOBRE “AS IDÉIAS FORA DO LUGAR”

a) Pressupostos sociológicos:

Obedecendo ao plano que traçáramos na Introdução de nosso trabalho, trataremos agora de expor alguns dos pressupostos sociológicos que julgamos indispensáveis à compreensão dos argumentos formulados por Roberto Schwarz, em sua interpretação da sociedade brasileira do século XIX. Assim sendo, nosso objetivo na primeira parte deste capítulo será selecionar algumas contribuições de Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais. Poder-se-ia argumentar que os elementos fornecidos pelos trabalhos de Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, tratados anteriormente, poderiam muito bem ser alocados entre os de sociologia. O que não seria infundado. Mas, preferimos tal separação por acreditar que ela expresse melhor nosso ponto de vista a respeito da forma como Schwarz lida com suas fontes. Em nosso entendimento, as obras de Candido e Buarque certamente são importantíssimas para ele, porém – diferentemente do que ocorre com Cardoso e Novais – aquelas são considerados de modo a serem “contestadas”, isto é, são assumidas e reconhecidas, embora a seguir sejam “superadas”. Portanto, seus textos desempenham funções bem distintas dentro da obra de Schwarz, como teremos oportunidade de observar no decorrer da exposição deste capítulo e do próximo.

Seja também dito de antemão que obviamente não pretendemos traçar um repertório de todos os autores ou teorias utilizadas por Roberto Schwarz, nem reconstituir o trajeto percorrido pela sociologia brasileira na sua tarefa de explicação da malformação nacional ou das especificidades de nossa sociedade. Tal empreendimento está muito distante de nossa competência e não integra o objetivo deste trabalho¹¹³. O que nos interessa, portanto,

¹¹³ Certamente uma das melhores fontes de informação para se compreender o percurso da crítica literária brasileira na sua tarefa de associar obra literária com processo social é o livro de Paulo Eduardo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Neste livro, o autor se encarrega de demonstrar a atenção dispensada por Candido aos aspectos sociais intrínsecos à obra literária e a continuidade desse projeto por Schwarz. O livro trata ainda da

é reconstituir a formação de alguns dos principais argumentos sociológicos utilizados por Schwarz e acompanhar as eventuais transformações que sofreram quando de suas elaborações, uma vez que foram o produto de obras de diversos autores, que, apesar de serem todos mais ou menos contemporâneos, ressentem naturalmente algumas divergências.

Vale lembrar ainda que os dois textos de Schwarz, que mais interessam à nossa pesquisa – “As idéias fora do lugar” e “A matriz prática” – foram publicados com dezoito anos de distância um do outro, favorecendo desse modo a incorporação das novas descobertas da sociologia brasileira, realizadas nesse intervalo. Se esse fato por um lado nos dificulta a exposição, por outro estimula a pesquisa, pois demonstra o quão vivo e atual é o seu assunto. Assunto do qual, aliás, se pode dizer que vem sendo construído e elaborado desde o final dos anos 1950, quando um grupo de estudiosos iniciou uma revisão das interpretações da sociedade e da formação brasileiras, num claro desejo de “passar a limpo” a história do país.

Assim sendo, convém nos determos inicialmente na configuração intelectual que se originava no Brasil, nos finais dos anos 50, cujo centro estava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. É daí que procede a cepa de estudiosos que nos interessa. A apreensão do ambiente intelectual e da problemática sociológica daquela época, através das questões que ali eram postas a fim de atender a uma espécie de “chamamento histórico”, nos introduz indiretamente no assunto estudado por Roberto Schwarz nas obras de Machado de Assis. Esse caminho indireto se esclarece quando lembramos a preocupação de nossos autores em estudar o passado com vistas aos problemas do presente¹¹⁴. Portanto, compreender a problemática intelectual brasileira dos

tradição sociológica à qual o autor de *Ao vencedor as batatas* pertence, e resume quais haviam sido os pontos de partida que lhe serviram de base sociológica e histórica à crítica da obra machadiana. Outra fonte relevante para o esclarecimento dos pressupostos sociológicos dos livros com os quais vimos trabalhando são os próprios ensaios e entrevistas de Roberto Schwarz, nos quais geralmente são apresentados os autores com que dialoga.

¹¹⁴ “Como se sabe, as perguntas que dirigimos ao passado têm fundamento no presente. [...] Tratava-se de entender a funcionalidade e a crise das formas “atrasadas” de trabalho, das relações “arcaicas” de clientelismo, das condutas “irracionais” da classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de

anos 60 é um grande passo para a apreensão do modo pelo qual aqueles autores formulavam e dirigiam as perguntas ao passado; ajuda igualmente no esclarecimento dos métodos por eles utilizados.

Ora, o grande assunto em pauta no final dos anos 50 e início dos 60 e que de certo modo “convocava” a intelectualidade brasileira a formular-lhe explicações era o desenvolvimento nacional; todas as demais questões estavam de uma ou outra maneira a ele vinculadas (ao menos na “Escola sociológica” que estamos estudando). Por mais variados que fossem os assuntos tratados ou os períodos históricos escolhidos, buscava-se encaminhá-los e à sua compreensão ao problema contemporâneo do desenvolvimento, ou melhor, ao modo peculiar pelo qual o Brasil se desenvolvia. Em linhas gerais essa foi a matriz intelectual que norteou os trabalhos sobre escravidão, notadamente os de Fernando H. Cardoso e Octavio Ianni; ou sobre a situação dos homens livres, estudada por Maria Sylvia de Carvalho Franco; foi também a que conduziu os estudos de Roberto Schwarz, já na década de 70, sobre os procedimentos da classe dominante brasileira do século XIX; atuou também na tese sobre as relações coloniais entre Portugal e Brasil, de Fernando Novais.

Já dissemos que o principal problema posto aos nossos autores e que servirá como pano de fundo para a realização de suas pesquisas universitárias era o desenvolvimento brasileiro; faltou, entretanto, especificar tal afirmação. Para essa geração, em linhas gerais, pode-se dizer que o desenvolvimento que a economia brasileira experimentava era um fato incontestável, porém ele não se processava de modo semelhante ao europeu ou norte-americano. Sabia-se ainda que a distância que nos separava dos países desenvolvidos, do centro do capital, não era apenas uma questão de etapas, que pudessem ser transpostas de forma acelerada ou até mesmo puladas, como pregavam os ideólogos estrangeiros ou do

nossa economia, tudo em nossos dias. O estímulo vinha da radicalização desenvolvimentista, a que a universidade respondia de modo oblíquo: por que a Abolição, além de não levar à Liberdade, não criou um operariado à maneira clássica?”, SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*, p. 98.

nacional-desenvolvimentismo¹¹⁵. O Brasil, na visão dos autores uspianos, se modernizava e desenvolvia, porém não eliminava, como seria de se esperar, as antigas práticas coloniais, nem realizava as mesmas transformações sociais ocorridas nos países avançados. Saliente-se que, segundo esses autores, tais práticas não eram resíduos ou resquícios do Antigo Sistema Colonial, nem tampouco compunham uma espécie de desvio, que de uma hora para outra seriam descartados pelo próprio processo de desenvolvimento econômico. O grande achado desse grupo foi perceber que a presença daquelas práticas eram por assim dizer inerentes ao desenvolvimento brasileiro; elas, relacionadas aos elementos capitalistas “modernos”, que por nós eram incorporados, atuavam como definidoras da especificidade nacional. Segundo Schwarz, não se constituía aqui, como ocorrera nos Estados Unidos, a formação de uma classe operária após a abolição da escravidão; a abolição não repercutira na sociedade de modo a incentivar ou ao menos favorecer a incorporação dos antigos cativos ou dos homens livres pobres à sociedade de classes; não foram eliminadas, concomitantemente ao trabalho compulsório, as formas de dominação coevas ao período da escravidão, como o favor e o clientelismo¹¹⁶. A questão, portanto, que se colocava àqueles autores era como entender, através dos variados seguimentos sociais estudados, por que, apesar da modernização, as antigas práticas coloniais estavam preservadas na sociedade brasileira. Noutras palavras, quais mecanismos econômicos ou sociais impediam que o desenvolvimento capitalista brasileiro aqui realizasse as mesmas transformações sociais que promovera primeiramente na Europa e depois nos Estados Unidos?

Tentando esclarecer essas questões, tomemos como nosso primeiro exemplo a obra de Fernando H. Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, publicada em 1962. Neste livro, o autor estuda a escravidão, no seu momento de desintegração, no Rio Grande do Sul oitocentista, uma província que não possuía grande representatividade na

¹¹⁵ É necessário ao menos fazer referência aos estudos econômicos desenvolvidos pela CEPAL, durante os anos 50 e 60, no sentido de combater as “fortes teorias”, especialmente as norte-americanas, que entendiam o processo de desenvolvimento latino-americano e mesmo mundial como uma simples questão de etapas a serem cumpridas, cuja receita se resumia à necessidade de seguir o modelo dos países avançados. Sobre esse aspecto ressalta-se a originalidade dos estudos e das descobertas de Raúl Prebisch e Celso Furtado.

¹¹⁶ SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*, p. 94.

economia e política brasileiras. Sua principal fonte de recursos econômicos era o charque – produzido através de mão-de-obra escrava – o que por um lado a tornava dependente das políticas do Governo Central e, por outro, a afastava dos centros decisórios do poder, dominados naquela época por cafeicultores e uns poucos donos de engenho: em suma, era uma província periférica dentro do contexto brasileiro de então. Relatamos esses fatos apenas para ilustrar que, mesmo não abordando o sistema escravista em sua área central – províncias produtoras de café – Cardoso conseguiu extrair conclusões que seguramente podem ser aplicadas a todas as demais áreas de produção escravista do Brasil, o que indica que sua abordagem não se limitava somente aos fatores internos à escravidão no Rio Grande, mas às estruturas econômicas nacionais e internacionais que permitiam ou negavam (como foi o caso) a continuação do funcionamento daquele sistema.

É necessário, entretanto, considerar que Fernando H. Cardoso optou por analisar o nexo escravidão e capitalismo de um modo por assim dizer clássico, ou seja, entendendo que teoricamente ambos são contraditórios. Mas, como assumir tal posição, sabendo que fora o próprio capitalismo que reabilitara, incentivara e acabara por implantar a escravidão no Novo Mundo e, com ela convivera por quase quatro séculos? Certamente seria difícil apreender as contradições – considerando que elas existam – analisando simplesmente os períodos em que ambos conviveram em “harmonia”, ou melhor, que a escravidão satisfazia as necessidades capitalistas que lhe eram solicitadas. Por isso a pesquisa de Fernando H. Cardoso se volta para o momento de desintegração do modo de produção escravista no Rio Grande do Sul.

Ao estudar a crise do sistema escravista sulino, foi possível perceber que aquele era o momento por excelência para apreender a contradição do processo: “a escravidão fora o recurso escolhido para organizar a produção em grande escala visando o mercado e o lucro (formação do sistema capitalista), mas o desenvolvimento pleno do capitalismo (a exploração da mais-valia relativa) era, em si mesmo, incompatível com a utilização da mão-de-obra escrava através da qual não é possível organizar técnica e socialmente a produção para obter a intensificação da exploração da mais-valia relativa”¹¹⁷. Ou seja,

¹¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 36.

podemos dizer que a escravidão serviu até certo ponto aos designios da economia capitalista, enquanto a exigência do sistema se restringia a que ela atendesse às necessidades do mercado e à realização do lucro; mas a partir do momento em que o capitalismo passou a reelaborar seus modos de produção, no sentido de intensificar suas formas de exploração, o sistema escravista se encontrou em desvantagem. Desvantagem, é preciso considerar, frente à competição no mercado. Sua rígida estrutura de utilização de mão-de-obra impedia a adoção de técnicas mais eficientes, o que conseqüentemente imobilizava qualquer tentativa de incremento da produtividade. Paralelamente a esse aspecto, deve-se também considerar, segundo Fernando Henrique, as formas de organização da vida e da sociedade que o regime escravista requeria e implantava, e que configuravam-se igualmente como limites ao desenvolvimento capitalista e à adoção de mão-de-obra livre.

Daqui a importância de estudar o período de desintegração da escravidão no Rio Grande do Sul, pois segundo nosso autor, ali é possível entender de que maneira o escravismo tornara-se menos competitivo que o trabalho livre, uma vez que o charque gaúcho, produzido através de trabalho escravo, estava em competição com o charque platino, produzido por meio de trabalho livre. A desvantagem competitiva, conforme aponta Cardoso, já havia sido percebida inclusive por alguns viajantes mais perspicazes, como foi o caso de Couty, que apesar de indicar as várias condições favoráveis aos produtores do Rio Grande na disputa com os platinos, reconhece entretanto que elas são logo superadas pela maior divisão de trabalho existente entre estes últimos¹¹⁸.

Será, portanto, da confrontação entre o modo de produção escravista, praticado no sul do Brasil, com a produção baseada na mão-de-obra livre, dos estados platinos, que Fernando H. Cardoso irá estabelecer que “[...] o sistema escravista estava destinado ao malogro desde o momento em que competia com economias organizadas à base do trabalho livre”¹¹⁹. É necessário frisar bem este ponto. Para nosso autor, sistema escravista representa obviamente muito mais que trabalho escravo. Assim sendo, a inviabilidade do trabalho

¹¹⁸ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 177-8.

¹¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 172-3.

cativo, ou melhor, sua ineficiência frente ao trabalho livre, decorria de diversos fatores que, a rigor, encontram sua razão de existir na forma pela qual a escravidão estruturava a sociedade. Não podemos esquecer que o sistema escravista fora obrigado a implantar uma estrutura social, econômica e até mesmo cultural que correspondesse às suas necessidades e, por conseguinte, o viabilizasse. Ora, a conjugação desses elementos e de todos os demais que gravitavam em torno do trabalho escravo eram os responsáveis pelo impedimento da expansão capitalista, o que, por sua vez, sugeria os limites de convergência entre capitalismo e escravidão.

Esse ponto é primordial para a compreensão de uma das novidades metodológicas apresentadas por *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Ela consistiu em analisar o processo de substituição da mão-de-obra escrava não apenas nas suas possíveis causas ou efeitos internos, mas na sua relação com o andamento mundial do sistema capitalista. Dadas todas as especificidades e exigências de eficiência desse sistema, quando confrontadas com a escravidão, que é um modo de produção baseado no desperdício, o resultado é uma contradição e uma inviabilidade recíprocas¹²⁰. Esse o grande exemplo fornecido pela economia gaúcha, que, na tentativa de intensificar a produção capitalista (motivada pela demanda interna do mercado), acabava por impedir, num movimento contraditório, o pleno desenvolvimento do sistema capitalista, uma vez que este requer a mercantilização da força de trabalho, ao passo que a economia gaúcha, através da escravidão, teimava em mercantilizar o trabalhador¹²¹ e, conseqüentemente, em manter toda a estrutura social que o escravismo criara.

¹²⁰ “A economia escravista, por um lado, é uma *economia de desperdício* pela sua própria natureza e, por outro lado, funda-se em requisitos sociais de produção que a tornam *obrigatoriamente* pouco flexível diante das necessidades de inovação na técnica da produção. Noutros termos e sintetizando, a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização da produção e à calculabilidade econômica. Isto significa que, a partir de um certo limite, a economia escravocrata se apresenta como um obstáculo fundamental para a formação do capitalismo”. CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 173. (Os grifos são do próprio autor).

¹²¹ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 274.

Através desse procedimento metodológico, Fernando H. Cardoso unia as peculiaridades do sistema escravista de uma província brasileira ao andamento da ordem capitalista mundial e apontava, ao mesmo tempo, o limite histórico da sobrevivência daquele modo de produção, que estava em contradição com as exigências da expansão e desenvolvimento capitalista. Outra constatação a que o livro chega é a convergência possível – até certo ponto – entre capitalismo e escravidão, que mesmo sendo contraditórios em teoria, na prática encontram espaços de existência simultânea, da qual não se pode afirmar que constitua mero fenômeno episódico ou ocasional, pelo contrário, a escravidão durante longo tempo foi um mecanismo eficiente a serviço do capitalismo como meio de realização de lucro.

Contudo, independentemente de todos os méritos que o livro de Fernando H. Cardoso possui, é forçoso reconhecer, conforme nos indica Paulo E. Arantes, que ele se limitara a explicitar a “presença combinada de elementos incompatíveis que a história reuniu”; assinalar a contradição desses elementos, não é explicar a sua coexistência, “uma coisa é provar por $a + b$ [...] que um sistema de produção escravocrata-capitalista é uma contradição nos termos e que portanto uma empresa escravista visando lucros que se realizam no mercado está por definição condenada, outra coisa é reconhecer que na prática nem sempre foi assim: durante alguns séculos o regime escravista funcionou adequadamente a serviço da produção mercantil num quadro de capitalismo comercial em pleno desenvolvimento. Retendo apenas a contradição lógica, verdade que estudada na forma histórica do seu limite verdadeiro, Fernando Henrique se restringiu a constatar o fato, ficou assim devendo a explicação do movimento global que conjugava os dois períodos”¹²².

Antes de abordarmos as questões postas por Cardoso na nota que escreveu à segunda edição de seu livro em 1977, onde procura melhor encaminhar algumas de suas conclusões de 1962, é necessário que façamos um breve parêntese para a reconstrução dos novos elementos com os quais esse autor passa a dispor àquela altura da segunda metade da década de 70, fruto das descobertas sociológicas realizadas nesse intervalo. Para tal objetivo, convém agora nos determos um pouco nos estudos realizados por Fernando A.

¹²² ARANTES, Paulo E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, p. 64-5.

Novais a respeito do papel desempenhado pelo Brasil, na sua relação com Portugal, nos quadros do Antigo Sistema Colonial.

Este historiador retoma alguns pontos chaves da obra de Caio Prado Júnior e por assim dizer estende o seu raciocínio, que apesar de correto, teria parado antes de estabelecer todas as conexões históricas necessárias para a devida compreensão do processo de colonização e expansão comercial realizado na América, não podendo desse modo avaliar em toda sua extensão as peculiaridades e façanhas mercantis da economia colonial.

Em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior fixara o “sentido da colonização”, inserindo-a no âmbito de uma vasta empresa comercial, no contexto da expansão marítima européia. Esse “sentido”, apresentado logo na parte inicial do livro, depois de uma breve introdução, de acordo com Novais, é uma categoria construída de modo dialético, pois foi a partir da análise de alguns setores da realidade histórica brasileira, como povoamento, vida material e vida social da Colônia, que o historiador pôde apreendê-lo. Ao mesmo tempo é através dessa categoria que vão sendo reconstruídas as conexões históricas apresentadas por aquele conjunto de assuntos¹²³, ou seja, essa categoria, “sentido da formação”, fornece uma espécie de estrutura a partir da qual torna-se possível uma certa análise do modo por que foram organizados alguns setores históricos no processo de colonização; mas, por outro lado, foi através do estudo desses setores que o historiador lograra a construção daquela categoria. Como se pode perceber, esse procedimento metodológico necessita de uma visão que abarque todo o processo que caracterizou a expansão marítima européia, desde as navegações de descobrimento até a implantação das colônias fornecedoras de metais preciosos, produtos tropicais e mão-de-obra escrava. Há de se levar em consideração ainda o caráter mercantil que comandara tal expansão. Nessa perspectiva, para se entender a colonização brasileira, é necessário

¹²³ Fernando Novais assim se refere ao método aplicado em *Formação do Brasil contemporâneo* para a obtenção daquela categoria fundamental: “recorte do objeto, apreensão de seu sentido, reconstrução do real a partir desse “sentido”. E o seu travejamento dialético vai transparecendo: o sentido, isto é, a essência do fenômeno, explica as suas manifestações, e ao mesmo tempo explica-se por elas”. “Caio Prado Jr. historiador”. In *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 2, 1983, p. 68.

compreender o papel que a América Portuguesa ou a colônia Brasil desempenhara no cenário da expansão comercial européia.

Entretanto, segundo Fernando Novais, Caio Prado Júnior, no afã de apreensão de sua categoria fundamental, que é o “sentido da colonização”, se deteve a meio caminho, não conduzindo ou estendendo sua análise para todo o processo do qual a expansão comercial européia fazia parte: “a questão é saber se não seria preciso o conjunto do mundo colonial. Expansão comercial européia é a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; e a questão consiste em saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal-capitalista”¹²⁴. Ou seja, Caio Prado Júnior estaria na direção certa, apenas não estendera até o ponto adequado o seu raciocínio.

Apesar da passagem citada acima constar de um texto publicado em 1983, ela apresenta considerações que Novais vinha desenvolvendo em ensaios desde a década de 60, chegando finalmente a cristalizar-se em toda sua amplitude em sua obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, de 1973.

Essa nova formulação do “sentido da colonização”, se assim podemos chamar as descobertas de Fernando Novais, já pode ser encontrada no ensaio “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”. Nesse texto, o historiador traça um rápido panorama das condições econômicas, sociais e políticas da Europa, anteriores e durante o processo de expansão de sua economia e das conquistas ultramarinas. Em seguida expõe o modo pelo qual essas condições influíram decididamente sobre a forma de colonização que se objetivava na América: “em vários sentidos é, pois, possível assinalar as conexões que vinculam a colonização européia e o antigo sistema colonial, seja com a política econômica mercantilista, seja com a etapa de formação do capitalismo moderno – o capitalismo comercial – que então caracterizava a vida econômica e social da Europa”¹²⁵. Através desse quadro é possível perceber que o início de algumas de suas principais formulações posteriores, já começava a ser desenvolvido nesse texto, pois nele também encontramos a

¹²⁴ Cf. NOVAIS, Fernando A. “Caio Prado Jr. historiador”. In *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 2, p. 69.

¹²⁵ NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”. In MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*, p. 56.

preocupação com o papel desempenhado pelas colônias na acumulação primitiva de capital nas metrópoles; ou ainda, que até mesmo o modo de produção adotado no sistema colonial está em última instância subordinado aos movimentos do capital mercantil, cujo objetivo final é a alta produção de lucros¹²⁶.

É necessário ressaltar que o procedimento metodológico de estender a análise de Caio Prado Júnior – que havia situado a colonização no contexto da expansão comercial européia – efetuado por Fernando Novais, estabelece um corte epistemológico na sociologia e história brasileiras, uma vez que redimensiona o papel da colônia e da própria metrópole no âmbito do capitalismo europeu. O raio de alcance das conclusões, proporcionadas por tal método, atinge na base muitas das concepções a respeito da implantação do trabalho escravo na América; fornece também novos elementos para se pensar a desintegração do sistema escravista. Vejamos esses pontos abaixo.

Se o objetivo final da colonização era a obtenção de lucros, Novais relativiza a importância que antes se atribuía à produção colonial, mesmo dos produtos cuja procura fosse crescente no mercado europeu, pois tal processo não satisfazia plenamente as exigências que comandaram a implantação das colônias; para ele o principal dispositivo que comandou o processo foi outro, pois era necessário que se produzisse de maneira tal que a comercialização possibilitasse uma acelerada acumulação primitiva de capital na metrópole. É claro que o modo de produção dos mais variados gêneros de produtos importava, já que representava uma parcela dos lucros, mas não era o ponto fundamental, uma vez que a realização do lucro somente se dava no comércio. Esse era o princípio, ou, na acepção de Novais, o “sentido último” que norteava a colonização e também o modo de produção que se implantava no Novo Mundo. Sendo assim, seria legítimo que se revisse a interpretação de nossa colonização, pois se ela se dera em função dos movimentos do capital, é através dessa relação que se deve analisar a economia colonial e não a partir das relações de produção: “não se pode analisar a economia colonial a partir das relações de produção, e sim tendo como eixo a relação metrópole-colônia”¹²⁷. Noutras palavras,

¹²⁶ Cf. NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”, p. 58-9.

¹²⁷ NOVAIS, Fernando A. “Escravidão: uma façanha do capital mercantil”. In *Cadernos de Debate*, n.1, 1976, p. 75.

Fernando Novais desloca o eixo de compreensão da colonização: é certo que a colônia Brasil foi formada com o intuito comercial, mas de um tipo especial de comércio, que atendia a determinadas condições (acumulação primitiva de capital) do capitalismo comercial: “a expansão ultramarina resultou [...] do esforço de superação dos obstáculos que a economia mercantil européia encontrava para manter seu ritmo de crescimento. As economias coloniais, em que resulta afinal a expansão ultramarina, acabam por configurar, encaradas globalmente no contexto da economia mundial, setores produtivos especializados, enquadrados nas grandes rotas comerciais, e pois mercados consumidores em expansão. Neste sentido, significa *ampliação da economia de mercado*, respondendo assim às necessidades do capitalismo em formação”¹²⁸. Ora, essa mudança de perspectiva, se assim podemos chamar a forma como Novais procura entender o “sentido da colonização”, exigia igualmente novas interpretações, à luz desse modelo, de vários outros fatos sociais.

Segundo Novais, também é nesse sentido que a adoção da escravidão africana na América deve ser entendida. Se o princípio básico de acumulação de capital estava voltado para a circulação de mercadorias, tal qual o modelo acima sugere, e não para a produção, como a análise de Marx indica, a implantação do trabalho escravo no Novo Mundo respeitava de perto aquela exigência, uma vez que o tráfico negreiro representava um dos setores mais rentáveis do comércio colonial¹²⁹. Atente-se para o alcance dessas afirmações, pois elas mudam completamente muitos dos pressupostos historiográficos até então utilizados para a compreensão não só da economia colonial brasileira, mas da sociedade em processo de formação. Isto é, não se deve partir do modo de produção aqui adotado para a

¹²⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, p. 97.

¹²⁹ Cf. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, p. 98 e segs. Ver também a esse respeito Luiz Felipe de Alencastro, quando destaca a alta lucratividade do comércio “ilícito” de escravos, ainda no século XIX. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. In *Revue Française de Histoire d’Outre-Mer*, v. LXVI, n^{os}. 244-245, 1979, p. 409. Daqui a tese de Novais, que sustenta que a escravidão deve ser entendida a partir do tráfico negreiro e não o tráfico a partir da escravidão: “o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. [...] Paradoxalmente, é a

análise tanto econômica quanto social do Brasil; deve-se retroceder aos vínculos econômicos e sociais que implantaram tal modo de produção. Noutras palavras, o escravismo não é pressuposto primeiro para se entender a configuração das relações comerciais aqui estabelecidas, nem as formas de vida que se acreditava dele terem surgido. Há primeiramente que se investigar um ordenamento superior, no sentido de mais amplo, o qual teria sido o responsável pela própria introdução do escravismo e das formas de vida que o acompanharam ou aqui foram geradas. Portanto, as peculiaridades da colonização ou, se se preferir, da economia colonial devem ser buscadas na causa primeira das instalações coloniais do Novo Mundo, a expansão da economia comercial européia, comandada pela formação do capitalismo moderno e todo o processo por ela gerado.

Esses elementos nos fornecem uma boa noção do que representou para o cenário intelectual brasileiro as descobertas de Fernando Novais. Ele não somente estendeu as análises de Caio Prado Júnior, mas, nessa operação, logrou entender a colonização como parte do sistema capitalista mundial, em que as características da colônia devem ser buscadas nos movimentos do capital comercial, pois a rigor “fomos [...] colonizados para o *capitalismo*”¹³⁰. São, portanto, através desses movimentos que devemos compreender a introdução da escravidão africana na América e as relações vigentes no Antigo Sistema Colonial.

Por outro lado, é também por meio desse mesmo raciocínio que se pode entender o desmonte do sistema colonial e da necessidade capitalista de liquidar as formas compulsórias de trabalho que outrora havia implantado. Note-se que, mesmo após a Independência, a categoria que forneceu os elementos para o entendimento do processo de colonização é capaz de satisfazer as exigências metodológicas para a compreensão das peculiaridades do país livre.

Como se pode perceber, as implicações de suas descobertas não pararam por aí. Novais mostrou ademais como a utilização de categorias européias (inclusive marxistas) algumas vezes não se aplicam à análise da realidade dos países periféricos, pois não são

partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário”, p. 105. (Os grifos são do próprio autor).

¹³⁰ ARANTES, Paulo E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. p. 86.

suficientes para dar conta de especificidades geradas pelo processo de colonização, embora confirme o dizer de Marx “que as colônias acabam por revelar o segredo das sociedades capitalistas”. Esse último ponto merece destaque especial pela ousadia intelectual, mas sobretudo por buscar explicações para as peculiaridades da realidade colonial (atual) brasileira à margem dos modelos teóricos importados. É certo que Novais não desprezou nem podia desprezar os métodos, modelos e categorias interpretativos vindos de fora, mas o que estamos querendo dizer foi que a eles não se circunscrevera, esforçando-se por enquadrar a natureza peculiar de nossa formação em modelos europeus “consagrados”; antes, soube aproveitá-los até o momento em que mostraram-se adequados, após o que assinalou os seus limites para a explicação de uma realidade social distinta daquela para a qual foram construídos.

Isto posto, podemos voltar agora ao livro de Fernando H. Cardoso, mais especificamente à nota que escrevera à segunda edição de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Ao retomar o nexos capitalismo e escravidão, Cardoso já podia contar com a síntese empreendida nesse meio tempo por Fernando A. Novais, naquilo que diz respeito ao desmonte do complexo escravista operado pelo próprio desenvolvimento do sistema capitalista moderno. Essa perspectiva fornecia novos elementos para se entender “o caráter contraditório” do funcionamento do modo de produção escravista no contexto capitalista em que a produção do Rio Grande do Sul e do Brasil como um todo se inseria. Ou seja, para Fernando Henrique, a contradição estava dada teoricamente desde a implantação do regime de produção servil levada a cabo pelo capitalismo no Novo Mundo, porém na prática não fora isso que se verificara durante alguns séculos. A pergunta, enfim, seria quando é que a contradição se manifestava na prática e em que condições? Noutras palavras, em quais movimentos históricos é necessário prestar atenção para perceber o conflito existente entre aqueles dois elementos, do qual sairá destruída a escravidão?

Fernando H. Cardoso, em 1977, aponta que a contradição só se manifesta de fato quando da decomposição do próprio complexo econômico que a montou: “a escravidão moderna compõe-se de um conjunto de relações (de propriedade e de produção, de técnicas, de instituições e de valores) que se formou num horizonte histórico determinado, o da expansão do capitalismo mercantil. Essas relações baseiam-se no domínio que a

camada senhorial exerce, pela violência, sobre os escravos. Suas formas só se explicam quando se analisa a formação do sistema capitalista-escravista. Este é dinâmico (obedece, no caso, à dinâmica do capitalismo) e é contraditório (as transformações do capitalismo tornam a própria relação servil um tropeço para o sistema produtivo avançar). O caráter contraditório e dinâmico sobre que assenta o capitalismo escravista está dado desde sua instauração, mas ele só se apresenta como algo historicamente determinante de opções quando, através das transformações efetivas, o sistema todo começa a decompor-se”¹³¹.

Em síntese, o que temos é o reconhecimento por Fernando Henrique do caráter contraditório entre escravidão e capitalismo, embora essa contradição só se manifeste historicamente quando o trabalho compulsório se torna um impeditivo ao avanço das forças produtivas do sistema capitalista. A possibilidade de convivência entre ambos, como ocorrera durante vários séculos, só foi possível graças ao dinamismo do capitalismo e ao atendimento de suas exigências, a que a economia escravista conseguia corresponder. A história nos mostrou, portanto, o caráter contraditório e, ao mesmo tempo, dinâmico do capitalismo, pois a destruição do complexo escravista-capitalista brasileiro não decorreu apenas da dinâmica interna desse sistema de produção. Só se obtém uma explicação satisfatória da substituição do regime de produção escravista brasileiro quando se leva em consideração os fatores externos, ligados aos avanços mundiais do capitalismo e da conseqüente transformação das relações de produção que ele exigia em decorrência da sua necessidade constante de intensificar a extração de lucro.

Ora, desse modo é que se deve também entender o fim do tráfico negreiro, que de comércio mais lucrativo do mundo passava a vilão da expansão capitalista, sendo necessário por isso impor um limite à reprodução indefinida do sistema escravista no

¹³¹ CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 14-5. É necessário e justo ressaltar que Fernando Henrique já percebera quando da primeira edição do livro (1962) a diferença existente entre o plano teórico e a realidade histórica no tocante à manifestação da contradição existente entre capitalismo e escravidão, ocorre que talvez, àquela época, ainda não dispusesse dos elementos teóricos imprescindíveis para a explicação do fenômeno: “[...] é preciso salientar que, se no plano teórico-sistemático há uma incompatibilidade entre expansão do capitalismo e manutenção da escravidão, historicamente esta contradição nem sempre manifestou-se plenamente e, menos ainda, pôde cair no nível de consciência dos agentes sociais”, p. 185, nota 52.

Brasil, limite este que encontrava uma melhor explicação nos avanços mundiais do capitalismo que propriamente na economia brasileira: “existiu, portanto, uma sobredeterminação ao escravismo brasileiro no sistema capitalista mundial. Esta sobredeterminação impede de buscar no escravismo brasileiro isoladamente a explicação de seu destino histórico”¹³².

Como nossa reconstrução dos argumentos de Fernando H. Cardoso e Fernando Novais foi realizada de modo a indicar os pressupostos sociológicos a partir dos quais Roberto Schwarz irá construir sua argumentação a respeito do modo de proceder da classe dominante nacional e da “excentricidade” da realidade brasileira, promovida graças à possibilidade de convivência entre capitalismo e escravidão, convém expor agora os pontos principais dos argumentos acima indicados. E aqui seguiremos mais uma vez as próprias indicações de Schwarz.

Ora, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* mostra como escravidão e capitalismo não são termos opostos, mas assimétricos. Essa afirmação pode até soar estranha, uma vez que Fernando Henrique reconhece a contradição entre ambos. Contudo, se prestarmos atenção, perceberemos que a escravidão não poderia ser oposta ao capitalismo, já que é sua cria; mas ao mesmo tempo ela não pode lhe ser próxima pois com ele está em contradição. É assim que, segundo Schwarz, “o *outro* da escravidão é o capitalismo, e este de modo muito relativo, já que é também a causa dela”. Essa proximidade de escravidão e capitalismo, além de demonstrar a falsidade da identificação ideológica entre liberdade e capitalismo, explicita a possibilidade de progresso presente no regime escravista, desmistificando a sobrevivência deste como algo residual do antigo sistema colonial. Saliente-se o alcance dessa afirmação: a escravidão, mais do que mera permanência de formas arcaicas de exploração, mantida abstrusamente por fazendeiros irracionais e desumanos, como declarava a ideologia liberal, encerrava todas as condições necessárias para a promoção do progresso econômico, tal qual de fato ocorrera no Brasil, segundo Schwarz.

¹³² CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 16.

Ademais, a descoberta do “sentido profundo” da colonização, empreendida por Fernando Novais, também trouxe em si elementos fundamentais para a compreensão da desintegração do Antigo Sistema Colonial, cuja desmontagem devia igualmente ser investigada nos mesmos termos do avanço do sistema capitalista mundial. Destaque-se o passo, a história interna não podia ser compreendida senão em sua relação com os andamentos internacionais do capital, isto é, toda a nossa história, desde o processo de colonização, passando pela destruição do Antigo Sistema Colonial e chegando a nossos dias; assim também o modo de produção aqui implantado, seja através da reabilitação da escravidão ou quando da sua destruição e início da produção baseado no trabalho assalariado. Somente levando-se em consideração todos esses elementos e a relação que mantinham entre si poder-se-ia compreender o modo pelo qual a história brasileira avançava, embora ao longo desse movimento ela fosse colecionando uma série de recuos, tanto que realizara a abolição mas não inserira o negro na sociedade de classes, deixando-o viver à míngua ou ao sabor da própria sorte; o que, através dessa perspectiva, ajuda a compreender que a história não cumpre as promessas formadas no bojo do conflito anterior, embora ao mesmo tempo, em certo sentido, ela avance¹³³. Entretanto, essa convivência de atraso e desenvolvimento, de escravidão e capitalismo, se foi explicitada, não fora devidamente explicada por Fernando H. Cardoso. Esse é o limite, portanto, que distingue as obras de Roberto Schwarz da de seus predecessores: explicar o mecanismo sociológico que possibilitou a convergência de formas sociais distintas, mas ao mesmo tempo não tão distantes.

Esses são, com efeito, alguns dos principais elementos extraídos da sociologia brasileira, melhor dizendo, de uma certa sociologia, cujo núcleo estava organizado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que comporão a base da

¹³³ Cf. SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*, p. 93 e segs. Voltaremos a esse ponto um pouco mais adiante, pois ele é imprescindível para a compreensão da crítica schwarziana ao modelo de desenvolvimento brasileiro.

argumentação de Roberto Schwarz utilizada para o desvendamento da forma da narrativa machadiana, que estudamos a seguir.¹³⁴

b) O equilíbrio dos contrários:

Se no primeiro, no segundo e no início do terceiro capítulo de nossa dissertação, tratamos de estudar algumas das referências teóricas utilizadas por Roberto Schwarz, sem as quais acreditávamos ser difícil colocar as questões que compõem o eixo central de nossa argumentação, doravante pretendemos nos dedicar diretamente aos seus escritos sociológicos. Nesse momento procuraremos não apenas analisá-los, mas, quando possível desejamos destacar o modo pelo qual aquelas referências foram incorporadas e, por vezes, reinterpretadas. Portanto, nossa atenção se volta em especial para um texto: “As idéias fora

¹³⁴ Deve ter chamado a atenção do leitor a ausência de referências à obra de Florestan Fernandes nessa pequena reconstituição que realizamos. E por vários motivos, sendo que o primeiro deles decorre do fato dele ter sido inegavelmente um dos maiores responsáveis pela realização daquelas pesquisas, que transformaram o modo de compreensão da sociedade brasileira; foi ainda quem orientou as investigações da maior parte dos integrantes da chamada Escola Paulista de Sociologia. Entretanto, sua ausência em nosso texto se deve ao fato de que os autores com os quais vimos trabalhando pouca ou nenhuma referência fazem à sua obra. Certamente essa ausência não deve ser atribuída a qualquer forma de ingratidão ou desentendimentos, mas a divergências teóricas. Arriscamos aqui a sugestão de uma que julgamos importante, pois está ligada diretamente ao cerne da questão que vínhamos discutindo e refere-se ao modo de compreender as mudanças sociais em operação no país. Ora, Florestan não entendia que essas mudanças sócio-econômicas estavam irremediavelmente atreladas em primeiro lugar ao andamento do capital internacional, a que os fatores internos respondiam da maneira que podiam. Para ele os fatores internos, as condições locais são aqueles que muitas vezes fornecem as explicações daquelas mudanças: “a escravidão, como instituição social, se articula dinamicamente com o sistema econômico de que fazia parte; se era por ele determinada, reagia sobre ele por sua vez, e o determinava”. Essa mesma perspectiva Florestan imprimia nas suas análises a respeito da incorporação do negro à sociedade de classes, que começava a se constituir após a abolição: “[...] se pode afirmar, em poucas palavras, que os males enfrentados pelo elemento negro nas cidades resultavam, em grande parte, da herança por eles recebida do regime econômico anterior”. Mais adiante alude ainda aos obstáculos culturais que se opunham à integração do negro à sociedade capitalista, defendendo, portanto, que as situações internas tinham incidência preponderante sobre a sua sorte, o que, de certo modo, acabava não corroborando a nova perspectiva que os estudiosos ligados ao Grupo do Capital, a que nos referimos e do qual Florestan não fizera parte, estavam implementando no pensamento social brasileiro. As citações acima encontram-se em “Do escravo ao cidadão”, in BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*, respectivamente, p. 35, 63, 64. Agradeço à Prof^a. Élide Rugai Bastos a observação sobre a quase ausência de referências a Florestan Fernandes, nos autores acima tratados.

do lugar”. Este capítulo assume uma posição diferenciada e podemos dizer de destaque na estrutura do livro *Ao vencedor as batatas*, não somente quanto ao assunto, mas pelo fato de que os demais capítulos, que se ocupam da análise literária propriamente dita, a ele sempre retornarem, dado o seu caráter de suporte histórico-sociológico. Desse modo, constitui-se uma exigência dedicar uma certa atenção aos desdobramentos que suas asserções possam vir a ter naqueles outros capítulos. É preciso considerar também que *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, apesar de poderem ser lidos separadamente, em virtude do caráter de independência que lhes imprimiu o autor¹³⁵, foram compostos de modo a formar um todo, de maneira que a reconstrução histórica presente em “As idéias fora do lugar” acaba por tornar-se a base igualmente do segundo livro (embora com algumas alterações, como se pode observar no início do quarto capítulo deste trabalho). Por fim, importa que não nos esqueçamos que *Um mestre...* possui um capítulo chamado “A matriz prática”, situado à parte da análise literária e que é estrategicamente semelhante ao “As idéias fora do lugar”. Naquele capítulo, Schwarz, além de retomar as reconstruções históricas realizadas no primeiro livro, acaba por incorporar novos elementos que lhe permitem estender sua análise não apenas aos aspectos referentes à literatura, mas em relação às suas descobertas sociológicas, o que lhe possibilita extrair conclusões de alcance muito mais amplo.

Antes, porém, de nos perguntarmos sobre o que significam “As idéias fora do lugar”, antes propriamente de tentarmos entender os seus argumentos, será mais coerente que primeiro prestemos atenção ao papel que este capítulo inicial desempenha no livro *Ao vencedor as batatas* e, que, certamente está subentendido em *Um mestre na periferia do capitalismo*. Por último, será preciso analisar com bastante cuidado o método analítico empregado, uma vez que as conclusões de Roberto Schwarz, como ele próprio sugere, possuem um raio de alcance (ou têm essa pretensão) que recobre um período muito maior que o século XIX¹³⁶, além do que, parte dos pressupostos sociológicos utilizados em seus

¹³⁵ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 12.

¹³⁶ Ver SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 38, “[a] complementaridade entre instituições burguesas e práticas coloniais esteve na origem da nacionalidade e até hoje não desapareceu por completo”.

estudos foram tomados a uma tradição intelectual cujas investigações, apesar de tratarem de assuntos longínquos no tempo, tinham como preocupação proporcionar uma explicação sobre o modo peculiar pelo qual o Brasil se desenvolvia – como acabamos de ver – embora as origens desses problemas possam remontar a épocas bem anteriores.

Em relação à nossa primeira questão – sobre o papel que desempenha o capítulo “As idéias fora do lugar” em *Ao vencedor as batatas* –, conforme o próprio autor nos esclarece, num de seus debates, ele já possuía uma análise do narrador volúvel do Machado de Assis – mais especificamente o do *Memórias póstumas de Brás Cubas*; faltava, entretanto, encontrar o referente histórico da sociedade brasileira que correspondesse àquela forma narrativa. “Eu já tinha mais ou menos uma análise desse narrador volúvel do Machado de Assis e estava quebrando a cabeça para saber o que isso tinha a ver com a realidade brasileira, porque eu tinha a impressão que tinha a ver, mas não achava o elo”¹³⁷. Como

¹³⁷ SCHWARZ, Roberto. Machado de Assis: um debate. *Novos Estudos Cebrap* n. 29, p. 82-3. Como se pode perceber, o ponto de partida da interpretação sociológica da sociedade brasileira, realizada por Schwarz, tem sua origem na relação entre forma literária e processo social. Conforme já explicitamos no primeiro capítulo, esse enfoque é devedor das obras de Georg Lukács – como nosso autor bem reconheceu em vários momentos: “Ah, eu confesso totalmente a minha dívida para com Lukács. No meu entender, ele é o maior crítico do romance até o advento da literatura moderna. O meu Machado de Assis depende inteiramente de Lukács. Não há a menor dúvida, porque a referência ao romance realista do século XIX é toda fundada nele. Aliás, eu o cito abundantemente, não escondo essa influência de maneira nenhuma”. SCHWARZ, Roberto. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 15, p. 101. Para uma apreciação da influência do húngaro sobre as análises literárias de Roberto Schwarz, ver a segunda parte do artigo “Influências e invenção na sociologia brasileira: desiguais porém combinados”, de Leopoldo Waizbort, principalmente as páginas 156-7, onde este autor expõe inclusive a crítica de Schwarz a Lukács: “Schwarz está [...] oferecendo uma crítica à análise lukacsiana ao mostrar a densidade da ‘imagem’ da sociedade que aparece em Machado de Assis. Seu alcance ultrapassa Lukács em um aspecto central e preciso: o que Lukács não vê é que as ‘falhas’ – resumindo tudo: o subjetivismo, que é um particularismo e portanto antiuniversalismo – são elas mesmas históricas, em verdade não sendo falhas nem do romance nem do romancista, mas da própria sociedade”. Tomando essa passagem do texto de Waizbort, fica mais fácil compreendermos uma outra filiação teórica de Schwarz: os escritos sobre sociologia da arte de Adorno. Aquilo que Lukács via como falha do romance ou do romancista, Adorno procurará entender como a objetivação da sociedade na obra – essa a viravolta no argumento: a tarefa do crítico não poderá portanto limitar-se “a perguntar como a arte se situa na sociedade, como nela atua”, antes, terá de “reconhecer como a sociedade se objetiva nas obras de arte”. ADORNO, Theodor W. “Teses sobre sociologia da arte”. In *Theodor W. Adorno*, p. 144. Esse é o princípio que conduz a análise do narrador machadiano e por sinal é

Schwarz mesmo reconhece, ao estudar os autores clássicos da historiografia e sociologia nacional, como Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Henrique Cardoso¹³⁸, nada encontrava que pudesse associar àquela forma narrativa, já identificada. A descoberta do referencial histórico, que lhe permitiria estabelecer a correlação entre a forma do narrador volúvel machadiano e o processo social brasileiro viria a partir da leitura de *Homens livres na ordem escravocrata*, livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco, editado em 1969¹³⁹.

Nessa obra, a autora, através das pesquisas realizadas nos processos-crimes do final do século XIX, registrados na comarca de Guaratinguetá, trata da condição precária a que

aquele que permitirá a Roberto Schwarz enfatizar que o romancista brasileiro – em virtude da realidade social na qual se encontra – não pode se ater às “formas convencionais” do romance europeu.

¹³⁸ Vale notar que este referente histórico, que Schwarz procurava, não seria encontrado na literatura cujo enfoque principal se dava sobre o escravo, ou sobre as relações de produção escravistas propriamente ditas. Este fato merece atenção, pois devido ao andamento binário da composição machadiana (marcada pela norma e infração), segundo Schwarz, não se encontrava nada que lhe correspondesse nas teorias sociais, dada a insistência destas em sustentar a contradição inerente entre capitalismo e escravidão, deixando de focar o movimento social que ocorria entre o proprietário moderno e seus dependentes. Ver a respeito o prefácio da 2ª edição de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de Fernando H. Cardoso. Nesse texto, o autor admite que “o caráter contraditório e dinâmico sobre que assenta o capitalismo escravista está dado desde sua instauração, mas ele só se apresenta como algo historicamente determinado de opções quando, através das transformações efetivas, o sistema todo começa a decompor-se [grifo meu].”, p. 15. Tal posição não é exatamente a mesma quando da 1ª edição, que é de 1962.

¹³⁹ Não encontramos indícios que pudessem sugerir que os desdobramentos das descobertas de Schwarz tivessem ocorrido de forma diferente da que nos é descrita. Contudo, é sempre bom lembrarmos que Antonio Candido em “Dialética da malandragem”, ao estudar as *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, já havia estabelecido a importância desempenhada pelos “homens livres” para o andamento do “ritmo geral da sociedade” brasileira do século XIX. Desse modo, é legítimo considerar que Roberto Schwarz já dispunha previamente de um esquema interpretativo associando forma narrativa a processo social, cuja determinação desse processo recaía sobre a camada daqueles que não eram nem senhores nem escravos. Entretanto, há significativas diferenças entre a descoberta de Candido e a de Schwarz, uma vez que para o primeiro o “ritmo geral da sociedade” é extraído do comportamento, ou, mais precisamente, do modo de vida de uma camada da população, a dos homens livres pobres, ritmo esse apresentado inclusive com certa simpatia em decorrência das relações sociais espontâneas por ele proporcionada; já, para o segundo, o “nexo efetivo da vida ideológica” é apreendido da relação que se estabelece entre senhores e homens livres, relação que expressa o modo de proceder da classe dominante para com seus dependentes, em que a oscilação entre a norma e a infração é constante e balizada unicamente pelos interesses da primeira.

estavam submetidos os chamados “homens livres” que, não sendo senhores nem escravos, viviam numa situação social e econômica de dependência; ao mesmo tempo que não estavam obrigados ao trabalho cativo, não dispunham de meios próprios (no caso específico, a propriedade da terra) para organizar sua existência, o que lhes obrigava a submeter-se constantemente às relações de favor e de dependência para com um grande proprietário rural.

Na introdução de seu livro, Carvalho Franco explica, em linhas gerais, como ocorrera a formação dessa camada social, cujas origens remontam a época colonial e, conseqüentemente, estão ligadas à estrutura social montada pelo regime escravista: “a constituição desse tipo humano [homens livres] prende-se à forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. Dada a amplitude das áreas apropriadas e os limites impostos à sua exploração pelo próprio custo das plantações, decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo, sem prejuízo econômico, serem cedidas para uso de outro. Esta situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos – possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse [...]”¹⁴⁰.

A sobrevivência e estabilidade desses homens livres pobres estava condicionada, portanto, à vontade do proprietário rural, que lhes cedia suas terras, mas que lhes podia retirar quando bem entendesse – ou, noutros termos, quando lhe fosse conveniente. Se a cessão de terras feita pelo grande proprietário aos pequenos lavradores não respeitava nenhum critério jurídico, estando baseada exclusivamente na sua própria vontade e capricho, a retirada desses mesmos traços de terra era matéria somente de uma das partes, que podia ser efetuada devido às causas as mais banais, como, por exemplo, a desavença pessoal. Outro motivo que concorria para o infortúnio dos dependentes era a necessidade de se estender as plantações em virtude de uma maior demanda do mercado internacional¹⁴¹.

¹⁴⁰ FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 14.

¹⁴¹ Não podemos esquecer que, num regime de produção agrícola escravista, qualquer aumento de produção implicava quase que necessariamente na expansão da área cultivada, pois devido às características próprias

Tem-se com isso que a sorte dos homens livres era definida por critérios os mais tênues, que iam desde o puro capricho do proprietário até o momento conjuntural do mercado no sistema capitalista internacional: “fatalmente as promessas implícitas nas relações pessoais entre fazendeiros e seus agregados ou camaradas seriam quebradas pelos primeiros, que se achavam presos, de maneira irrevogável, a um mundo que excluía os segundos e onde as regras do jogo – perseguir e defender racionalmente interesses – eram incompatíveis com a observância de preceitos “tradicionais”. Assim orientada, a ação dos grupos dominantes frustrava as expectativas de seus dependentes. Sempre que colocado em situação crucial para seus negócios, o proprietário de terras deu prioridade a estes, embora com isso lesasse seus moradores e apadrinhados, interrompendo assim a cadeia de compromissos sobre a qual assentava, em larga medida, o seu poder. Diante da necessidade de expandir seu empreendimento, nunca hesitou em expulsá-los de suas terras”¹⁴².

Era essa parcela da população que interessava a Roberto Schwarz, mais precisamente pelo fato de os homens livres comporem uma camada social, que, segundo sua interpretação do livro de Carvalho Franco, não encontrava seu devido lugar numa sociedade estruturada com base no modo de produção escravista. Esses homens estariam totalmente submetidos às vontades e caprichos dos grandes proprietários rurais e às oscilações do mercado internacional, cujas repercussões nos preços e demandas dos produtos tropicais lhes afetavam diretamente. Vivendo sem amparo algum da legislação e não podendo contar com qualquer espécie de “direito” tradicional que lhes assegurasse a possibilidade de permanência na terra, sua condição figurava-se como extremamente precária ¹⁴³.

àquele regime de trabalho, um acréscimo na produção através do aumento da produtividade tornava-se extremamente difícil.

¹⁴² FRANCO, Maria Sylvania de C. *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 99.

¹⁴³ Entretanto, é necessário lembrar, a própria Maria Sylvania de Carvalho Franco não concordara com as leituras que Roberto Schwarz fizera de seu livro. Se acima abusamos um pouco no tamanho das citações, foi por elas darem uma boa idéia do modo pelo qual a autora entendia a relação entre senhores e homens livres. Segundo Carvalho Franco, o modo de proceder dos senhores rurais não era organizado pela vontade arbitrária ou pelo capricho, ao contrário, ele estava orientado racionalmente para a preservação de seus privilégios e muito bem circunscrito num modo de produção capitalista, embora tal procedimento racional operasse

Neste momento é necessário chamarmos a atenção do leitor para um ponto bem específico. Roberto Schwarz em “As idéias fora do lugar”, semelhantemente a Antonio Candido em “Dialética da malandragem”, utiliza-se da categoria “homens livres pobres”. Entretanto, não escapará ao leitor perspicaz que apesar da semelhança do procedimento, ambas as definições guardam enormes diferenças. Só a título de exemplo, consideremos que, para Candido, a dialética da ordem e da desordem, extraída do modo de vida dos homens livres e pobres não é entendida como uma necessidade, ou seja, ela não representa as circunstâncias na qual aquela camada da população obrigatoriamente tem de viver; pelo contrário, ela é vista como um modo de ser opcional, inclusive por não corresponder necessariamente à condição de um único grupo. E é esse modo de ser, no entender de Candido, que dita o “ritmo geral da sociedade” brasileira. Somente após essa definição foi que ele buscou extrapolá-lo para um contexto extra-nacional, ou melhor, analisá-lo em correspondência com outras nações. Em Schwarz temos um procedimento diferente, já que na própria definição categorial de homens livres pobres está implicada sua posição na dinâmica internacional do capitalismo, ou seja, aquela categoria é definida tomando-se em consideração o papel desempenhado por ela tanto interna quanto externamente no processo de produção. Portanto, para Schwarz, a determinação do “nexo efetivo da vida ideológica” brasileira passa necessariamente pela relação estabelecida no Brasil entre proprietários e homens livres pobres, relação essa que, por sua vez, é determinada pelo andamento internacional do capitalismo, cujas causalidades externas influem na vida brasileira de modo a imprimir-lhe a direção e a caracterizar-lhe a feição.

Ora, definido o modo como a classe dominante brasileira se portava para com os dependentes (bem entendido, na leitura que Schwarz fizera do livro de Carvalho Franco), podemos perguntar: o que mais se assemelhava ao narrador volúvel do *Memórias póstumas de Brás Cubas* – aquele que fazia do seu capricho e das suas constantes transgressões o seu

contraditoriamente, já que ele trabalhava para destruir antigas práticas de dominação: “a orientação racional, necessária para a preservação de seus privilégios, solapava as formas institucionalizadas para a dominação, baseada em associações morais, e punha em riso os canais estabelecidos para o seu exercício”. *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 100. Ver também “As idéias estão no lugar”, que está em *Cadernos de Debate*, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976. onde Carvalho Franco procura rebater a interpretação que Roberto Schwarz fizera de seu livro.

método compositivo – senão esse modo de proceder? Conforme vimos no parágrafo anterior, a rigor, a sorte ou o infortúnio dos homens livres dependia expressamente da vontade dos proprietários, que agiam, nas relações com seus dependentes, conforme lhes conviesse ou agradasse, pois nada havia que os obrigasse a pautar suas relações de outro modo.

Contudo, o ambiente social representado nas *Memórias póstumas...* não é o mesmo com que vimos trabalhando até aqui – o mundo dos senhores rurais e homens livres dependentes, de caráter definidamente agrário – já que a ambientação do livro de Machado de Assis ocorre num universo citadino (basicamente a cidade do Rio de Janeiro) e apresenta situações sociais que não podem ser consideradas comuns a outras áreas do país, uma vez que a imensa maioria da população estava espalhada por núcleos de povoamento que praticamente não guardavam semelhança alguma com o ambiente encontrado nas cidades. Entretanto, pensando nessa possível objeção, Schwarz alerta que “o fundamento da generalidade da solução formal do Machado de Assis está na situação do proprietário moderno, mas com dependentes, que é um dado geral da sociedade brasileira”¹⁴⁴. Lembremos mais uma vez, que aqui não se trata de apontar episódios históricos presentes na obra literária, nem de procurar simplesmente conexões entre dados sociais e elementos estéticos. Nesse ponto pensamos que Schwarz segue fielmente o programa desenvolvido por Antonio Candido, cujo objetivo é demonstrar de que modo os dados sociais foram incorporados à estrutura da obra, de maneira a atuar na sua forma, ou, noutras palavras, a intenção é observar como a forma literária mimetiza o processo social.

É preciso, porém, dispensar muita atenção à categoria “homens livres pobres”, formulada por Schwarz. À primeira vista de simples apreensão, ela guarda, entretanto, uma série de suposições não explicitadas. Note-se primeiramente que não importa se o agregado ou dependente reside no campo ou na cidade, o que realmente conta é a sua existência numa ordem social que pressupunha relações contratuais “modernas” e conseqüentemente formas de vida de acordo com essas relações. Disto temos que Schwarz reconhece implicitamente que a estrutura colonial, originada no campo, era aquela que organizava as

¹⁴⁴ SCHWARZ, Roberto. “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, mar. 1991, p. 83.

relações também na cidade. Em segundo lugar, que esse expediente, a relação senhor-dependentes, embora uma prática generalizada por todo país, não correspondia à direção “oficialmente” assumida após a Independência, qual seja, a tentativa de projetar o Brasil nos rumos do liberalismo econômico. Acrescente-se, então, que Schwarz, provavelmente com o objetivo de compreender o modo pelo qual conviviam práticas coloniais com idéias burguesas, parece não conceber a introdução dessas idéias e a conseqüente liquidação daquelas práticas como um processo, ou seja, como se as idéias e instituições liberais fossem aos poucos mitigando a herança colonial. É nesse sentido que talvez pudéssemos dizer que Schwarz monta uma espécie de quadro, quase um retrato, de um determinado período e procura elaborar uma explicação sobre a convivência e a correspondência daqueles elementos, aparentemente tão antagônicos, numa mesma cena. Mas também é preciso considerar que essa interpretação parece ter o inconveniente de não captar as mudanças que se vão operando ao longo daquela tão famigerada convivência.

Voltando à reprodução literária do andamento social, a partir de então pode-se dizer que estaria montado o “esqueminha” de Schwarz. Com a descoberta, realizada através de uma leitura bem particular do livro de Maria S. de Carvalho Franco, confirmava-se a suspeita de que a forma estética obedecia mais uma vez a uma redução estrutural de uma forma social. Noutras palavras, a volubilidade e o capricho do narrador machadiano, expressos metodicamente através da forma narrativa, encontrava devidamente o seu correspondente histórico no modo de proceder da classe dominante brasileira. Estaria desvendado assim, quase cem anos após a publicação do livro, mais uma das facetas do escritor fluminense.

Isto posto, torna-se-nos mais fácil compreender o motivo pelo qual Roberto Schwarz precisara elaborar uma interpretação histórica que desse conta do período em que o narrador machadiano está inscrito. Simplesmente, porque não havia, segundo nosso autor, na tradição intelectual brasileira, uma historiografia através da qual pudesse ser extraída a luta ideológica que perpassou praticamente todo o século XIX e chegara a nossos dias, cuja importância se percebe por sua dimensão e força, responsável pela condução do “nexo efetivo da vida ideológica”. Noutras palavras, para Schwarz a historiografia brasileira ainda não havia construído interpretações satisfatórias daquele período, pois não havia

compreendido corretamente todas as forças econômicas e sociais em atuação naquele momento, assim como não compreendera adequadamente as implicações que o processo de Independência e a modernização do país resultariam quando da sua convivência com as antigas práticas coloniais; não tinha ainda noções suficientes do modo pelo qual a sociedade brasileira era afetada pelas condições externas a que ela estava e está submetida. Daqui também o motivo de “As idéias fora do lugar” estarem no início do livro e praticamente constituírem um capítulo à parte, já que, a rigor, o tema que nele é tratado não está diretamente ligado à literatura, embora seja imprescindível à sua análise, uma vez que, como ficou dito acima, Schwarz participa da tradição que manda associar a forma estética à redução estrutural de uma forma social.

Assim sendo, já sabemos que o objetivo do capítulo inicial de *Ao vencedor as batatas* é apresentar-se enquanto uma interpretação histórica da sociedade brasileira, após a Independência¹⁴⁵; ou, quando menos, configurar-se como um esquema capaz de explicitar o modo pelo qual Machado de Assis entendia a estrutura social do Brasil do século XIX e a transpunha para a literatura (apesar, é claro, de Roberto Schwarz não pensar que sua interpretação deva ser utilizada apenas para ilustrar o arcabouço histórico sobre o qual assentaria a literatura machadiana).

Exposta a função que o primeiro capítulo desempenha em *Ao vencedor as batatas* e assinalados seus objetivos, importa agora acompanhar o desenvolvimento dos seus argumentos, tentando perceber o alcance e a influência por eles exercida no pensamento social brasileiro.

O ponto de partida de “As idéias fora do lugar”, segundo o próprio autor, é a “observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as idéias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu”. Diante da constatação – aqui ainda podemos falar em intuição ou sensação – de que no Brasil ocorria fenômeno distinto do europeu (onde as idéias liberais estavam liquidando as antigas formas de dominação feudal, ao menos em Inglaterra e França), o passo seguinte, conforme Schwarz indica, seria a explicação desse fenômeno. É, com efeito, aquilo que nosso autor relata bem ao final do referido capítulo:

¹⁴⁵ Mais adiante explicaremos melhor esse ponto.

“apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital”.

Importa, contudo, saber de que modo todas essas transformações econômicas e sociais iriam refletir nas concepções artísticas, e em especial na literatura: “Ora, a gravitação cotidiana das idéias e das perspectivas práticas é a matéria imediata e natural da literatura, desde o momento em que as formas fixas tenham perdido a sua vigência para as artes. Portanto, é o ponto de partida também do romance, quanto mais do romance realista”¹⁴⁶. Estas citações foram retiradas do final do capítulo e representam como que uma fatura daquilo que até ali fora exposto. Por sua localização no texto já nos é permitido explicitar aquilo que ela traz em forma de resumo: no Brasil as idéias estrangeiras estariam fora de centro em relação ao seu uso europeu, o que significa reconhecer que elas não desempenhavam aqui o mesmo papel que na Europa, proporcionando-nos assim uma espécie de “desconcerto”. A causa desse “desconcerto” não provinha tão somente da adoção dessas idéias, mas da sua concomitante existência com as práticas coloniais aqui preservadas. A sensação de que tais idéias estavam fora de centro também encontra explicação nas relações de produção e parasitismo do país (condições internas) e na sua dependência econômica e cultural (condições externas), embora as primeiras estejam direcionadas pelas segundas. Todo esse processo forma o substrato histórico-social de que parte a literatura, desde que as formas universalistas, acompanhando as transformações sociais, perderam a vigência artística. São essas, pois, as linhas gerais, que formam a estrutura que comanda as investigações e a exposição tanto de *Ao vencedor as batatas* quanto de *Um mestre na periferia do capitalismo*.

¹⁴⁶ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. p. 24. Esse pressuposto, assumido por Schwarz, encontra-se melhor explicitado em *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, especialmente o capítulo I, “O nacionalismo literário”, do 2º volume. Outra importante referência de Schwarz a esse respeito é Lukács, que, ao trabalhar a forma clássica do romance histórico, procura salientar que o elemento responsável pela particularidade dos personagens deriva justamente da especificidade histórica de seu tempo, particularidade esta que estava ausente antes do século XIX. Ver especialmente LUKÁCS, Georges. *Le roman historique*, p. 17 e segs.

Como dissemos, não será nosso objeto de estudo direto a maneira pela qual a literatura brasileira resolve as questões que lhe são colocadas. Mas, interessa-nos, sobretudo, investigar as origens de tal desconcerto e apreender os fatores que contribuíram para a dissonância existente entre as práticas cotidianas do país e o conjunto de idéias liberais européias para cá trazido.

Segundo Schwarz, o acontecimento histórico que irá de fato produzir e conseqüentemente revelar as incongruências e disparates da convivência em nossa sociedade das estruturas agrárias, de base escravista, com as idéias liberais é a Independência. Até então essa combinação não era vista como defeituosa, pois na verdade seria inclusive um contra-senso, tratando-se de uma colônia, trabalhar com a hipótese liberal. Portanto, enquanto o Brasil estava submetido ao domínio de Portugal, a existência de instituições como a escravidão, não era julgada em termos de um prejuízo em relação às idéias liberais, uma vez que podíamos dispor do álibi colonial. Entretanto, após a Independência tal combinação não pode mais ser sustentada.

Ora, segundo Schwarz, o processo de Independência do Brasil seguira caminhos conservadores, pois, se rompeu os laços econômicos e políticos que nos submetiam a Portugal, ele não avançara no sentido de transformar revolucionariamente todas as estruturas sociais e econômicas que haviam sido forjadas quando do sistema colonial. Nossa passagem de colônia a país livre não seguiu, por exemplo, os caminhos trilhados pelas antigas colônias espanholas na América, que buscavam equiparar-se às ex-colônias inglesas do norte, tornando-se repúblicas: preferimos seguir o velho exemplo europeu, embora com um imperador no lugar do rei. Também não se realizou aqui, de uma vez, a substituição da mão-de-obra escrava pela livre nem se aboliu a prática do favor, aliás, sobre ambas as quais assentavam o poder das elites brasileiras.

Do trabalho compulsório e da prática do favor pode dizer-se que participaram da vida brasileira desde os primeiros momentos da colonização, atravessando assim quase quatro séculos da vida do país. Todavia, durante o período em que o Brasil estava submetido às regras impostas pelo Pacto Colonial, tais fatos não se caracterizavam como um desconforto, exceto para algumas poucas pessoas que desejassem estar em dia com a consciência. O desconforto a que aqui nos referimos, e que não existia durante a época

colonial, diz respeito não somente a um mal-estar moral diante da escravidão, mas a uma incongruência social, por assim dizer, uma contradição entre os rumos nacionais que tomávamos no campo das idéias e as práticas sociais aqui adotadas, dentre elas a escravidão e o favor.

Ao jovem país, recém libertado, impunha-se a adoção das “idéias liberais, as mais avançadas” da época¹⁴⁷, e basicamente por dois motivos: o primeiro deles advém da própria constituição do Estado Nacional, decorrência direta da história contemporânea, que naquele momento repercutia os desdobramentos da Revolução Industrial inglesa e da crise do sistema colonial¹⁴⁸. Em segundo lugar, pelo fato de o Brasil fazer parte do mercado internacional e estar envolvido no sistema capitalista desde o início da colonização, do qual dependia diretamente para a comercialização de sua safra agrícola – meio indispensável para sua manutenção e desenvolvimento. Integrar o mercado internacional significava acompanhar-lhe os movimentos e as tendências econômicas. Mas não só, pois esses elementos exigiam a adoção de estruturas políticas e sociais que minimamente sustentassem a economia, o que obrigava o país a importar, junto com as idéias e instituições novas formas de vida, que correspondessem às recentes exigências. O segundo motivo decorria diretamente de uma necessidade de cunho ideológico – findo o Pacto Colonial e uma vez independente, era preciso formar a nação –, o que requeria, por sua vez, adotar tanto as idéias quanto os preceitos e instituições das nações consideradas as mais avançadas do globo. Portanto, ao recente país cabia transpor o atraso ao qual fora submetido pelos séculos de dependência e obscurantismo; era forçoso desta forma iniciar o caminho que o levasse à civilização; doravante eram os brasileiros quem tomavam o futuro em suas próprias mãos, fazendo-se deste modo imprescindível, com base na Razão, estabelecer os caminhos do progresso e planejar os destinos da nação, cujo processo de formação estava encaminhado.

É justamente a partir do fim do Pacto Colonial e da adoção do ideário liberal após a Independência que, para Schwarz, surge “a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício

¹⁴⁷ Vale ressaltar que Schwarz assinala que até mesmo aquelas idéias liberais talvez não fossem tão adiantadas assim. “pois o socialismo já vinha à ordem do dia”. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 22.

¹⁴⁸ Cf. SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In *Que horas são?*, p. 45.

– contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for”¹⁴⁹. Tal sensação decorre da dissonância entre as idéias liberais, que passaram a integrar o ideário organizativo do jovem país e as práticas coloniais que permaneciam praticamente intactas mesmo após a Independência. Era assim que, ao mesmo tempo que adotávamos as idéias européias, que postulavam “a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc.”, mantínhamos o trabalho escravo e um dos seus produtos diretos, a prática do favor, que “ponto por ponto pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. [...] O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno”¹⁵⁰. O “desconcerto”, para Schwarz, se dá, portanto, pela constatação de que no Brasil convivem lado a lado e sem conflito dois modos de vida historicamente distintos e antagônicos¹⁵¹.

Interessante ressaltar que essa sensação de desconcerto a que Schwarz alude, essa quase-imagem que ele constrói em “As idéias fora do lugar” está muito próxima da descrição feita por Sérgio Buarque de Holanda na página de abertura de *Raízes do Brasil*,

¹⁴⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 19.

¹⁵⁰ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 16-7.

¹⁵¹ Vale ressaltar que Lukács em *Brève histoire de la littérature allemande*, identificara fenômeno semelhante na Alemanha, através da análise da literatura romântica. Para ele, o movimento romântico alemão, ao contrário do que afirmavam muitos críticos, não propunha um retorno a formas de vida medievais como forma de combate às idéias emanadas da Revolução Francesa: “a reação romântica quer a transformação da Alemanha em um país moderno (e – a maioria dos seus representantes não tinham consciência disto na época – em um país capitalista), mas eles desejavam essa transformação *sem* destruir o absolutismo, *sem* suprimir as remanescências e os privilégios feudais. Não se trata portanto de restabelecer uma ordem social pré-capitalista, mas de criar um capitalismo política e socialmente reacionário que possa assimilar e conservar ‘organicamente’ as remanescências feudais”. p. 76 [tradução HAR]. Só que Lukács não considera que a recusa da *Aufklärung* pelos românticos alemães encontrasse explicação apenas nas condições econômicas atrasadas da Alemanha. Para ele a nuança aristocrática e cortesã da própria filosofia francesa das luzes e até mesmo do materialismo acabou encontrando um certo apoio no absolutismo, o que levou a uma deformação daquelas formas de pensamento e uma conseqüente caricatura da visão democrática que eles representavam. Idem, *ibidem*, p. 49. Agradeço mais uma vez à Prof^a. Élide Rugai Bastos pela indicação de que o atraso já é trabalhado por Lukács como um componente do processo de desenvolvimento capitalista.

que é inclusive citada pelo autor de *Ao vencedor as batatas*. Acontece que, para Buarque o sentimento de desconcerto ou de desterro advém da não observação das peculiaridades do brasileiro quando da imposição de leis e instituições oriundas de outras civilizações, sem o devido cuidado de se atentar para a possibilidade ou não de conseguirmos representá-las¹⁵². Todavia, para Schwarz, a sensação de desconcerto decorre da inserção brasileira, enquanto país “autônomo”, na ordem internacional do capital, que por um lado o “obrigou” a adotar idéias e instituições correspondentes mas, por outro, manteve praticamente intactas antigas formas de vida e de dominação, convivendo assim lado a lado com as recém chegadas da Europa.

Importa agora entendermos como se relacionavam esses dois aspectos, o arcaico e o moderno, que compunham a realidade brasileira, ou melhor, inquirir como ambos reagiam a uma convivência conjunta, conforme apontou Roberto Schwarz¹⁵³. Mas, para responder a essa questão, temos antes de esclarecer o mecanismo do favor, já que foi através dele que Schwarz pôde estabelecer a herança ideológica e social legadas pela colônia, que, ao lado do ideário burguês, compunham o par aparentemente antagônico responsável pela trama ideológica da vida brasileira do século XIX.

“Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto de um grande”.¹⁵⁴ Apesar da passagem ser clara quanto à divisão de classes da sociedade brasileira do século XIX e de o autor ser

¹⁵² Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 3.

¹⁵³ Note-se a importância teórica que esse passo assume na construção do esquema interpretativo de Schwarz. Como vimos mais acima, Paulo E. Arantes assinalava os limites das descobertas de Fernando H. Cardoso em seu *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, quando este autor se limitara a constatar a coexistência de escravidão e capitalismo, sem especificar o funcionamento do processo. Ora, tal especificação é justamente o objetivo central de “As idéias fora do lugar”.

¹⁵⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor*, p. 16.

explícito ao se referir à relação entre senhor e homens livres como a mais importante, resta explicar o porquê dessa última afirmação.

Ora, o que o texto “As idéias fora do lugar” sugere é que a relação que se estabelecia entre senhores e escravos não era mais suficiente para dar conta das novas configurações sociais, mas principalmente ideológicas surgidas a partir da Independência. Vale notar ainda que entre senhores e escravos estabelecia-se, para Schwarz, uma via de mão única, ou seja, existia por um lado somente mando e por outro só obediência. Dessa relação não era possível extrair o “nexo efetivo da vida ideológica”. Isso mais adiante inviabilizaria a tentativa de explicação do modo de proceder do narrador machadiano da segunda fase, já que a composição das *Memórias póstumas de Brás Cubas* estilizaria um andamento social binário. Noutras palavras, da relação entre senhores e escravos Schwarz não conseguia extrair o “nexo efetivo da vida ideológica”, já que ela não possuía aquele ritmo binário.

A chave interpretativa da realidade brasileira devia ser buscada na relação senhor-dependentes, que, apesar de há muito existir, passava doravante a predominar como aquela que melhor exprimia o nexos efetivo que comandava toda a nossa sociedade. O motivo de tal alteração, segundo nosso autor, é o seguinte:

Os homens livres que compunham uma camada da sociedade brasileira do século XIX, mesmo sendo em número relativamente expressivo, não encontravam um lugar adequado na estrutura econômica e social então em vigência. Ora, numa época em que praticamente inexistiam os proletários, esses homens, que não eram escravos, nem proprietários, estavam obrigados a, de algum modo, viver na dependência de um “grande”. Essa dependência significava, no campo, a realização de pequenos trabalhos nas grandes propriedades rurais¹⁵⁵ ou, em outros casos, a concessão de terras para a lavoura de subsistência, que acabava por contribuir, com seu pequeno excedente, de modo significativo para a produção de alimentos, destinados à manutenção da escravaria e ao incipiente mercado de consumo interno. Mais do que uma simples relação econômica, a

¹⁵⁵ Em muitos casos as tarefas rurais desenvolvidas pelos homens livres pobres eram as mais perigosas, uma vez que o emprego de mão-de-obra escrava, na execução desse tipo de trabalho, significava sério risco ao patrimônio do proprietário.

sobrevivência do dependente nas terras do grande senhor proporcionava a criação de fortes vínculos sociais, perpassando a esfera política e até mesmo afetiva.

Só que a situação dos homens livres pobres, na perspectiva de Schwarz, como já dissemos, era extremamente precária, pois sua sorte estava submetida pura e simplesmente à vontade dos grandes proprietários e às condições favoráveis ou não aos produtos tropicais no mercado internacional (o que ditava internamente o aumento ou a redução da produção). Quando o momento era propício ao aumento da produção, não se vacilava em expulsar tais dependentes de suas habitações e de seus minguados roçados para a expansão da lavoura. Desta feita, o favor concedido ao agregado ou dependente podia ser a qualquer momento retirado, e mesmo que não o fosse, isso em nada alterava a precariedade da situação à qual ele e sua família estavam submetidos. Sem poder contar com quaisquer garantias, o dependente fiava-se nas relações de apadrinhamento e compadrio, que na realidade também não lhe proporcionavam mais que uma feição de proteção. Se, do lado do dependente, tínhamos a submissão, do lado do senhor o arbítrio e o capricho, cujo poder de mando e desmando era incontestável e irrepreensível¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Por uma questão metodológica, ainda não é o momento para se questionar as interpretações de Schwarz, entretanto, é bom lembrar que suas observações sobre a situação dos dependentes os coloca inteiramente sob a vontade e o arbítrio dos senhores, aos quais devem obrigação, respeito e favor. Em momento algum ele sugere qualquer reciprocidade, por mínima que seja. Vale dizer que Maria Sylvia de Carvalho Franco, sua principal fonte a esse respeito, em várias circunstâncias aponta os limites dessa arbitrariedade, uma vez que a aceitação do dependente nas terras do grande proprietário parecia estar mais ligada a outros vínculos que propriamente o econômico: “o ajustamento entre proprietário e morador baseou-se em uma afirmada cordialidade. Esta era condição para que o agregado fosse acolhido”, *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 93. Assim, como o dependente mantinha e respeitava as obrigações pessoais que entretinha com o proprietário, este agia na observação dessas mesmas obrigações. Sobre esse aspecto o livro em questão está repleto de exemplos. Saliente-se que não estamos sugerindo que as relações estabelecidas entre ambos se processavam como entre iguais; é escusado afirmar todo o processo de dominação envolvido na prática do favor, mas é necessário atentar também para as suas especificidades, dentre as quais o respeito do proprietário por uma não-transgressão de certos imperativos sociais e morais atinentes à sua relação com o dependente. Ver sobre o assunto o capítulo II do referido livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Vale também ressaltar aqui a cordialidade, destacada pela autora, como componente fundamental para o estabelecimento da relação entre proprietário e agregado. Isso talvez possa ser entendido como um campo ou uma espécie de espaço, no qual pudesse (e provavelmente fosse necessário) se prescindir das determinações econômicas para o estabelecimento da sociabilidade, ou ao menos, que elas não atuassem de forma tão imediata e determinante. De qualquer modo, a presença da cordialidade ou sua quase exigência como elemento indispensável para a

E, por que o favor é considerado o elemento chave para se compreender o ritmo geral da sociedade, que doravante passa a ser extraído da relação senhor-dependentes? As palavras de Roberto Schwarz são claras a esse respeito: “O elemento de arbítrio, o jogo fluído de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados”¹⁵⁷.

Ou seja, a prática do favor insiste em negar a universalidade da lei, a igualdade jurídica e a impessoalidade, que constituem a base da sociedade burguesa, pois tal prática não é passível de ser despersonalizada. Segundo Schwarz, ela age, necessariamente, de forma discriminada, através de critérios pessoais e únicos, que recaem de modo igualmente discriminado sobre este ou aquele favorecido. Desse modo, a prática do favor não pode ser enquadrada nas novas formas de vida que a sociedade burguesa exige, pois, em teoria, esse novo sistema de valores, que passava a gerir o ideário brasileiro, requer uma racionalização, que, em miúdos, significaria o reconhecimento de uma igualdade formal entre os cidadãos, a partir da qual pudessem ser estabelecidas legitimamente as formas contratuais de relação, que compõem a base sobre a qual se funda a sociedade burguesa.

Nessa perspectiva, o favor acaba então por tornar-se instrumento de negação daquele que o recebe, já que lhe subtrai a autonomia da pessoa; esta passa a não dispor da possibilidade de tentar organizar seus interesses e desejos, que ressentem, para qualquer efetivação, do consentimento de um outrem. Por outro lado, como já observamos, o favor, se praticamente anula, enquanto pessoa, quem o recebe, torna, quem lho concede, o

aceitação do agregado demonstra que o aspecto econômico cede a primazia a outros elementos sociais, ou seja, se a relação entre senhor e dependente é uma relação econômica, ela o é por meio de uma relação extra-econômica. Não haveria problema algum em aproximarmos essa passagem à de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, quando este trata do modo como os portugueses e brasileiros se portam diante das relações comerciais, em que os vínculos afetivos e de amizade contam muito mais que propriamente a busca do lucro. Em ambos os casos, tanto nos quesitos necessários à aceitação do agregado ou dependente pelo latifundiário, quanto nas condutas mercantis dos luso-brasileiros, parece que os aspectos econômicos cedem lugar (ao menos em parte) a elementos que prescindem do cálculo racional.

¹⁵⁷ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor*, p. 16.

detentor do destino dos favorecidos¹⁵⁸. Mas as conseqüências não param por aí, pois o favor acabou criando um modo de proceder específico da classe dominante brasileira, este sim estilizado, cuja única atenção se volta para suas vontades e caprichos.

É justamente esse modo de proceder, estilizado por toda a classe dominante, que não encontrava barreira alguma ao seu mando ou desmando e que desconhecia quaisquer desígnios além dos seus, a fonte da enorme estranheza que se verifica na vida ideológica brasileira do século XIX, pois a par dos procedimentos de dominação da elite, começam a tomar parte na organização da vida do país as idéias e instituições liberais. Formava-se assim um par de opostos, práticas coloniais, expressas principalmente através do trabalho escravo e do favor, e idéias liberais-burguesas.

Se já discorreremos sobre o favor, que, neste par de contrários, se caracteriza como a contribuição genuinamente brasileira, vamos agora procurar fazer o mesmo a respeito do conjunto de idéias e instituições européias que compunham o “pacote” liberal-burguês, e que, a partir da Independência, foram sendo introduzidas no país de diversas maneiras.

As idéias a que se refere Roberto Schwarz, não é demais lembrar, são particularmente aquelas provindas do universo da Revolução Americana, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, de origem propriamente burguesa, em que se dava “posição central à autonomia da pessoa (econômica, jurídica, política, moral, estética, etc.)”, idéias estas que, ainda segundo nosso autor, encontravam respaldo em algumas sociedades européias, pois acrescenta “e de fato parecia[m] convergir com as tendências reais da Europa mais avançada – em que a expansão do capitalismo abolia a servidão

¹⁵⁸ Pensamos que esta afirmação não é demasiado forte, já que, seguindo a leitura de Schwarz, aquele que concede o favor ou o retira interfere tão incisivamente na vida do favorecido e de seus próximos ao ponto de suas existências constituírem sentido através dessa relação e, mais, por ela sentirem e assumirem uma efetiva posição de destaque social. O mecanismo do favor, visto por esse ângulo é evidentemente contraditório, pois, ao mesmo tempo que diante do senhor o favorecido é rebaixado, perante boa parte da sociedade ele desfruta de uma distinção, já que o favor lhe concedera a possibilidade de pôr-se acima da massa escrava e dos demais que compõem a camada dos homens livres pobres, mas que, no entanto, ainda não auferiram as benesses de tal “privilégio”: “mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma”. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 19.

camponesa, o privilégio aristocrático, e aos poucos implantava a igualdade formal entre os homens”¹⁵⁹.

Essas idéias cobriam, portanto, todas as instâncias sociais, culturais e econômicas em que a partir de então se processaria a vida do cidadão moderno. Tal mudança trabalha sobre dois pontos principais, a autonomia da pessoa e a igualdade jurídica entre todos. As demais derivações decorrem de algum modo dessas duas primeiras, já que a sociedade burguesa é também conhecida como uma sociedade contratual, e todo contrato precisa pressupor a liberdade do contratante e os seus plenos direitos de igualdade (jurídica) frente aos demais. Nela não cabe, em teoria, qualquer coerção, qualquer privilégio, favorecimento. Essas idéias irão enformar todo o estado moderno e necessariamente suas instituições, cujas obrigações primordiais serão zelar pela observação dos mesmos princípios acima apontados, o que obviamente transforma de modo radical as formas de atuação do estado e de suas relações com aqueles que ele representa e especialmente por meio de quem age. Ou seja, o estado burguês tem como necessidade primeira a constituição de um corpo de burocratas, funcionários públicos, e não pode aceitar que o interesse privado desses funcionários conviva com os negócios públicos.

¹⁵⁹ SCHWARZ, Roberto. Criando o romance brasileiro. *Argumento*. v. 1, n. 4, fev. 1974, p. 19. A citação se refere a uma pequena introdução que Schwarz fizera ao que viria a ser mais tarde o segundo capítulo de *Ao vencedor as batatas*. Como a referida edição não trazia o primeiro capítulo, que seria “As idéias fora do lugar”, o autor resolveu sumariar os seus principais argumentos a fim de proporcionar ao leitor um conhecimento prévio das premissas das quais partia. Quanto à posição de Schwarz a respeito do modo como o liberalismo ia removendo os antigos obstáculos feudais na Europa, ver a objeção de Sérgio Paulo Rouanet em “Contribuição para a dialética da volubilidade”, onde este autor sustenta que a ambivalência apontada por Roberto Schwarz na prosa machadiana, cujo correspondente histórico seria o mando e desmando da classe dominante brasileira, não era fenômeno essencialmente nosso, mas podia igualmente ser encontrado nos autores referenciais de Machado de Assis, tais como Sterne, Xavier de Maistre e Almeida Garrett: “não há nenhum indício de que nos autores europeus a volubilidade seja menos autoritária que em Machado. Também neles a forma volúvel é assinalada pela presença constante do narrador, por sua intervenção ininterrupta na narrativa, por sua onisciência escarminha, por sua onipotência sobre coisas, sobre pessoas, sobre o tempo, sobre o espaço, sobre as leis da lógica e as convenções da narrativa, e sobretudo pela tirania exercida sobre o leitor, com o qual o narrador realiza diálogos simulados cuja única função é acentuar o caráter caprichoso da relação”, p. 192.

Fazendo um pequeno parêntese, é necessário reconhecer, que essas idéias penetraram rapidamente no território brasileiro, como facilmente se pode constatar por alguns movimentos políticos, ocorridos na Colônia. Chegava mesmo a surpreender, em vista das restrições impostas pela metrópole, a relativa freqüência com que várias obras, especialmente dos pensadores iluministas franceses, chegavam ao país. Entretanto, não pretendemos dizer com isso, que tais movimentos desejassem a efetiva implantação das idéias divulgadas naquelas obras¹⁶⁰. O certo mesmo é que, na maioria dos casos, a introdução das idéias liberais não encontrava respaldo algum que as efetivasse e as fizessem ser observadas; eram praticamente letra morta, embora não pudessem ser desprezadas; eram ao mesmo tempo constantemente invocadas, mesmo que tal invocação não convencesse sequer o orador. Exemplo mais nítido dessa situação ambivalente é a primeira Constituição Brasileira, que data de 1824, pois acabava por reproduzir quase que trechos inteiros da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789: “A Constituição de 1824 procurou assegurar ampla liberdade individual. [...] O artigo 179 que garantia as liberdades individuais inspirava-se diretamente na Declaração dos Direitos do Homem feita pelos revolucionários franceses em agosto de 1789. Havia parágrafos que eram mera transcrição. [...] Afirmava que nenhum cidadão poderia ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Estabelecia a igualdade de todos perante a lei, firmando o direito de todos serem admitidos aos cargos públicos civis e políticos ou militares ‘sem outra diferença que não fosse a dos seus talentos e virtudes’, abolia os privilégios, e garantia o direito de propriedade “em toda a sua plenitude”

¹⁶⁰ É certo que a introdução das idéias liberais no Brasil remonta ao fim do século XVIII e estiveram presentes no ideário de alguns grupos revolucionários, como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana etc. Entretanto, não se pode dizer que assumiram maior expressividade para além daqueles movimentos, nem tampouco que, àquela época, o desejo de efetivá-las fosse realmente levado a ferro e fogo. Parece-nos, antes, o contrário, pela famosa frase da Revolução Pernambucana de 1817: “Patriotas, vossas propriedades, inda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas”, ou seja, a propriedade escrava, apesar de toda suspeita emancipacionista que o movimento gerou, seria preservada. Cf. COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In MOTA, Carlos G. (Org.). *Brasil em perspectiva*, p. 92; para uma interpretação da mesma passagem, porém, em sentido exatamente oposto, ver NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*, p. 33 e segs.

estabelecendo que, se o bem público legalmente verificado exigisse o ‘uso e emprego da propriedade do cidadão’ seria este previamente indenizado”¹⁶¹.

Situações como essa surpreenderam inclusive delegações diplomáticas européias, gerando uma certa desconfiança por parte de algumas monarquias a respeito dos rumos que tomava o recém criado Império Brasileiro. Queriam elas evitar a todo custo que o Brasil se tornasse sensível à comoção republicana e democrática que atingia algumas das ex-colônias espanholas da América, cujo exemplo pioneiro dos Estados Unidos procuravam seguir¹⁶². O que aquelas delegações diplomáticas e as monarquias européias não contavam era que entre a entrada das idéias e preceitos liberais no Brasil e a sua efetiva implantação corria muita distância.

Assim, ao mesmo tempo que a Constituição proclamava a igualdade jurídica de todos perante a lei, reconhecia o pleno direito de propriedade – a sua inalienabilidade –, que no fundo significava a sua primazia sobre o direito à liberdade de todos os cativos; enquanto abolia os privilégios, mantinha intactas as práticas clientelistas e personalistas. “Privados do seu contexto oitocentista europeu e acoplados ao mundo da sociabilidade colonial, os melhoramentos da civilização que importávamos passavam a operar segundo outra regra, diversa da consagrada nos países hegemônicos”¹⁶³. Ou seja, é certo que a Carta Constitucional foi de natureza liberal, daí seu caráter contratualista, mas é igualmente certo que essa natureza liberal fora invocada como argumento decisivo (o direito à propriedade e à sua inviolabilidade), no plano jurídico, para preservar e assegurar todas as antigas estruturas coloniais, com suas respectivas formas de dominação e poder, inclusive o favor e a escravidão.

¹⁶¹ Cf COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In MOTA, Carlos G. (Org.). *Brasil em perspectiva*, p. 123-4, referido por Schwarz em *Ao vencedor as batatas*.

¹⁶² Para uma melhor exposição desses episódios, consultar LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, especialmente o capítulo IX. O autor, ao pesquisar as correspondências diplomáticas da época, descobriu que agradava a alguns estados europeus o fato de o Brasil ter se tornado um Império, o que de algum modo opunha-se à política republicana inaugurada na América pelos Estados Unidos. Acrescente-se ainda que o Império assegurava a “manutenção, tanto quanto possa ter lugar, do princípio monárquico contra os progressos da democracia universal”, p. 173.

¹⁶³ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In *Que horas são?*, p. 44.

Daqui a sensação de desconcerto aludida por Schwarz, pois se o Brasil se transformasse de modo semelhante ao modelo europeu, seria legítimo supor que as antigas estruturas coloniais, de origem ibérica, fossem todas incondicionalmente substituídas pelas novas estruturas liberais e burguesas. O liberalismo deveria revogar os antigos modos de produção, baseados no trabalho escravo, e todas as formas de vida que se originaram nesse ambiente. Acontece que, para Schwarz, ao mesmo tempo que as idéias liberais eram indescartáveis, elas não podiam ser postas em prática. Tal ocorrência não encontrava somente explicação pelas especificidades da sociedade brasileira, mas já exigia que se considerasse o papel que o latifúndio e o trabalho compulsório desempenhavam no mercado internacional¹⁶⁴. Para a combinação brasileira de idéias e instituições burguesas com práticas coloniais, a sua explicação deve ser buscada não apenas nas excentricidades internas que aqui frutificaram graças a essa coexistência; a elucidação desse fenômeno requer que se considere o modo pelo qual as características brasileiras se relacionam com o movimento internacional do capital.

Por ora, cuidemos apenas da parte interna. E esta não se apresentava como uma das mais promissoras, já que não se encontravam presentes as condições necessárias a uma transformação social e econômica que tornasse possível a passagem para uma ordem efetivamente liberal. Podemos dizer que esse desnível encontrava-se em todas as esferas, seja na economia, através da manutenção do trabalho escravo; na política, com a manutenção das práticas clientelistas e personalistas; na justiça, cuja arbitrariedade desdizia qualquer pretensão de igualdade jurídica; e na vida ideológica, que conhecia na pele a distância que corria entre o mundo cultural europeu e o nosso.

Na vida nacional, portanto, o que se verificava era a convivência pacífica de uma estrutura social, montada nos moldes coloniais, com um conjunto de instituições e preceitos, organizados de acordo com as modernas idéias liberais e burguesas. Em teoria, duas ordens distintas, que não poderiam existir ao mesmo tempo, numa mesma sociedade, sem conflitos. Nessa perspectiva, a destruição das antigas práticas coloniais deveria ocorrer

¹⁶⁴ Ver SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 21.

concomitantemente com a introdução da ordem burguesa, entretanto, segundo Schwarz, não foi o que se passou no Brasil.

As idéias burguesas não tiveram a força suficiente para desbancar a antiga ordem, cuja manutenção interessava sobremaneira à elite brasileira, pois era dela que provinha todo seu poder de dominação. Ou seja, a situação social e econômica estava organizada de tal modo que a adesão incondicional às idéias liberais significava – para a classe dominante – tanto perda de poder quanto enormes possibilidades de prejuízo imediato, pois a produção escravista até aquele momento se mostrava mais lucrativa que o trabalho assalariado. Fato interessante, já que em matéria de coerência econômica, nossos “incultos e abomináveis escravistas até certa data – quando esta forma de produção veio a ser menos rentável que o trabalho assalariado – foram no essencial capitalistas mais conseqüentes do que nossos defensores de Adam Smith, que no capitalismo achavam antes que tudo a liberdade”¹⁶⁵. Dadas todas essas vantagens, aliás praticamente isentas de quaisquer cobranças, por que haveria a classe dominante brasileira de abrir mão de seus benefícios e privilégios? As duas ordens poderiam conviver lado a lado e “sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas”¹⁶⁶.

Note-se que Roberto Schwarz, apesar de apontar a não existência do conflito que supostamente adviria do convívio de duas ordens sociais distintas, não nega que elas não estejam em contradição. Há certamente no caso brasileiro a contradição, entretanto, ela não

¹⁶⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 15. É certo que esta observação, presente no capítulo “As idéias fora do lugar”, não compõe o cerne da argumentação ali desenvolvida, ela possui um caráter mais periférico. Todavia, Schwarz teria de reconhecer que os liberais brasileiros do século XIX certamente viam a liberdade antes que tudo, porém, para eles, assim como para todos os liberais, ela era o pressuposto primeiro de toda a articulação do sistema, no qual o trabalho livre era requisito fundamental. Aliás, não foi à toa que a comparação entre trabalho escravo e livre para saber qual era mais caro foi deixada de lado logo no início do século XIX (por aí não dava para argumentar contra a escravidão). O que passava a importar eram todas as conseqüências que o sistema de trabalho escravo produzia, ou seja, assim como Schwarz não monta sua argumentação a partir do trabalho escravo, mas das peculiaridades que a sociedade escravista produzira, a argumentação liberal não se restringe ao custo do trabalho escravo ou livre, mas ao sistema que se pode criar a partir de ambos.

¹⁶⁶ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 17.

se encaminha para o momento de síntese, que um processo dialético requer¹⁶⁷. Esse enfrentamento sem combate efetivo entre mundo colonial e mundo burguês, estilizado por meio do modo de proceder da classe dominante brasileira, é o que melhor caracteriza, na visão de nosso autor, a conciliação amistosa que aquela elite soubera realizar. Se tal situação provocava um mal-estar ou denunciava uma incoerência moral, o aroma de um cafezinho bem adocicado era suficiente para afastar tais desvarios. O que importava era sentir-se integrante da cultura ilustrada ocidental, mesmo que esse desejo viesse lastreado por um modo de produção escravista.

Há nessas afirmações implicações cujo alcance torna-se extremamente valioso para que possamos compreender algumas artimanhas do sistema capitalista, mais precisamente sobre o modo do seu funcionamento e das suas exigências sociais, que acompanham o seu desenvolvimento. Essas artimanhas são, entretanto, melhor compreendidas na periferia do sistema. Assim sendo, convém apontar que fora o próprio sistema capitalista o responsável pela reabilitação do modo de produção escravista e sua implantação no Novo Mundo, inclusive no Brasil, isto num tempo em que, na Europa, ele trabalha pela abolição da servidão feudal. Esta reabilitação da escravidão nos permite considerá-la, juntamente com o capitalismo, como elementos assimétricos, embora não necessariamente opostos, conforme nos lembra Schwarz ao apontar a importância das descobertas realizadas por Fernando Henrique Cardoso em seu *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*¹⁶⁸. Quando se tem presente que o capitalismo reabilitara a escravidão e dela se servira por muito tempo,

¹⁶⁷ Ver também a este respeito o livro de Paulo Eduardo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, no qual o autor traça o caminho percorrido por Antonio Candido e Roberto Schwarz na construção das interpretações que estes realizaram no âmbito da literatura brasileira e da sociologia. Como o próprio título sugere, a ligação entre aqueles dois autores é construída através do processo dialético que estaria presente em suas obras. Arantes, que parece endossar todas as observações de Schwarz a respeito do processo que aqui procuramos estudar, chega inclusive a sugerir o nome de “dialética negativa” – com as devidas ressalvas – à descoberta do modo de proceder da classe dominante brasileira, realizada por aquele. Ver especialmente as páginas 53 e 73. Há também, a esse respeito, uma entrevista de Paulo Arantes na qual ele diz: “[...] o que se entende por dialética no marxismo clássico, não funciona no Brasil” e completa que preferira utilizar o termo dialética negativa a dizer “[...] no fundo não há dialética”, o que, reconhece, complicaria sua vida. Ver NOBRE, Marcos; REGO, José M. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 358-9.

¹⁶⁸ SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*, p. 93.

desmascara-se a ideologia burguesa que identifica capitalismo com liberdade, donde se pode concluir, pelas relações que entretém entre si, que o capitalismo não é tão moderno nem a escravidão tão arcaica.

Por outro lado, há o liberalismo, comumente confundido com o próprio capitalismo, embora não tenha sido muito mais que a criação de uma forma eficiente de organização social pela qual, em algumas sociedades, o capitalismo encontrara meios mais propícios ao seu desenvolvimento. A ideologia, que o estudo das combinações entre capitalismo e escravidão vem desmascarar, é justamente aquela que apregoa que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas necessitam de uma base social, organizada de maneira liberal¹⁶⁹. Postas essas considerações, torna-se bem mais fácil compreender as especificidades brasileiras que vínhamos abordando e demonstram que elas não são nenhuma monstruosidade ou aberração dentro do sistema, antes implicam a sua capacidade em arregimentar as mais variadas configurações para a realização da sua finalidade última, o lucro.

São desses fatos, selecionados por Schwarz das descobertas da sociologia brasileira dos anos 60 e 70, que ele irá extrair a ambivalência ideológica das elites brasileiras, que, ao seu ver, constituiriam um *verdadeiro destino*: “Estas se queriam parte do Ocidente progressista e culto, naquela altura já francamente burguês (a norma), sem prejuízo de serem, na prática, e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do mesmo Ocidente (a infração).”¹⁷⁰

Essa definição, que se encontra em *Um mestre na periferia do capitalismo*, já é um momento mais elaborado das conclusões retiradas de “As idéias fora do lugar”. O movimento que aparece no segundo livro, além de estampar a desfaçatez de classe das elites brasileiras, que tornam a infração, além de infração, norma e a norma, além de norma,

¹⁶⁹ Segundo Paulo Arantes, Roberto Schwarz ao analisar a produção literária de Machado de Assis nos fornece elementos para entender o que estava acontecendo na Europa do século XIX. Ou seja, Machado teria percebido já àquela época a derrocada da civilização burguesa ao mostrar como a “coexistência sistêmica de capitalismo e escravidão falseava a própria vigência dos padrões civilizatórios da idade liberal burguesa”. NOBRE, Marcos; REGO, José M. *Conversas com filósofos brasileiros*, p. 357.

¹⁷⁰ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 41.

infração, deixa explícito o mecanismo econômico que coordena todo o sistema de produção internacional. A partir do segundo livro do ciclo machadiano de Schwarz, mais especificamente através do capítulo “A matriz prática”, fica mais evidente a atuação dos condicionantes externos na determinação da ambivalência das elites brasileiras e, por conseguinte, de toda a sociedade.

Ora, o modo de proceder de nossas elites, para Roberto Schwarz, estava em sintonia com os desdobramentos do sistema capitalista, cujo “fundamento efetivo estava no que a tradição marxista identifica como ‘o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo’, expressão que designa a equanimidade sociológica particular a esse modo de produção, o qual realiza a sua finalidade econômica, o *lucro*, seja através da ruína de formas anteriores de opressão, seja através da reprodução e do agravamento delas”¹⁷¹. Isto significa que, a rigor, a partir desta interpretação, a manutenção do sistema escravista não dependia única e exclusivamente de uma decisão dos fazendeiros brasileiros. A lógica própria ao sistema capitalista permitia, sancionava e até, se fosse o caso, incentivava o retorno ou a manutenção de modos arcaicos de produção, desde que esses estivessem de acordo com seu processo de expansão e desenvolvimento. É por isso que Schwarz afirma que nossos escravistas eram capitalistas mais conseqüentes que os seguidores brasileiros de Adam Smith, que viam no capitalismo antes que tudo a liberdade, uma vez que aqueles não poderiam substituir o modo de produção escrava por trabalho livre sem incorrer em sérios prejuízos econômicos.

Essa “impossibilidade” de uma tomada de decisão pelo trabalho livre expressaria justamente o papel que deve ser desempenhado pela parte no todo, ou seja, o Brasil, enquanto integrante de uma organização maior – o sistema capitalista mundial – agia em conformidade com a estrutura e funcionamento deste último, que, na visão de Roberto Schwarz, preestabelecia os lugares e as funções de cada membro – para usar uma terminologia já desgastada – na divisão internacional do trabalho. Por outro lado, pensando em termos de nação, não se poderia esperar que a classe dominante brasileira acatasse incondicionalmente todos os preceitos burgueses e suas instituições. Como nos ensina

¹⁷¹ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 38-9.

Fernando H. Cardoso, “não é em termos gerais do “bem da Nação” que, concretamente, uma camada social particular decide: seus interesses “decidem” por ela”¹⁷². Ou seja, nossos capitalistas não assumiriam o compromisso de formar a Nação às custas de suas propriedades, capital e *status* social.

A permanência da escravidão e das demais práticas coloniais na sociedade brasileira não devem ser entendidas, portanto, como resquícios de uma ordem social anterior, que não mantém correspondência com o chamado Brasil moderno. Esse o erro principal dos dualistas, cuja concepção linear de progresso, facultava compreender o atraso como resíduo do passado, em oposição à parte que se desenvolvia, e que, mais cedo ou mais tarde, seria transformado pela ordem inexorável do desenvolvimento. Como nos ensina Schwarz, práticas coloniais e economia moderna estão imbricadas no processo de desenvolvimento capitalista: “as taras da sociedade brasileira, objetivadas em sua estrutura sociológica ou de classes, não devem ser concebidas como *resquícios* do passado colonial, nem como *desvios* do padrão moderno (coisa que entretanto elas também são), mas como partes integrantes da atualidade em movimento, como *resultados* funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea, a qual excede os limites do país”¹⁷³.

Após essa longa reconstituição, em que procuramos explicitar melhor o modo como Schwarz entende o favor e a introdução das idéias liberais no Brasil, podemos voltar agora a uma questão levantada algumas páginas atrás. Qual seja, como se processa a convivência entre a herança colonial e as novas formas de vida burguesa, na sociedade brasileira?

O referente histórico que lhe permite a análise do narrador machadiano é obtido através da relação senhor-dependentes e não da senhor-escravos. A escolha não é óbvia, já que a “relação produtiva fundamental” estava inquestionavelmente baseada no trabalho escravo, o que, por sua vez, permitiria esperar que ela comandasse as demais relações, para não dizer ainda que o favor, elemento a partir do qual Schwarz constrói o andamento binário da classe dominante brasileira, é um produto direto das formas de vida que se criaram em decorrência do modo de produção escravista. Note-se também que o favor,

¹⁷² CARDOSO, Fernando H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, p. 187.

¹⁷³ SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*, p. 95.

fruto da relação de dependência a que os homens livres pobres estavam submetidos, “atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força”¹⁷⁴. Ou seja, apesar de o favor conseguir se infiltrar em todas as instâncias da vida nacional, ele não conseguiu afetar ou modificar a relação de produção, baseada no trabalho escravo.

Não é exagero, portanto, supor que, não sendo mais a relação senhor-escravos aquela que dita o ritmo ideológico da sociedade, ocorreram transformações em alguma instância social e histórica da vida brasileira. E, como acabamos de ver, não foi na esfera produtiva, pois esta ainda se mantinha basicamente com o esforço do cativo. Resta então investigar as demais. Noutras palavras, a partir de quando e por qual motivo a relação senhor-dependentes passou a configurar-se como o nexó efetivo da vida ideológica do país?

Schwarz não explicita esse ponto. Diz somente que o favor “esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc.”¹⁷⁵. Entretanto, para nosso autor, a datação do favor não é muito importante, sua constatação é o que lhe basta. Para ele o acontecimento histórico relevante é a Independência, pois até então tanto a escravidão quanto o favor não implicavam um desconcerto, nem tampouco projetavam sobre a Colônia qualquer sentimento de inferioridade ou de atraso. Havia um alibi e era a própria situação colonial – situação de dependência – que não tornava tão vergonhosa a distância que corria entre nós e a Europa. Realizada a Independência, o alibi se esvai e surge o sentimento do desconcerto entre as novas idéias, que começavam a ser adotadas, e as práticas coloniais do favor e da escravidão, que persistiam em nossa sociedade. Esse é ponto em que se começa a perceber o defeito da combinação, que até então sequer existia.

Enfim, se respondemos a partir de quando e apontamos os motivos que tornaram a combinação entre práticas coloniais e idéias liberais um defeito, resta saber ainda os motivos que levaram Schwarz a se deter na relação senhor-dependentes como aquela que forneceria a chave interpretativa da sociedade brasileira.

¹⁷⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 16.

¹⁷⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 16.

Para que a relação senhor-dependentes seja capaz de ditar o ritmo social, é preciso que ela esteja amplamente difundida e que afete indiscutivelmente boa parte da população. Caso contrário não seria possível generalizar uma situação, para toda sociedade, se ela estivesse circunscrita a pequenos grupos pouco representativos. O segundo ponto é que a Independência afetou involuntariamente, por assim dizer, o substrato ideológico sobre o qual se assentava a prática do favor e a própria escravidão. Noutras palavras, embora não tivesse promovido, como reclama Schwarz, uma revolução, ela propiciara que se estabelecesse, mesmo que a contragosto da classe dominante, uma nova visão da situação dos dependentes. Se a Independência é a responsável por transformar em defeito aquela antiga combinação, ela também o é pela mudança de perspectiva sob a qual é possível entender as relações de dependência. O mesmo parece que não se pode dizer a respeito do trabalho escravo. Vejamos então como isso se deu. Lembremos apenas que quando Schwarz escreveu “As idéias fora do lugar” ele ainda não dispunha dos elementos teóricos que mais tarde lhe permitiriam entender a escravidão e o capitalismo como conexos. Naquele momento, a sociologia brasileira ainda patinava na concepção de que ambos podiam conviver, embora mantivessem uma inviabilidade recíprocas.

O trabalho escravo, por ser de uma ordem estritamente oposta à das idéias liberais, ficava restrito a desempenhar o papel ideológico de seu elemento contrário. Aquelas idéias não o reconheciam, mas também não o eliminavam. Por seu turno, ele as negava, porém com elas convivia. Um não pertencia ao mundo do outro. A importância da relação senhor-escravo para a determinação da vida ideológica brasileira tornara-se, na visão de nosso autor, muito menos importante, já que a Independência não alterava em nada o estatuto do cativo nem transformara a escravidão em si em defeito – lembremos, o defeito estava na sua combinação com as idéias liberais. Desse modo, o escravo, destinado na sua maior parte ao eito e dominado pela força, pelo arbítrio e sujeito a todos os desatinos, via ser deixada intacta sua condição.

Caso diferente é o que ocorre com os chamados homens livres. O seu estatuto já é o do mundo burguês, que lhe reconhece a pessoa e a liberdade. A Independência e as idéias liberais vieram ratificar a sua condição legal de “livre”; ele já pertence aos novos tempos.

Note-se que, em teoria, ele, diferentemente do escravo, não está em oposição às novas idéias, elas não lhe são estranhas.

O problema estava em que sua condição real, no Brasil, distinguia-se da jurídica. Ele já pertencia ao mundo burguês e moderno, mas não vivia nele; estava ainda preso ao favor e seus símiles. Aquilo que a lei lhe conferia, a prática lhe negava. Era assim que se viam e eram vistos enquanto representantes de um tempo e de uma ordem social que lhes reconhecia juridicamente sua pessoa e liberdade, mas que não lhes proporcionava um lugar na estrutura social, que ainda estava organizada sob os moldes coloniais.

Daqui o motivo da escolha da condição dos homens livres para se obter o “nexo efetivo da vida ideológica”. Contrariamente aos escravos, que estavam submetidos a todos os tipos de infração, a mera presença de um homem considerado livre, vivendo entretanto de favores e sujeições pessoais, denuncia a mentira e a impropriedade das idéias burguesas entre nós. Se na Europa essas idéias já eram ideologia, pois correspondiam apenas à aparência, mas na prática procuravam esconder a exploração existente por trás do trabalho, no Brasil elas eram falsas num outro sentido.

E que sentido era esse? Para respondermos a essa pergunta, vamos antes tentar compreender melhor uma pergunta de Roberto Schwarz, feita em *Um mestre na periferia do capitalismo*: “O que significava nestas circunstâncias [o cenário político-econômico internacional e interno] a persistência do sistema produtivo [brasileiro] montado no período anterior?”¹⁷⁶

Como podemos perceber, aqui está o segundo momento generalizador dos textos com os quais vimos trabalhando. O primeiro fora a descoberta do “nexo efetivo da vida ideológica”, extraído da relação senhor-dependentes e que foi generalizado para toda a sociedade brasileira. Agora, ainda que a exposição não seja tão exaustiva, começará o momento de identificação do papel desempenhado por países como o Brasil no sistema capitalista internacional.

E a pergunta acima é uma boa chave para que a construção metodológica de “As idéias fora do lugar” fique um pouco mais clara, assim como o alcance que tomam suas

¹⁷⁶ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 36.

conclusões, que, como já vimos, formam o referente histórico também adotado em *Um mestre...*. Perguntar sobre o significado da manutenção do sistema produtivo escravista, montado no período colonial, em face das transformações ocorridas no sistema capitalista mundial – que se industrializava – é assumir que o Brasil participava de algum modo desse mesmo sistema, embora nitidamente sua posição parecesse estar em divergência com a situação dos demais países (especialmente pela postura liberal adotada pelos representantes centrais do sistema), donde a experiência do desconcerto, sentida diante da posição anacrônica de nossas formas de vida.

Obviamente a adoção de tal perspectiva teórica, por parte de nosso autor, implicava entender o Brasil não somente em suas causas e efeitos internos, já que estes seriam determinados por uma dimensão mais ampla, a rigor, na sua relação com o sistema capitalista internacional. Ora, se a montagem do Antigo Sistema Colonial fora obra do capitalismo mercantil, a desmontagem desse mesmo sistema deve ser estudada não em suas contingências e particularidades, mas enquanto processo de transformação cuja amplitude é, por assim dizer, mundial (tese de Fernando Novais, resumida acima). O que significava que a persistência do sistema produtivo escravista brasileiro não podia ser entendido apenas como uma faceta interna, como se fosse obra de fazendeiros irracionais e pertinazes defensores do trabalho cativo. Tem-se, através dessa nova perspectiva teórica, uma remodelação completa dos parâmetros necessários ao entendimento da questão escravista no Brasil imperial, pois por esse prisma a escravidão não mais deveria ser vista como anacronismo, mas como elemento constitutivo do sistema, cujo grau de eficiência, que em última instância pode ser entendido como lucratividade, ainda lhe garantia a primazia sobre o trabalho livre.

Essa extensão do raciocínio de Fernando Novais nos permite pensar vários momentos da escravidão, que, em suas relações com o capitalismo, se apresentam de forma variada. Pois é por isso que no início do processo de implantação do regime escravista na América (e ainda durante alguns séculos), a escravidão, na prática, não se apresentou como contraditória ao capitalismo comercial, antes mostrou a possibilidade de convivência com tal sistema e atuou como um fator importante de acumulação primitiva de capital. O caráter antitético dessa relação somente parece despontar quando da crise do Antigo Sistema e o

conseqüente fim do Pacto Colonial. Nesse momento o capital industrial já havia se constituído e tornara-se notória a incompatibilidade com a produção escravista. Paulo Arantes resume esses momentos, quando salienta que, no início do desenvolvimento capitalista, que coincidiu com a adoção da escravidão na América, “a análise do caráter antitético de uma produção escravista para o mercado seria prematura e formal. Não que o contra-senso não exista, mas ele só se tornará efetivo quando se configurar a crise global do sistema”, crise esta precipitada aqui pelo próprio capitalismo: “em princípio, capitalismo industrial e produção colonial escravista são incompatíveis; isso posto, o primeiro precipita a crise do Sistema, estimulando a ruptura do Pacto Colonial e a constituição de Estados Nacionais, mas não liquida o trabalho compulsório (embora persiga o tráfico), quando mais não seja porque a presença da escravidão, embora bloqueie a afirmação plena de uma sociedade de classes e de um mercado interno, não barra a penetração dos manufaturados ingleses: além do que, a supressão do trabalho escravo passava doravante a depender de uma decisão nacional”¹⁷⁷. Acompanhando a breve recapitulação acima, podemos perceber que no âmbito do capitalismo internacional, já haviam sido dados os passos que permitiam e exigiam a eliminação do trabalho escravo.

Agora temos condições de retornar àquela pergunta de Schwarz, que indagava sobre o significado da preservação do sistema produtivo brasileiro montado no período colonial. Mudando o raio de alcance das investigações, pois o eixo da história deixava de ser nacional e passava para o plano internacional¹⁷⁸, Roberto Schwarz associava então a manutenção das estruturas coloniais a uma faceta dos avanços do capitalismo, cujo “desenvolvimento desigual e combinado” se mostrava mais claramente na periferia do sistema.

Se por um lado é justo afirmar que a Independência brasileira fora realizada de modo conservador¹⁷⁹, pois não sepultara as antigas práticas coloniais que estavam a serviço

¹⁷⁷ ARANTES, Paulo E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, p. 87.

¹⁷⁸ Tanto Fernando Novais quanto Roberto Schwarz são tributários das teorias da Dependência, que realizaram a transposição do eixo de investigação, que, de nacional passava a mundial.

¹⁷⁹ Ver a esse respeito NOVAIS, Fernando. *Passagens para o novo mundo*. In *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, jul. 1984. p. 7.

da elite, como forma de manutenção do poder e dominação, é justo também afirmar que, consideradas as condições do sistema capitalista internacional, do qual o Brasil era parte integrante, uma revolução nos modos de produção não podia ser efetivada sem conseqüências econômicas graves, uma vez que o trabalho escravo ainda se nos apresentava como mais lucrativo que o assalariado e as demais práticas coloniais ainda eram as mais coerentes – do ponto de vista do lucro – que as da moderna economia política. Daqui o alcance da frase Schwarz, que apontava “na ambivalência ideológica das elites brasileiras, um verdadeiro destino”¹⁸⁰.

Refêns do atraso a que o próprio sistema as confinava, mas do qual se beneficiavam, restava a essas elites apegar-se aparentemente às formas modernas de vida. É dessa maneira que nossa formação enviesada insiste em repor e manter constantemente o atraso, posto que sob a feição do moderno: “[...] a ligação do país à ordem revolucionada do capital e das liberdades civis não só não mudava os modos *atrasados* de produzir, como os confirmava e promovia na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos *modernos*, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado”.¹⁸¹

Uma das conclusões a que Roberto Schwarz chega é a constatação das promessas não cumpridas do capitalismo. Em oposição às práticas irracionais e abjetas do período colonial, apresentavam-se essas idéias quase em forma de redenção. Prometiam, através da Razão, a realização do progresso e a transformação plena da sociedade. Acontece que, a dar crédito a certa tradição¹⁸², é próprio do capitalismo a não realização de todas as suas promessas. E a formação brasileira é o modelo por excelência para o desmascaramento da ideologia liberal-capitalista e para a denúncia da impotência da posição esclarecida frente às nossas práticas sociais.

Daqui desponta a preocupação de Schwarz em associar às suas análises do passado os problemas do presente. O expediente de aumentar o alcance das investigações, através da consideração de todo o sistema capitalista e não somente de uma de suas partes

¹⁸⁰ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 41.

¹⁸¹ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 37.

¹⁸² Ver ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*.

integrantes, era utilizado concomitantemente por uma parte dos sociólogos e economistas brasileiros, mas sobretudo por aqueles que estavam estudando questões relativas ao desenvolvimento econômico. O problema que naquele instante se apresentava da maior relevância era a possibilidade ou não do desenvolvimento brasileiro. A resposta de Schwarz a essa questão parece clara, pois dentro da atual conjuntura do sistema capitalista, qualquer desenvolvimento não será mais que reposição do atraso, mesmo que aparentemente este atraso venha revestido com caracteres modernos.

A fatura intelectual brasileira, obtida através do deslocamento do eixo histórico, de nacional passando para internacional, só pode ser compreendida quando consideramos o enorme salto na direção de um maior entendimento de nossa realidade e a bagagem crítica acumulada em tal processo. Pois foi por meio das descobertas sociológicas dos anos 60 e 70 que tornou-se mais claro à intelectualidade nacional a inadequação da transposição de categorias ou teorias dos países centrais para os periféricos, sem as devidas considerações prévias. Através desses autores podemos perceber que mesmo categorias marxistas, quando aplicadas às realidades dos países da periferia do sistema, são insuficientes para dar conta das especificidades ali apresentadas. Foi nesse sentido que Fernando H. Cardoso pôde mostrar a conveniente combinação entre capitalismo e escravidão. Ou, quando Fernando Novais deslocou o eixo da acumulação de capital da produção para a circulação. Assim também procedera Roberto Schwarz quando mostrou que no Brasil o liberalismo não liquidava as práticas coloniais, mas com elas convivia. Isto não significa a impropriedade das categorias européias para a análise da realidade brasileira, mas sugere que nossa especificidade requer uma certa capacidade de trabalhar com essas categorias de modo a não desprezar as peculiaridades de nossa formação. Ao tratar das descobertas sociológicas brasileiras, Roberto Schwarz assim se refere àquilo que considera como um elemento de maturidade intelectual, que é a capacidade de pensar o funcionamento do sistema capitalista através do Brasil: “a implicação mais inovadora, contudo, refere-se à *aplicação* de categorias sociais européias (sem exclusão das marxistas) ao Brasil e às demais colônias, um procedimento que leva ao equívoco, ao mesmo tempo que é inevitável e indispensável. Fique de lado a crítica ao uso chapado de receitas, sempre justa, mas tão válida no Velho Mundo quanto entre nós. A dificuldade de que tratamos aqui é mais específica: nos países

saídos da colonização, o conjunto de categorias históricas plasmadas pela experiência intra-européia passa a funcionar num espaço com travejamento sociológico diferente, *diverso mas não alheio*, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso mas são a referência obrigatória, ou, ainda tendem a um certo formalismo. Um espaço *diverso*, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço de mesma *ordem*, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta”¹⁸³.

Com essa citação, podemos acrescentar mais um elemento aos procedimentos metodológicos de Schwarz, que vimos procurando reconstruir. Assim, o estudo do passado com vistas aos problemas do presente se processa através de uma reelaboração das categorias “européias” quando utilizadas às condições das ex-colônias, ao mesmo tempo em que as especificidades desses países são interpretadas no conjunto do sistema capitalista mundial.

Há um outro ponto a ser destacado, que, devido ao recorte temático efetuado neste trabalho, ficou um pouco escondido. Como se pode perceber, não nos detivemos em autores estrangeiros cujos trabalhos tenham influenciado Schwarz. Isto se deveu ao assunto por nós escolhido, o qual permitia tal ausência sem grandes prejuízos à elucidação dos aspectos mais relevantes da tradição sociológica brasileira a que vimos nos referindo. Entretanto, é necessário fazermos uma concessão a esse respeito.

Acreditamos não ser despropositado afirmar que *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo* foram compostos sob a influência da *Dialética do esclarecimento*, de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, além, obviamente, de outros textos dos pensadores da Escola de Frankfurt. Esta afirmação pode ser confirmada diretamente pelas citações e notas presentes nas obras de Schwarz, tanto quanto pela direção imprimida aos próprios textos.

¹⁸³ SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*, p. 95.

c) Influência frankfurtiana:

Ora, sabemos que para Adorno e Horkheimer, em linhas gerais, o sistema capitalista impede que suas próprias promessas se cumpram. Assim, do mesmo modo que ele promete a emancipação do ser humano, sua lógica interna inviabiliza qualquer avanço nesse sentido, até porque há boas indicações que disso resulte a sua própria existência: “o aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população”¹⁸⁴. Mas, mesmo não realizando aquilo que promete, o capitalismo nos forneceu elementos valiosos de comparação, ou seja, ele, ao prometer a emancipação humana, nos possibilita visualizar não apenas aquilo que somos ou as condições do mundo no qual vivemos, porém, nos lança aos olhos aquilo que já poderíamos ser e ainda não somos: “o que Marx e Engels – que queriam uma organização da sociedade digna do ser humano – denunciavam publicamente ainda como utopia e que apenas sabotaria uma tal organização, isso tornou-se uma possibilidade palpável. A própria crítica à utopia mergulhou hoje no arsenal ideológico, enquanto, ao mesmo tempo, o triunfo da produtividade técnica serve para encenar que a utopia, irreconciliável com as relações de produção, já estaria realizada e concretizada no âmbito dessas relações”¹⁸⁵. Portanto, uma percepção adequada das promessas capitalistas não cumpridas é extremamente importante, pois ela, se devidamente compreendida, nos lembra a todo instante o quão distante nos encontramos daquilo que já poderíamos ser.

Quando lemos as análises de Schwarz através desse princípio, salta à vista a proximidade que seus textos guardam com as perspectivas apontadas por Adorno e Horkheimer sobre o andamento da sociedade capitalista. Desse modo, não parece ser de todo impróprio sugerir que nosso crítico estabelece como parâmetro, para a análise da sociedade brasileira, as promessas emancipatórias que o capitalismo, juntamente com o liberalismo, nos fizeram. Este é o motivo pelo qual não importam para a argumentação de

¹⁸⁴ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*, p. 14.

¹⁸⁵ ADORNO, Theodor W. “Capitalismo tardio ou sociedade industrial”. In *Theodor W. Adorno*, p. 69.

Schwarz as promessas capitalistas não cumpridas sequer no continente europeu; a título argumentativo não importa que mesmo lá o liberalismo não tenha conseguido realizar a emancipação humana; aquilo que efetivamente importa são suas promessas até o momento não-realizadas. Se atentarmos bem para os escritos de Schwarz perceberemos que todas as promessas feitas pelo liberalismo são consideradas em sua forma ideal, ou seja, nada parece interferir ou sugerir que elas não possam, na prática, ser concretamente, tal qual ali estão descritas¹⁸⁶.

Tentemos explicar um pouco melhor esse ponto. A *Dialética do esclarecimento* trabalha com a tese de que “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia”¹⁸⁷. Essa inversão da posição do esclarecimento se daria justamente pelo seu caráter totalitário, que na ânsia de eliminar os mitos, substituir a imaginação pelo saber científico e libertar o homem da dominação da natureza, acabou por submetê-lo a uma outra espécie de natureza. Essa segunda natureza, a que se referem Adorno e Horkheimer, é a razão calculadora ou razão instrumental, que tudo submete aos seus cegos desígnios, inclusive o próprio pensamento. Isso teria ocorrido pelo fato de que o esclarecimento se nega atualmente a pensar-se a si próprio, ou seja, ele como que se autonomizou, criou suas regras próprias, sua lógica própria e sua metodologia. Aquilo que se acreditava estar a serviço da emancipação do ser humano, contribuindo para aliviar a dominação imposta pela natureza, passou a compor um quadro de referências à disposição da economia burguesa, que teria aprendido com a própria natureza a forma de dominar, tanto aos homens quanto a esta última. Assim sendo, não importa mais ao esclarecimento o conceito e a imagem nem o pensar a si próprio, mas a técnica, o procedimento, o método, enfim, todo o arsenal teórico necessário a uma perpetuação cega de uma racionalidade instrumentalizada e que a qualquer momento possa ser mobilizado com vistas à dominação

¹⁸⁶ Por esse motivo não faz sentido as críticas dirigidas contra Schwarz a respeito da não realização total do liberalismo, seja na Europa ou nos Estados Unidos. Note-se bem. nosso autor não necessita de realizações plenas e perfeitas; sua argumentação requer apenas as promessas e a constatação de que elas já poderiam ser mais que promessas. Aliás, a própria crítica de Marx à sociedade burguesa se baseava justamente no conceito que a sociedade burguesa formulava de si mesma, e que, entretanto, mantinha muito pouca correspondência com a realidade.

¹⁸⁷ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*, p. 15.

e espoliação dos homens. Portanto, nessa perspectiva, tudo que fuja a “dados exatos e seguros e de validade indiscutível” merece o epíteto calunioso de metafísica.

Esse movimento de autonomização do esclarecimento permitiu que a técnica e a ciência se desenvolvessem a limites anteriormente inimagináveis; permitiu ainda o desenvolvimento da produção material que poderia garantir uma relativa autonomia frente aos imperativos da natureza. Entretanto, todo esse progresso técnico e avanço econômico veio acompanhando da mais cruel regressão social, uma vez que lançou os seres humanos sob o domínio da técnica, que desconhece e, portanto, não respeita as características do indivíduo: “os homens receberam o seu eu como algo pertencente a cada um, diferente de todos os outros, para que ele possa com tanto maior segurança se tornar igual. Mas, como isso nunca se realizou inteiramente, o esclarecimento sempre simpatizou, mesmo durante o período do liberalismo, com a coerção social. A unidade da coletividade manipulada consiste na negação de cada indivíduo; seria digna de escárnio a sociedade que conseguisse transformar os homens em indivíduos”¹⁸⁸. Nesse sentido, o que temos é a permanência da dominação da natureza, só que desta vez representada pela coerção social.

Por isso os autores podem se referir ao esclarecimento como um mito, pois o modelo de pensamento que ele disseminou acabou por englobar todas as esferas da sociabilidade e da vida humana. O modo de proceder inaugurado pelo esclarecimento, que acoplado à sociedade burguesa, administra todas as instâncias da existência humana, quase não deixa espaço inclusive para outras formas de pensamento. Essa é a natureza a que se referem os autores, sob a qual os homens estão atrelados e a ela respondem como autômatos, que, agindo por repetições, replicam aos estímulos que recebem do meio de um modo já previamente determinado.

Saliente-se a abrangência dessas teses, cuja ambição é dar conta de todo o processo de dominação a que está submetida a humanidade. Não se trata de criticar essa ou aquela sociedade; essa ou aquela forma de desenvolvimento; esse ou aquele sistema político ou econômico. O que Adorno e Horkheimer pretenderam mostrar foi como o progresso

¹⁸⁸ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*, p. 27.

técnico, que atingiu toda a humanidade¹⁸⁹, acabou por universalizar uma forma de pensamento totalizador, que, combinados, passaram a gerir todas as instâncias sociais e a pré-determinar quaisquer ações, de modo a sempre repor a forma de dominação e a intensificar o processo de reificação que lhe é inerente.

Portanto, essa natureza, responsável pela reificação a que estão submetidos os homens, deve ser entendida como uma totalidade, ou seja, a ela estão subsumidas todas as esferas sociais ou enclaves não-capitalistas que porventura existam mesmo nas sociedades capitalistas mais avançadas: “constitui questão aberta se, nas presentes condições de produção, ela [a totalidade] não precise necessariamente de tais enclaves, como o da família, para a sua própria perpetuação. Cada uma das suas irracionalidades em particular complementa, de certo modo, a irracionalidade da estrutura como um todo. A totalidade social não leva uma vida própria além daquilo que ela engloba e que a compõe. Ela se produz e se reproduz através de seus momentos individuais. Muitos deles conservam uma relativa autonomia, que as sociedades primitivo-totais não conhecem ou não toleram. Mas quanto menos se pode separar esse todo da vida, da cooperação e do antagonismo de seus elementos, tanto menos pode um elemento qualquer ser compreendido apenas no seu funcionamento, sem a visão do todo, cuja essência está justamente no movimento do singular. O sistema e a singularidade são recíprocos e somente reconhecíveis em sua reciprocidade. Mesmo os enclaves formados pelos quadros sociais defasados temporalmente e invocados por uma sociologia desejosa de se libertar do conceito de sociedade tornam-se o que são não por si mesmos, mas somente pela sua relação com a totalidade dominante, da qual divergem”¹⁹⁰.

Ora, esse é o parâmetro para se entender o Brasil, que está implícito nas análises de Roberto Schwarz. Trocando em miúdos: ao reconhecer que o Brasil participa do processo mundial de desenvolvimento capitalista, Schwarz procura entender de que modo a parte, o Brasil, se relaciona com o todo, o andamento internacional do capitalismo. Importa,

¹⁸⁹ Não se trata de dizer que todos os seres humanos foram beneficiados diretamente pelos avanços na técnica; o que pretendemos dizer nessa passagem foi que o progresso técnico de uma ou outra forma interfere, mesmo que não diretamente, nos destinos de toda humanidade.

¹⁹⁰ ADORNO, Theodor W. “Sobre a lógica das ciências sociais”. In *Theodor W. Adorno*, p. 48

contudo, também considerar que ao assumir tal posição, nosso autor fica obrigado a acatar uma série de considerações com respeito à natureza da sociedade brasileira. Isso significa que, estabelecendo como parâmetro as promessas capitalistas, ele fica obrigado a considerar que todas e quaisquer manifestações sociais brasileiras são organizadas e produzidas com base naquele sistema, isto é, são comandadas e direcionadas segundo os interesses que comandam a lógica de desenvolvimento do capitalismo. Note-se bem, as chamadas práticas coloniais remanescentes na sociedade brasileira do século XIX (talvez existentes até hoje) devem fazer parte exclusivamente do modo de organização capitalista, pois somente aí, assumidos aqueles princípios, quaisquer manifestações sociais ou mesmo culturais que não tenham se desprendido totalmente dos modos de vida historicamente ultrapassados e por isso não reflitam o padrão burguês de civilização, podem ser interpretadas como consequência da posição periférica que o Brasil ocupa no sistema capitalista internacional. Ou seja, tomadas como padrão de comparação as promessas capitalistas, logicamente só faz sentido a elas opor formas de vida capitalistas ainda não plenamente realizadas. Não há como opor-lhes formas de vida não-capitalistas, ou melhor, formas de vida não-capitalistas que, em última instância, não fossem determinadas igualmente pelo capitalismo. Isto é, considerando-se que o processo de reificação social impõe-se como uma espécie de natureza, que tudo subsume, não haveria como considerar formas de vida não-capitalistas sem relacioná-las ao movimento que comanda a totalidade dominante.

Para exemplificar o que estamos dizendo, pedimos licença para citar uma frase já citada acima: “as taras da sociedade brasileira, objetivadas em sua estrutura sociológica ou de classes, não devem ser concebidas como *resquícios* do passado colonial, nem como *desvios* do padrão moderno (coisa que entretanto elas também são), mas como partes integrantes da atualidade em movimento, como *resultados* funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea, a qual excede os limites do país”¹⁹¹. Como se pode depreender, Schwarz não concede e não pode conceder qualquer possibilidade de que situações ou práticas remanescentes da época colonial sejam interpretadas como “resquícios”; assumida

¹⁹¹ SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*. 95.

sua posição, essas práticas não fazem sentido numa outra situação que não seja a capitalista. Ele, Schwarz, também não pode conceder que elas tenham assumido qualquer forma de “desvios” do padrão moderno (capitalista). Entretanto, como seu pensamento é dialético, ele não demora em reconhecer que as tais taras da sociedade brasileira, além de se constituírem como aspectos capitalistas de um país que não participa do centro do sistema, são outrossim resquícios coloniais e desvios do padrão moderno, mas assim devem ser consideradas somente a título de compreensão da natureza atrasada do processo de racionalização a que os países que outrora foram colônias estão submetidos.

Como se percebe, não há espaço, na estrutura de sua argumentação, para considerar que as práticas e as formas de vida coloniais, sobreviventes àquele sistema, possam ser entendidas ou interpretadas à margem do capitalismo. Há em sua argumentação um dispositivo tendencial, sem o qual ela não funciona. Ou seja, quaisquer formas de vida ou práticas sociais devem ser pensadas por comparação com as promessas capitalistas não cumpridas (justamente porque ele está criticando o sistema), necessidade esta que imprime uma idéia de tendência, em que a emancipação do ser humano só pode ser obtida mediante a destruição daquelas formas de vida atrasadas e da conseqüente dominação que as acompanha. Este procedimento requer que se estabeleça ou se postule um processo no qual se perceba uma espécie de gradação entre os diversos estágios da sociedade na direção de sua emancipação – foi a isto que demos o nome de tendência.

Se estivermos corretos em nossa análise, Schwarz não pode aceitar, por exemplo, que o mundo das *Memórias de um sargento de milícias* – mundo da ordem e da desordem, segundo Antonio Candido – contenha aqueles elementos positivos indicados pelo próprio Candido, pois aquelas formas de vida, quando comparadas com as formas de vida prometidas pelo capitalismo, a uma sociedade emancipada, mostrar-se-iam atrasadas, próprias de um mundo em que há dominação, uma vez que tiveram sua origem mediante a barbárie escravista e o mando desabusado da classe dominante, que, entretanto, não figuram na obra analisada.

Ou seja, o limite metodológico de Schwarz, se assim podemos nos referir, está na impossibilidade de considerar toda e qualquer forma de vida sem utilizar os parâmetros fornecidos pelas promessas capitalistas. Ele igualmente tem de negar a uma manifestação

social qualquer a sua especificidade não capitalista; também não pode conceder que existam práticas sociais, de uma ordem histórica anterior, ainda em efetividade, sem que a elas estejam atreladas a sua condição de integrante funcional do sistema na periferia (ou mesmo nos países centrais); por fim, Schwarz não pode considerar nenhuma prática remanescente da época colonial em si mesma, ou melhor, nas condições que a engendraram, mas em todas as ocasiões elas têm de vir balizadas pela noção daquilo que elas deveriam ser ou ao menos tender.

CAPÍTULO IV.

TOTALIDADE CAPITALISTA E ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

a) Atraso e modernidade:

Este quarto capítulo possui como um de seus objetivos apresentar o modo pelo qual Roberto Schwarz interpreta aquilo que anteriormente denominamos de “mundo da desordem”, ou, na própria acepção do autor, “mundo sem culpa” presente no texto “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido e o “homem cordial”, definido por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Pretendemos ainda que este capítulo seja entendido como uma espécie de resposta às questões que foram sendo levantadas ao longo dos três capítulos anteriores.

E, conforme já dissemos acima, Schwarz não apenas faz uma crítica a essas passagens, como se fosse o caso de refutá-las. Não é disso que se trata. É inegável sua dívida para com a obra de Candido e Buarque, como ele próprio já reconheceria. Portanto, no presente momento de nosso trabalho, o que nos interessa é situar a obra de Schwarz na perspectiva da tradição intelectual a que nos referimos, de modo a apreender os elementos que ela englobou e aqueles que recusou e, conseqüentemente, os motivos teóricos e metodológicos que atuaram na seleção de seus pressupostos. Como se vê, não se trata, pois, de opor a obra de Candido e de Buarque à de Schwarz, mas de averiguar como este último se utilizara dos elementos interpretativos fornecidos por seus mestres para a montagem de uma interpretação social que viria a colocar em questão alguns daqueles mesmos elementos.

Deste modo, talvez seja metodologicamente mais proveitoso e coerente para a realização de nossa tarefa tentarmos apresentar a crítica de Schwarz como mais um aspecto da sua interpretação sociológica, ou seja, como um elemento argumentativo funcionando internamente a um esquema interpretativo. Evitaríamos desta maneira destacá-la do conjunto de sua obra e colocá-la em confronto com as demais obras mencionadas,

procedimento este que seria avesso inclusive ao pensamento dos três autores aqui estudados, e muito complicado, na medida em que pode sugerir a possibilidade de desvinculação – sem maiores prejuízos teóricos – de um ou até mesmo de vários aspectos componentes de uma interpretação, como se a compreensão desses aspectos não dependesse diretamente da apreensão das conexões existentes entre eles e do modo como se relacionam com o todo, ao qual estão associados.

Nessa direção, comecemos então por retomar a argumentação de Roberto Schwarz afim de fazer despontar suas divergências em relação a Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda.

Disséramos, ao final do capítulo precedente, que a interpretação schwarziana do século XIX brasileiro, mais especificamente, a interpretação da correspondência existente no Brasil entre atraso e desenvolvimento capitalista, entre formas de vida de origem colonial e idéias burguesas, entre trabalho à base de mão-de-obra escrava ou semi-servil e trabalho livre, opera com um expediente teórico tomado aos autores frankfurtianos. Este expediente consiste basicamente em tomar as promessas de emancipação humana, feitas pelo capitalismo e liberalismo e contrastá-las com o estágio real em que se encontra a sociedade. Ora, considerando-se que essas promessas, assim como a situação da sociedade são elementos passíveis de comparação, uma vez que ambos surgiram e têm lastro nas condições materiais concretas, torna-se possível perguntar pela distância que eles guardam entre si e, a partir da apreensão dos motivos que repõem constantemente essa distância, estabelecer os mecanismos estruturais do próprio sistema que impedem que ela seja eliminada.

Essa posição encerra dois movimentos, se assim nos for possível dizer, ou seja, um que permite criticar o atraso em relação ao moderno e outro que procura criticar o próprio metro utilizado para aferir essa distância. Não basta, portanto, nessa perspectiva, criticar o atraso como uma espécie de déficit, coisa que também ele é, e que deva por isso ser ultrapassado o mais rápido possível; é igualmente necessário considerar que o seu oposto, o moderno, o adiantado ou o desenvolvido, não corresponde àquilo que é pregado ideológica e incansavelmente pelo capitalismo e pelo liberalismo. Nas palavras do próprio Schwarz, para uma interpretação da sociedade brasileira que considere a atualidade do mundo

contemporâneo – e que busque fugir dos truísmos e equívocos que se tornaram a apresentação da dicotomia entre atraso e modernidade e a correspondente necessidade nacional de se eliminar a distância que separa os “dois brasis”, assim como a distância que aparta o Brasil das demais nações modernas –, trata-se de consubstanciar uma posição “duas vezes negativa”, que leve em consideração que o progresso, o liberalismo e o estágio econômico-social europeu, que sempre eram utilizados indiscriminadamente como parâmetro para o estabelecimento do atraso brasileiro, deveria passar doravante a ser também um objeto da crítica, já que sua aparência não correspondia à realidade.

Esta passagem é muito importante, o que nos leva a solicitar mais uma vez a atenção do leitor. A crítica ao modo de estruturação da sociedade liberal burguesa, racionalizada, dita progressista e adiantada ou desenvolvida, passou a ser efetivada em dois níveis distintos. Um deles foi a crítica direta à ideologia liberal e ao modo de produção capitalista, surgida no século XIX, e que encontrou nas obras de Marx certamente a sua elaboração melhor realizada. Essa crítica mostrou de que modo por trás da ilusão das condições de igualdade jurídica e de troca no mercado reside a desigualdade real; que a imagem de liberdade a todo instante defendida pela sociedade burguesa e tida em consideração como uma de suas maiores realizações históricas é falsa à medida que não deixa ao trabalhador – maior parte da população – outra alternativa de sobrevivência que não seja a venda da sua própria liberdade e todo seu tempo ativo de vida para a obtenção de seu sustento. Essa crítica que se formara ao longo do século XIX foi de extração quase que totalmente européia, fato talvez explicado pelo desenvolvimento capitalista da região, que ao mesmo tempo que obtinha progressos significativos na área da técnica, revolucionando os meios de produção, lançava ao limbo a população diretamente envolvida nesse processo.

Note-se, entretanto, que no Brasil em meados do século XIX praticamente inexistia qualquer tentativa teórica de colocar em xeque as desigualdades sociais e econômicas provocadas pelo modo de produção em vigência. Repare o leitor na distância – apesar de toda proximidade – que nos encontrávamos, em termos sociais e de formas de pensamento, em relação aos povos considerados civilizados.

A inexistência de críticas sérias dos ilustrados brasileiros ao modo de vida burguês devia-se naquela época essencialmente a dois motivos: o primeiro decorre do fato de que

sequer ela se aplicava ao Brasil, já que enquanto na Europa se denunciava a ausência de liberdade que de fato vigorava por trás do trabalho livre, aqui o trabalho escravo era aquele que comandava a produção e encontrava uma de suas justificações exatamente na comparação com as condições de vida do operariado europeu. Em segundo lugar, nosso atraso era entendido como um déficit, ou seja, como etapas a serem superadas no quadro do progresso, às quais cabiam diretamente à nação e suas elites ilustradas estabelecer a melhor forma de serem transpostas.

Mas o que mais nos interessa aqui é a crítica à sociedade burguesa realizada a partir da perspectiva dos países atrasados. Abaixo veremos a proeza e maestria de Machado de Assis a esse respeito; por ora lembremos apenas do principal expediente teórico dessa crítica. Sua inovação consistiu em fazer ver que países atrasados e países modernos não devem ser entendidos simplesmente como representantes distintos de vários estágios de progresso. Ao contrário, eles têm de ser entendidos um em função do outro, ou seja, tem-se que perceber que o atraso é parte constitutiva do moderno e este, por sua vez, incentiva o atraso na medida em que integram um sistema econômico que os transcende a todos. Deste modo, ao partir da posição atribuída aos países atrasados dentro do andamento mundial do capitalismo, pode-se criticar eficazmente a ideologia embutida na estrutura da sociedade burguesa ao lançar-lhe à vista que até mesmo o contestável progresso dos países adiantados está intimamente relacionado ao atraso dos países da periferia do sistema e que, por outro lado, esse atraso é constantemente repostado pela própria dinâmica do sistema, cujo eixo de funcionamento encontra-se nos países adiantados.

No caso brasileiro, Machado de Assis teria sido aquele que divisara mais nitidamente essa dinâmica e, coisa de se surpreender, ainda no século XIX e num país da periferia da ordem internacional do capital. Entretanto, foi a partir dessa posição – ou talvez até por sua causa – que ele mais que mostrar os impasses aos quais o país estava submetido em virtude da postura gangorreante de suas elites frente a preservação das práticas coloniais em convivência com a introdução das normas e instituições burguesas, pôde ainda lançar uma crítica – e este é o fato impressionante – ao modelo civilizacional burguês. Segundo Schwarz, “[...] a lei da prosa machadiana seria algo como a miniaturização ou o diagrama do vaivém ideológico da classe dirigente brasileira, articulada com o mercado e o progresso

internacionais, bem como com a escravidão e o clientelismo locais. Um vaivém que resume o vexame pátrio, mas não se esgota nele, pois diz respeito também à história global de que o mesmo Brasil é parte efetiva, ainda que moralmente condenada: a ordem burguesa no seu todo não se pauta pela norma burguesa. [...] Enfim, a inferioridade pátria existe, mas o metro que a mede não é também inocente, embora hegemônico. Trata-se de uma posição antimítica e duas vezes negativa, isenta de ufanismo conservador bem como de abdicação do juízo diante de Europa e progresso, uma posição racional e sem absolutos, que em cem anos não envelheceu¹⁹²”.

Eis aqui, em resumo, a conceituação sociológica que Schwarz sistematizou através da decifração da prosa machadiana e que constitui a base de sua interpretação do Brasil. A crítica ao atraso nacional não poderia dar conta das peculiaridades brasileiras sem que estivesse acoplada a uma posição igualmente crítica a respeito do progresso, do liberalismo e da ideologia que os acompanha(va), já que aquele assinalado vexame pátrio estaria articulado com o andamento internacional do capital, que, ao invés de aniquilar os obstáculos, remanescentes do período colonial, se lhe fossem convenientes em matéria de lucro, acabava por incentivá-los. Mas é importantíssimo perceber, e aqui chamamos a atenção do leitor, que é o andamento internacional do capital que coordena, para Schwarz, a dinâmica interna da sociedade brasileira. Não há uma equivalência de forças, como seria de se esperar num caso em que aos estímulos recebidos de fora, correspondessem respostas internas, seja na mesma direção ou em direção oposta, mas com capacidade efetiva de opor-se àqueles estímulos. Este ponto necessita ficar bem esclarecido. Não se trata de duas entidades distintas relacionando-se entre si, com forças equivalentes. Na perspectiva que estamos descrevendo, o Brasil estaria inserido num sistema sócio-econômico de dimensão mundial e, por conseguinte, submetido aos seus estímulos expansivos e de retração, cuja direção, intensidade ou finalidade o país não dispõe de meios nem forças de determinar, e em último caso, nem sequer de condições de opor-se.

Portanto, como hoje facilmente se pode notar (ao contrário dos contemporâneos de Machado de Assis), a crítica não poderia deixar de se processar em dois níveis distintos,

¹⁹² SCHWARZ, Roberto. “Complexo, moderno, nacional e negativo”. In *Que horas são?*, p. 124-5.

embora interligados: uma crítica de âmbito mais geral, que recai sobre o funcionamento do sistema capitalista, denunciando a ideologia que o acompanha e uma segunda que se concentra mais na especificidade do caso brasileiro, sem, contudo, deixar de apontar a relação existente entre elas, embora reconhecendo que esta é comandada de fora, do centro dinâmico e mais desenvolvido desse sistema.

A crítica que chamamos de mais geral, a do andamento do sistema capitalista, no fundo é aquela que, na interpretação de Schwarz, coordena a crítica interna, que recai sobre a sociedade brasileira. Tal situação se deve ao fato de que – como vimos no terceiro capítulo – o sistema capitalista é um sistema totalitário, isto é, ele possui a capacidade de submeter aos seus interesses todas as formas de sociabilidade, inclusive aquelas que aparentemente lhe são mais estranhas. Portanto, a preservação de formas de vida, historicamente ultrapassadas, ou ainda, a reabilitação do trabalho escravo devem ser entendidas na perspectiva de que a versatilidade do capitalismo autoriza a existência destas aparentes excrescências, desde que elas possam ser mobilizadas em seu objetivo último, a extração do lucro. Assim, é impossível, para Schwarz, a compreensão profunda da relação existente entre formas de vida tão antagônicas – como seria o caso da realidade brasileira – sem a referência ao sistema que coordena essa convivência. Ou melhor, sem essa referência a explicação ficaria no âmbito da aparência, da ideologia.

Já dissemos que a crítica ao sistema capitalista Schwarz a tomou, dentre outros autores, aos frankfurtianos. E, para nossos objetivos, importa reter aqui o caráter totalitário desse sistema, que não deixa espaços para quaisquer formas de manifestações de vida que estejam livres de sua influência. Ou seja, reconhecer que o Brasil é parte integrante do sistema capitalista é assumir sua submissão às leis que regem este sistema. Donde, estar-se obrigado a tentar entender todos os aspectos internos brasileiros na sua relação prejudicada – uma vez que totalmente dirigida – com o capitalismo.

No tocante à crítica ao capitalismo, Roberto Schwarz soube aliar os fundamentos da análise de Adorno e Horkheimer às pesquisas que foram empreendidas no Brasil, especialmente aquelas que surgiram a partir da década de 1960, a respeito do comportamento assumido pelo capitalismo nas antigas colônias americanas, como era o nosso caso. Desta forma, pôde associar as descobertas de Fernando H. Cardoso e Fernando

Novais, que, em linhas gerais, tratavam de problemas que se referiam à especificidade do processo de formação brasileira, com o andamento internacional do capital, o que lhe permitiu apontar a ideologia presente no capitalismo, uma vez que mostrava a desfaçatez do sistema que não só reabilitara a escravidão, como a incentivara e a promovera, além, é claro, de determinar o modo como se processava essa convivência. As descobertas sociológicas da Escola Paulista de Sociologia permitiram então criticar o sistema capitalista naquilo que lhe parecia mais caro. Ficava demonstrado que a liberdade não era algo inerente ao capitalismo, sem o qual ele não conseguia se desenvolver, como podia ser facilmente comprovado pela esplêndida eficiência do sistema escravista brasileiro, que através do consumo de africanos ativou e promoveu o comércio mais lucrativo do mundo, além de contribuir para a acumulação primitiva de capitais nas metrópoles, por meio do comércio de produtos tropicais; do mesmo modo, ficava claro que em busca de sua finalidade última, a alta lucratividade, antigas formas de dominação e de relações de produção poderiam ser a qualquer momento reabilitadas; essas descobertas contrariaram ainda idéias até então indiscutíveis, como o primado da produção como o principal elemento para a compreensão das relações históricas: num ambiente comercial por excelência, a circulação era quem comandava, fato que invertia inclusive a forma de interpretação da implantação da escravidão no Novo Mundo¹⁹³.

Portanto, aos poucos o pensamento social brasileiro foi empilhando uma série de descobertas, que Roberto Schwarz começava a dar um ordenamento: promessas capitalistas não cumpridas; possibilidade de desenvolvimento econômico sem resolução dos problemas surgidos nas etapas anteriores; avanço capitalista apesar *et pour cause* da reabilitação de formas arcaicas de exploração da força de trabalho; primado da circulação sobre a produção, uma vez que o lucro comandava totalmente as relações de troca; enfim, o material teórico estava à disposição. Todavia, restava entender de que modo se processava a relação entre todas as práticas de avanço e desenvolvimento do sistema capitalista, em especial aquelas propugnadas pela ideologia liberal-burguesa, com as formas de vida

¹⁹³ Ver a respeito a primeira parte do terceiro capítulo de nosso trabalho.

pautadas pelas relações coloniais ainda presentes no Brasil durante o século XIX, ou seja, de que modo toda a estrutura social brasileira era mediada pela ordem daquele sistema.

Só que – não podemos nos esquecer – tudo isto estava se passando em virtude da necessidade da construção de um esquema interpretativo que permitisse a fundamentação histórica da análise literária da obra machadiana. Não retomaremos esse ponto que foi tratado no terceiro capítulo, basta apenas lembrar que Schwarz precisava identificar o movimento real da sociedade que guardasse afinidade com o movimento desenvolvido pela forma do narrador machadiano, cujo andamento era por assim dizer de uma ordem dual, e de um ritmo “estritamente binário, marcado por alternativas, paralelismos, antíteses, simetrias, disparidades”¹⁹⁴.

b) Sobre favor e volubilidade:

Para nós esse ponto apresenta uma dificuldade e acreditamos que ela mereça ao menos ser indicada, uma vez que os estudiosos que tratam da obra de Schwarz não a mencionam. Se não estivermos enganados, há uma nítida diferença entre o modo como Roberto Schwarz extrai o andamento binário da sociedade brasileira em “As idéias fora do lugar” do modo como ele também o extrai em “A matriz prática”.

Observemos essa passagem: “o fundamento da generalidade da solução formal do Machado de Assis está na situação do proprietário moderno, mas com dependentes”¹⁹⁵. Essa é a própria definição dada por Schwarz da estilização representada pela prosa machadiana, que ele debalde procurara nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e de Fernando H. Cardoso. Vejamos agora como isso está expresso em seus textos.

¹⁹⁴ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 25. O andamento binário da composição machadiana é o assunto principal do primeiro capítulo desse livro, cujos exemplos são extremamente convincentes: sobre o modo como Schwarz o descobriu e o associou ao modo de proceder da classe dominante brasileira, ver SCHWARZ, Roberto. “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 29.

¹⁹⁵ SCHWARZ, Roberto. “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz”. in *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, p. 83.

No capítulo inicial de *Ao vencedor as batatas* Schwarz reconhece que embora a escravidão fosse a relação produtiva fundamental, ela não comandava o nexos efetivo da vida ideológica: este deveria ser buscado na relação estabelecida entre a classe dos dependentes e a classe dos proprietários: “o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade [dependentes], envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo”¹⁹⁶. Do que se depreende que a ambivalência da classe dominante brasileira, ou seja, sua forma de proceder – estilizada pela prosa machadiana – seria estabelecida pela relação mantida com a classe dos dependentes. Aliás, não é por outro motivo que Schwarz chama em seu auxílio o livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco, isto é, para mostrar a dependência a que o favor submete os homens livres pobres. Entretanto, Schwarz não esclarece de que modo a classe dos dependentes contribui para a determinação da vida ideológica, uma vez que sua argumentação em momento algum se refere a esta classe a não ser para dizer que ela está submetida aos desígnios dos grandes proprietários. Em última instância até podemos supor que o movimento social procurado não é extraído da relação senhor-dependentes, mas somente do modo de proceder da classe dominante. Porém, não adiantemos a exposição. Procuremos seguir os seus argumentos.

Numa entrevista posterior, de 1990, ocorrida por ocasião do lançamento de *Um mestre na periferia do capitalismo*, com a qual vimos trabalhando, Schwarz esclarece um pouco mais o seu ponto de vista: “o fazendeiro – que tem lá os moradores, os agregados da fazenda dele –, quando lhe convém se conduz segundo os seus vínculos morais, quer dizer, se conduz de maneira paternalista com os moradores, como protetor. Agora, quando ele precisa fazer negócio, quando o papel de protetor não convém a ele, ele vende a terra e eles se ferram”¹⁹⁷. Esta passagem é exemplar, pois está perfeitamente de acordo com aquilo que Schwarz estabelece como programa: a ambivalência da elite no modo de proceder em

¹⁹⁶ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 16.

¹⁹⁷ SCHWARZ, Roberto. “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, p. 83.

relação aos seus dependentes, ora portando-se de maneira paternalista, ora portando-se de modo racional e capitalista.

Mas daqui surge uma dúvida. Qual seria a diferença entre a relação senhor e escravo para a de senhor e dependente? Se Schwarz extrair – como de fato parece fazer já em “As idéias fora do lugar” – a ambivalência da elite brasileira da “coexistência estabilizada” entre as idéias e razões européias com o “arbitrio que é da natureza do favor”, essa ambivalência poderia ser igualmente pensada através da relação senhor x escravo¹⁹⁸. Salvo engano, através de “As idéias fora do lugar” não se consegue distinguir em que os dependentes podem atuar de modo mais claro que os escravos para determinar a ambivalência do modo de proceder da classe dos proprietários. Considerando-se que o favor seja o mediador entre dependentes e senhores, podemos perguntar: em que ele é mais importante que a escravidão para a determinação do nexos efetivo da vida ideológica brasileira, se essa determinação se refere à convivência entre idéias burguesas e práticas coloniais?¹⁹⁹ Não conseguimos perceber as diferenças teóricas que possam existir entre um senhor que ora se comporta de modo burguês e ora de modo paternalista, de um outro senhor que defende as idéias liberais embora seja dono de escravos.

Talvez uma resposta a essa questão possa ser encontrada no próprio capítulo “As idéias fora do lugar”: “o favor é a nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção”²⁰⁰. Seria talvez um deslize de nosso crítico literário, que tendo identificado o favor como

¹⁹⁸ Queremos deixar claro que, se no capítulo precedente tentamos explicitar – sem objeção alguma – os motivos que levaram Roberto Schwarz a utilizar-se da relação entre senhores e homens livres pobres para determinar a ambivalência das elites brasileiras, foi por, naquele momento, estarmos procurando ser o mais fiel possível à sua exposição, sem nos preocuparmos em expor nossas objeções.

¹⁹⁹ É difícil precisar até que ponto a “Dialética da malandragem” estaria influenciando o pensamento de Schwarz, uma vez que Candido utilizara a classe dos homens livres pobres para determinar o andamento social brasileiro fazia pouquíssimo tempo. De qualquer maneira não é um ponto que deva ser desprezado, pois ambos os textos guardam uma proximidade enorme em vários aspectos.

²⁰⁰ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 16.

elemento definidor da interpretação do Brasil em alguns escritores, trabalhasse a partir dele para construir o seu próprio esquema interpretativo? É uma hipótese, mas preferimos uma outra, mais plausível.

Não podemos nos esquecer que “As idéias fora do lugar” fora publicado pela primeira vez em 1972, na França, e que muita água ainda passaria pelo moinho da chamada Escola Paulista de Sociologia até que se estabelecesse o nexo entre capitalismo e escravidão tal como o conhecemos hoje. Quando Schwarz nos relata que, após haver identificado a volubilidade do narrador machadiano, estava à procura do seu correspondente histórico e não conseguira encontrá-lo em Sérgio Buarque nem em Fernando H. Cardoso, temos de nos lembrar, entretanto, que àquela altura Cardoso ainda estava pensando através do arcabouço teórico herdado de Florestan Fernandes²⁰¹, segundo o qual capitalismo e escravidão se inviabilizam reciprocamente. Ou seja, essa posição não explicava a convivência pacífica, e muito bem sucedida economicamente, experienciada pela sociedade brasileira durante alguns séculos, entre sistema de produção de base escravista e capitalismo mercantil visando lucro. Daqui talvez a reticência de Schwarz, em 1972, de tentar extrair a ambivalência ideológica da elite brasileira, capitalista e escravista, através da relação senhor x escravo, pois até então o pensamento social brasileiro não havia afinado o seu diapasão teórico o suficiente para compreender a correspondência que poderia haver entre capitalismo e formas arcaicas de modos de produção.

De todo modo, essa ambigüidade deixada por “As idéias fora do lugar” no que diz respeito ao nexo efetivo da vida ideológica ser extraído da relação entre senhor e dependentes ou somente do modo de proceder da classe dominante brasileira, isto é, na forma como ela se portava diante da aceitação das idéias liberais burguesas e da preservação das práticas coloniais remanescentes, parece não mais existir em “A matriz prática”. Nesse texto de *Um mestre na periferia do capitalismo* sequer a palavra ou o conceito favor aparece e numa única vez em que se pode ler a palavra dependente, ela possui uma importância estrutural muito menor que em “As idéias fora do lugar”. Aqui a

²⁰¹ Sobre esse ponto estamos nos apoiando em ARANTES, Paulo E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, p. 63-4.

ambivalência da elite brasileira é determinada de modo muito preciso e, diga-se de passagem, bem sucinto.

Atentemos para a precisão da definição, igualmente para a ausência da noção de favor e, por outro lado, a presença bem nítida da escravidão atuando em oposição às idéias burguesas: “estas [as elites brasileiras] se queriam parte do Ocidente progressista e culto, naquela altura já francamente burguês (a norma), sem prejuízo de serem, na prática, e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do mesmo Ocidente (a infração). Ora, haveria problema em figurar simultaneamente como escravista e indivíduo esclarecido?”²⁰²,”

Como se pode facilmente perceber, a noção de favor não é necessária para que Schwarz construa a ambivalência das classes dominantes brasileiras; para isto, como acabamos de ler, ele necessita “apenas” da parte burguesa progressista e culta do Ocidente e de sua congênere, a escravista, integrante desse mesmo Ocidente. Ora, em sua interpretação, a classe dominante brasileira jogava nos dois lados ao se portar conforme as conveniências e necessidades. Ou seja, não entendemos que o favor fosse elemento indispensável para a caracterização da ambivalência à qual Schwarz afirma que nossa elite tem como verdadeiro destino, tanto assim que ele sequer é mencionado no capítulo “A matriz prática”.

Nessa mesma perspectiva, um outro exemplo que podemos citar encontra-se no seu ensaio “Nacional por subtração”, onde Schwarz trata especificamente da angústia sentida pela classe dominante brasileira no plano da cultura, angústia essa que esporadicamente tenta-se eliminar através de subterfúgios nacionalistas, objeções filosóficas e o que for, desde que possa ser mobilizado no sentido de diminuir o mal-estar experimentado pelo reconhecimento de nossa condição de imitação cultural. Ao comentar esse mal-estar Schwarz se remete ao momento da Independência – crucial para o desenvolvimento de seu argumento – e a partir daí passa a apontar os famigerados desajustes, decorrentes do processo social: “no século XIX comentava-se o abismo entre a fachada liberal do Império, calcada no parlamentarismo inglês, e o regime de trabalho efetivo, que era escravo”, mais

²⁰² SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 41.

adiante acrescenta: “de um lado tráfico negreiro, latifúndio, escravidão e mandonismo, um complexo de relações com regra própria, firmado durante a Colônia e ao qual o universalismo da civilização burguesa não chegava; de outro, sendo posto em xeque pelo primeiro, mas pondo-o em xeque também, a Lei (igual para todos), a separação entre o público e o privado, as liberdades civis, o parlamento, o patriotismo romântico etc.”²⁰³.

Note-se que em ambas as passagens não há referências a não ser implicitamente à questão do favor. Mas o que importa, mesmo considerando que elas atuem na argumentação, é que não são mais determinantes, como se faz crer em “As idéias fora do lugar”. Tal fato mais uma vez nos mostra que seja no âmbito sócio-econômico seja no cultural, a determinação do modo de proceder das elites brasileiras, realizado por Schwarz, não necessita da mediação do favor. Ela pode ser obtida por meio da exposição da conciliação processada por essa classe entre os preceitos da civilização burguesa e os modos de vida oriundos da colônia.

c) Malandragem e capitalismo:

Dando prosseguimento ao plano traçado em nossa Introdução, trataremos de apresentar doravante o modo pelo qual Roberto Schwarz critica aquilo que denominamos mais acima de a terceira parte de “Dialética da malandragem”, ou seja, a parte deste ensaio em que Antonio Candido realiza como que uma extrapolação dos resultados sócio-históricos que foram obtidos por meio e conjuntamente com a análise literária do romance *Memórias de um sargento de milícias*. Disséramos páginas atrás que Candido, através do estudo do modo de vida dos homens livres pobres, pudera determinar uma espécie de ritmo geral da sociedade. Ritmo este que não correspondia apenas ao modo de proceder dessa camada da população, mas constituía-se como um procedimento que permeava o modo de ser de toda a sociedade brasileira. Disséramos ainda que o autor via nesse modo de proceder do brasileiro, que em linhas gerais se caracterizava por uma constante transgressão de normas e regras, gerando um balanceio constante entre a ordem postulada e

²⁰³ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In *Que horas são?*, respectivamente p. 29 e 43.

a desordem desejada, um aspecto positivo, que poderia beneficiar-nos futuramente (enquanto nação), num momento em que houvesse maior possibilidade de liberdade.

Ora, como todos sabemos o ensaio “Dialética da malandragem” foi publicado em 1970 e Roberto Schwarz já o utilizara em 1973 quando da primeira edição de “As idéias fora do lugar” em língua portuguesa²⁰⁴. Portanto, é legítimo considerar que o texto de Antonio Candido constituíra-se como uma das bases do estudo machadiano de Roberto Schwarz. Mas, como pudemos ver ao longo deste trabalho, “Dialética da malandragem” por um lado e “As idéias fora do lugar” e “Matriz prática”, por outro, convergem somente até certo ponto, a partir do que, em virtude de seus pressupostos teóricos, divergem claramente naquilo que diz respeito ao modo pelo qual deve se entender a integração da sociedade brasileira num contexto mundial.

Detenhamo-nos um pouco mais sobre essa questão. Em nossa análise, pensamos que a divergência fundamental entre a interpretação sociológica de Antonio Candido e a de Roberto Schwarz refere-se à seguinte pergunta: quais elementos devem pautar teoricamente uma interpretação sociológica que explicita o modo como se processou a inserção sócio-econômica do Brasil no sistema capitalista internacional e de que maneira as condições internas, ou seja, as especificidades da formação brasileira, atuam nesse processo?

Acreditamos já ter exposto ao longo deste trabalho as duas interpretações; resta, entretanto, acompanharmos como Schwarz procura objetar contra as afirmações de “Dialética da malandragem”, seja quando o faz de modo direto, como é o caso em seu ensaio “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” ou quando seus demais textos nos informam indiretamente sobre suas divergências.

Para dar início a essa exposição, tomemos como ponto de partida que, para Schwarz, a inserção brasileira no mundo capitalista exige que todas as nossas peculiaridades, aí compreendidas formas de vida, manifestações sócio-culturais, características pessoais etc., devam ser compreendidas mediante a sua conexão com o

²⁰⁴ A edição de “Dépendance nationale, déplacement d'idéologies, littérature”, de 1972, que mais tarde seria publicado no Brasil com o título de “As idéias fora do lugar”, não contém algumas referências que encontramos na edição brasileira de 1973, dentre elas se percebe a ausência de uma nota a respeito de “Dialética da malandragem”.

andamento do sistema capitalista. Noutras palavras, tomando uma bela metáfora de Schwarz, poderíamos dizer que essas formas de vida, traçadas em papel transparente, devem ser lidas sobre o mapa dos desdobramentos do capital mundial.

Assim sendo, o mundo da desordem ou o mundo sem culpa, identificado por Antonio Candido, deve ser compreendido numa perspectiva que abarque não somente as condições e especificidades da nação brasileira (por comparação com outras nações), mas que seja inserido num quadro em que o elemento estruturador seja o capital, uma vez que este seria aquele que comandaria já há um certo tempo o desenvolvimento histórico mundial: “diante da extraordinária unificação do mundo contemporâneo sob a égide do capital, aquela comunidade das nações [preconizada por Candido em “Dialética da malandragem”] é um conceito recuado da experiência histórica disponível, e é um tempo morto da dialética. Não será mais plausível, como proposta, buscar os termos de uma história comum – que hoje parece antes uma condenação – história de que sejam parte e reveladores tanto as *Memórias [de um sargento de milícias]* quanto a *Letra escarlata*, o Brasil como os Estados Unidos?”²⁰⁵

Esse é o aspecto principal da crítica de Roberto Schwarz a “Dialética da malandragem” e é através dele que se estrutura todas as demais observações pontuais, as quais não abordaremos aqui uma por uma. Para nosso propósito basta apresentar o cerne da objeção.

Nesse sentido, para Schwarz, em “Dialética da malandragem”, a dialética da ordem e da desordem, extraída do modo de vida dos homens livres e pobres, situados no interior da ordem escravista, “é um [argumento] entre outros, embora dominante, e estão mencionados igualmente [no referido ensaio] a precariedade da ordem matrimonial, cercada de mancebias e uniões fortuitas por todos os lados, e o modo meio lícito e meio ilícito pelo qual se formavam famílias, fortunas, prestígios e reputações no Brasil urbano da primeira metade do século XIX. É um conjunto de observações organizado pela sua *afinidade* com a alternância de ordem e desordem, e portanto com a forma das *Memórias*,

²⁰⁵ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 153.

mas não é uma totalidade”²⁰⁶. Ora, o que significa dizer que a dialética da ordem e da desordem não é uma totalidade?

Schwarz é muito preciso a esse respeito. Antonio Candido ao contrário da construção da forma e da pertinência social a que ela corresponde, teria preferido em relação à construção histórica uma elaboração mais solta, isto é, não teria realizado uma esquematização histórica bastante densa, a partir da qual fosse possível tomá-la como referência para a explicação dos diversos aspectos que compõe o meio social. Schwarz vai ainda mais longe e diz que a dimensão histórica a partir de certo momento entra em tensão com a dimensão folclórica apresentada pelo romance, o que acaba gerando um equilíbrio entre o ritmo histórico e o a-histórico, que, por sua vez, não é interpretado a partir do mundo moderno²⁰⁷.

Ou seja, o que teríamos aqui, segundo Schwarz, é uma equiparação entre história e sabedoria popular, o que acaba por tornar o movimento conceitual do ensaio muito próximo ao da forma do romance, acarretando assim uma dificuldade para lidar com o andamento histórico e a atualidade: “com a mesma imparcialidade de Manuel Antônio de Almeida, ele [Antonio Candido] prefere não escolher entre uma forma de consciência mais popular e a consciência propriamente histórica, o que protesta contra a opressão sofrida pela primeira, e afasta da verdade da segunda”²⁰⁸.

É importante prestarmos atenção a esses dois passos: por que o ensaio se afasta da verdade, na leitura de Schwarz, quando equipara história e sabedoria popular?; em quais elementos se baseia para afirmar que a atualidade depõe contra as perspectivas de “Dialética da malandragem”?

A crítica à equiparação entre história e sabedoria popular se vincula ao fato de que esse expediente não permitiria uma apreciação adequada do próprio ambiente que o ensaio

²⁰⁶ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 149-50.

²⁰⁷ Cf. SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 150-1.

²⁰⁸ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 151-2.

estuda, em decorrência das flutuações a que fica submetido o final do texto. Tentando ser um pouco mais preciso, podemos dizer que, para Schwarz, Antonio Candido não é bem sucedido na parte final de seu ensaio justamente por não explicitar o mecanismo que lhe possibilitou generalizar o modo de vida de uma classe para toda a sociedade; teria faltado ainda dar uma explicação dos motivos que lançam os homens livres pobres na condição descrita pelo romance. – Nas palavras do próprio Schwarz: “onde a dialética de ordem e desordem oscila entre ser contingência de uma classe oprimida ou característica nacional vantajosa, e sobretudo onde o próprio ‘mundo sem culpa’ é ora uma idealização feérica, ora uma realidade social [...]. Digamos que a leitura da ficção sobre fundo real e vice-versa encontra o seu limite, do lado real, na simpatia de Antonio Candido pelo universo que estuda”²⁰⁹.

Como se pode notar, ao responder a essas questões estamos justamente trocando em miúdos aquilo que mais acima disséramos ser o aspecto fundamental da crítica de Schwarz ao ensaio de Antonio Candido. Vejamos uma outra divergência. As perspectivas sociais positivas, guardadas pelo brasileiro em sua quase recusa em seguir leis e ordens, apontadas na última parte de “Dialética da malandragem”, mais precisamente no tópico denominado *mundo sem culpa*, são comparadas, por Candido, com a interiorização rígida da lei e da ordem – expressa por *A letra escarlate* – pela sociedade estadunidense. A essa comparação a crítica de Schwarz também se volta, embora ele reconheça que “do ponto de vista da interpretação literária, o que está em jogo é o horizonte a que se refere a forma”, em sua visão, o crítico deve interpretá-la [a forma], quando em comparação com outras literaturas e histórias nacionais, através de uma perspectiva que torne possível o reconhecimento de uma experiência histórica comum. E, como já vimos, para Schwarz, essa experiência comum, que percorre todo o mundo contemporâneo, só pode ser apreendida por meio da observação do desenvolvimento do capital. Seria, portanto, através desse movimento que se

²⁰⁹ SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In *Que horas são?*, p. 152.

apresentaria o chão histórico comum às duas nações em questão, Brasil e Estados Unidos²¹⁰.

Note-se o passo. Para os dois autores, sendo a literatura uma representação da sociedade que a produziu, ambas devem ser interpretadas à luz do movimento histórico que coordena o andamento social. Ora, como apontamos mais acima, a divergência de Candido e Schwarz parece referir-se justamente ao modo de se entender a maneira pela qual a sociedade brasileira se insere num contexto mais amplo, seja no quadro das nações soberanas seja no andamento internacional do capital, e da sua capacidade de defender suas características. Entretanto, para Schwarz, a própria definição das características brasileiras não pode ser apreendida sem que se leve em consideração todos os fatores externos e internos que atuaram na sua formação. O segundo passo, ainda para Schwarz, seria entender a natureza dessas características, uma vez que elas explicitam os componentes primordiais que agem na formação da sociabilidade, isto é, proporcionam a possibilidade de

²¹⁰ Ao final de seu ensaio “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” Schwarz lança um “último reparo” ao ensaio de Antonio Candido. Em primeiro lugar ele observa que a redação de “Dialética da malandragem” provavelmente ocorrera entre 1964 e o AI-5 e que por isso talvez ele se constituísse enquanto uma crítica à brutal modernização em curso no país. “Entretanto, emenda Schwarz, a repressão desencadeada a partir de 1969 – com seus interesses clandestinos em faixa própria, sem definição de responsabilidades, e sempre a bem daquela mesma modernização – não participava ela também da dialética de ordem e desordem? É talvez um argumento indicando que só no plano dos traços culturais malandragem e capitalismo se opõem...”, p. 154. É preciso reconhecer que esse “último reparo”, assumidos os pressupostos de Schwarz, é extremamente contundente. Entretanto, tentemos imaginar uma resposta a essa objeção a partir da argumentação de Antonio Candido. Ora, conforme o próprio Schwarz afiança, não há ordem dentro do sistema capitalista, nem racionalidade; a única regra que ele parece respeitar estritamente é a obtenção de lucro. Nesse sentido, pode-se afirmar que o capitalismo possui um procedimento reto e que mesmo que a sociedade burguesa não se pautasse pela norma burguesa e se utilizasse dos expedientes mais repressivos para atingir suas finalidades, ela se pauta pela busca do lucro. Parece-nos, pois, ser justamente a essa determinação que Antonio Candido diria que o homem do mundo da ordem e da desordem se opõe. O homem cordial do mundo sem culpa não colocaria em primeiro plano o lucro se para isso tivesse de abrir mão de toda sua espontaneidade. Pensamos que chamar a repressão pós 69 de ordem e desordem no mesmo sentido utilizado por Antonio Candido é desprezar o elemento coordenador dessa repressão, cuja finalidade era bem ordenada. Contudo, provavelmente Schwarz esteja certo ao afirmar que “Dialética da malandragem” foi uma resposta à brutal modernização do país: o homem cordial do mundo da ordem e da desordem teria horror a esse processo, uma vez que ele minaria os espaços para transgressão da ordem, deixando ainda menos terreno para um mundo que não estivesse afinado com o andamento capitalista.

desvendar de que modo uma característica social aparentemente simpática pode esconder formas de opressão as mais bárbaras e quais os interesses que se escondem por trás da preservação dessas características. O próximo passo seria, portanto, tentar entender a maneira pela qual as características simpáticas ou não da sociabilidade se comunicam com os interesses que comandam o processo de desenvolvimento capitalista internacional. Em último caso, não haveria vantagem alguma nas formas de sociabilidade que aparentemente guardassem resquícios de uma relação mais humana, menos racionalizada, se essa sociabilidade se apresentasse como uma estratégia de sobrevivência, encontrada para se proteger do descarte que o sistema capitalista lança uma parcela considerável da população.

Em suma, na perspectiva de Schwarz, Candido não poderia comparar as *Memórias de um sargento de milícias* com a *Letra escarlata*, o Brasil com os Estados Unidos, a pouca observância da ordem, encontrada no modo de vida dos homens livres pobres brasileiros, com a introjeção contundente verificada nos cidadãos estadunidenses sem determinar o elemento que torna possível esta comparação, pois ambas as situações são frutos de um mesmo processo que, entretanto, se especifica e atua de modo peculiar num e noutro lugar. Exposto esse pressuposto, Candido, ainda na visão de Roberto Schwarz, teria de explicar primeiramente porque o mesmo processo cria mundos tão diferentes e até certo ponto antagônicos, como seria o caso dos valores brasileiros e estadunidenses, se a finalidade última desse processo seria a implantação de uma civilização cujos valores fossem comuns a todos os seus membros.

d) Cordialidade e capitalismo:

Trataremos agora de entender o modo de pelo qual Roberto Schwarz dialoga com o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, procurando destacar os aspectos que lhe foram úteis, sendo incorporados principalmente na confecção de “As idéias fora do lugar” e os aspectos que tornaram-se objeto de sua crítica. Do mesmo modo que procedemos com relação à leitura que Schwarz fizera de “Dialética da malandragem”, faremos doravante com a sua interpretação do “homem cordial”. Primeiramente iniciaremos com uma breve exposição da argumentação de Sérgio Buarque e, a seguir, mostraremos os argumentos contrários que lhe são apresentados.

Raízes do Brasil inicia-se com uma constatação, a de que a implantação da cultura européia no Brasil não reproduzira uma sociedade semelhante àquela que nos originara. Este fato, segundo o livro, nos causa a sensação de desterro em nossa própria terra já que nossas formas de vida não correspondem às idéias e instituições que herdamos²¹¹. Tal desencontro ou desconcerto deriva substancialmente de termos sido colonizados por uma nação ibérica, ela mesma um tanto distante dos valores civilizacionais burgueses e modernos. Nesse sentido, segundo Sérgio Buarque, antes de nos perguntarmos sobre o bom ou mau êxito da sociedade brasileira naquilo que se refere a adesão aos modos de vida da chamada civilização ocidental, deveríamos nos preocupar em descobrir se estamos aptos e dispostos a representar esse tipo de civilização e em que medida.

Já sabemos a resposta a essa questão, mas retomemos alguns argumentos pontuais. Em *Raízes do Brasil* o desconcerto aludido no primeiro capítulo é explicado através da inadequação dos modos de vida do povo brasileiro em relação às idéias, preceitos e instituições estrangeiras, de base liberal burguesa. Essa inadequação, para o autor, é fruto da ignorância dos governantes em não perceber a dissonância existente entre as formas de vida européias e aquelas de herança colonial, ainda vigentes no país. Contudo, a resposta não poderá – e pensamos que esta expressão exprime muito bem a dimensão do pensamento de Sérgio Buarque – vir em forma de uma imposição, isto é, dadas as formas de vida da sociedade brasileira uma imposição de instituições estranhas a essas formas de vida não conseguirá ser bem sucedida. A alternativa seria, portanto, buscar uma adaptação das instituições que tentasse corresponder ao andamento social do Brasil²¹². Noutras palavras, o que Sérgio Buarque propõe é a necessidade de se preservar aquilo que de melhor existe na sociabilidade brasileira com aquilo que for possível angariar de melhor nas instituições estrangeiras, sem, contudo, descaracterizar uma e outra.

Toda essa preocupação apresentada pelo autor de *Raízes do Brasil* encontra vários motivos, mas um sempre nos chamou a atenção: a conceituação do “homem cordial”. Esse tipo representaria o brasileiro, herdeiro das tradições pré-capitalistas ibéricas, e que se

²¹¹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 3.

²¹² Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, especialmente caps. 6 e 7.

forjou numa sociabilidade ímpar, uma vez que foi o produto da tentativa de transferência de uma civilização, que não encontrara no além-mar o mesmo ambiente que a gerara; contribuiu também nessa formação a presença de mais duas culturas, em nada semelhantes à primeira, numa mistura ainda tingida pela escravidão.

Entretanto, há mais um pormenor. Não podemos nos esquecer que naquele momento de que trata o autor, a civilização burguesa imprimia mudanças profundas nas sociedades, especialmente na Europa, a começar pela transferência de grandes massas de trabalhadores do campo para as cidades, num processo contínuo de formação do núcleo urbano. Ora, nada mais distante desse homem citadino que o surgido no ambiente brasileiro, pois este fora enformado no meio rural; na proximidade afetiva e familiar das roças e fazendas; no círculo restrito de relações que exigiam um contato pessoal estranho ao mundo das relações abstratas da cidade; para o brasileiro do século XIX a noção política de governo guardava pouca distância do poder econômico, social e de carisma exercido pelo fazendeiro ou compadre mais próximo. O brasileiro ou o homem cordial, portanto, não saberiam e talvez não pudessem compreender as abstrações requeridas pelo mundo burguês. No entanto, para Sérgio Buarque, esse é um ponto extremamente positivo, pois resultaria para o brasileiro numa não necessidade de se organizar defensivamente perante a sociedade, tal qual sói acontecer com a polidez burguesa. Aquilo que se verifica como uma epiderme nas civilizações mais velhas, numa fórmula que mistura atitude polida e mímica deliberada de boas maneiras, no brasileiro seria intrínseco às suas formas mais cotidianas de convívio²¹³.

Mas aqui chamamos a atenção do leitor. Note-se o passo, não muito explícito, de Sérgio Buarque: o referido desconcerto seria passível de ser revertido ou amenizado a partir do momento em que se processasse a devida adequação entre as formas de vida dos brasileiros com as instituições burguesas. Em outras palavras, essa proposta significava a afirmação da possibilidade de inserção da sociedade brasileira no conjunto dos países capitalistas e conseqüentemente de todo o sistema, sem, entretanto, uma completa aceitação das suas normas e instituições. Contribuiríamos, por assim dizer, com nossas

²¹³ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 107.

peculiaridades, na medida em que oferecêssemos às formas de vida capitalistas, um convívio menos abstrato e mais afetivo, mais humano. Nosso processo de modernização dependia, portanto, em primeira instância, de nossa capacidade adaptativa, que consistia na destruição das formas coloniais de dominação e na conjugação daquilo que de melhor havia no andamento da nossa sociedade com as instituições burguesas, que, desta forma, garantiriam nossa inserção no quadro das nações mais desenvolvidas.

Ora, como o leitor já deve ter percebido, este passo de *Raízes do Brasil* será o principal ponto de divergência com a obra de Roberto Schwarz.

Mas detenhamo-nos um pouco nos pontos em comum das obras dos dois autores. Quando lemos *Raízes do Brasil* e *Ao vencedor as batatas* salta aos olhos a proximidade existente entre os dois textos, ou melhor, a semelhança que há – já nas primeiras linhas – entre uma obra e outra²¹⁴. Ambas iniciam descrevendo a sensação de desconcerto que o Brasil proporciona (a uma pessoa ilustrada, obviamente). A seguir elas apresentam cada qual à sua maneira uma explicação para esse fenômeno. Aqui começam as divergências, e certamente muitas delas incidem diretamente sobre as conclusões de cada um. Basta lembrar que para Sérgio Buarque o Brasil já importava uma contradição existente na Metrópole – a coexistência de formas de vida do “antigo regime” com regras e instituições burguesas –, ao servir de palco à colonização portuguesa. Para Schwarz, entretanto, essa contradição só se explicita – o que não significa que ela não existia – a partir da Independência brasileira. Contudo, não é aqui que reside nosso problema.

A divergência fundamental entre as obras estudadas está na explicação do desconcerto brasileiro. Para Sérgio Buarque esse fenômeno podia ser resolvido internamente, ou seja, para ele a nação brasileira dispunha de mecanismos para eliminar a distância que corria entre a realidade das formas de vida brasileiras e as propugnadas pelo

²¹⁴ Ver a respeito HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 3 e SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, p. 13. Atente o leitor, porém, para o fato de que Sérgio Buarque, imediatamente após a exposição do sentimento de desconcerto ou desacordo experienciado pelo brasileiro, sugere que as razões desse fenômeno devem ser investigadas; entretanto, essa investigação recai totalmente sobre as peculiaridades da sociedade brasileira. Em Schwarz o procedimento é diferente: depois da constatação da “disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu”, vem a preocupação de se relacionar o episódio brasileiro com o andamento do capitalismo, através do seu centro ou vertente européia.

liberalismo europeu. Entretanto, para Roberto Schwarz tal distância era produto do próprio desenvolvimento capitalista. Tal visão já pode ser constatada sem dúvida alguma pela leitura de “As idéias fora do lugar”, embora ela se apresente muito melhor definida a partir de seus ensaios da década de 80 e 90, tais como “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, “Um seminário de Marx”, “Fim de século”, e em seus livros *Um mestre na periferia do capitalismo* e *Duas meninas*.

Na perspectiva apresentada por esses textos, é através do desenvolvimento capitalista que se deve interpretar as peculiaridades brasileiras, a nossa malformação nacional. Note-se o passo, pois há uma inversão de posições: para Sérgio Buarque a inserção brasileira no quadro das nações desenvolvidas se realizaria mediante a resolução de problemas internos, cujas soluções poderiam ser conduzidas pelo poder político nacional. Para Roberto Schwarz o atraso brasileiro já é constitutivo e ao mesmo tempo produto do desenvolvimento capitalista mundial, constatação essa que recoloca a questão em outro âmbito, uma vez que não mais se trata de intervir internamente, já que o centro de decisão, neste caso, não pertence ao foro nacional.

Anotemos o alcance dessa posição, pois se “é certo que o ritmo e a sociabilidade tradicionais lançavam por sua vez uma luz crítica sobre as pautas do progresso econômico dito ‘normal’, criando a presunção de que nas condições brasileiras a sociedade moderna seria mais cordial e menos burguesa que noutras partes”, por outro lado, “com a distância no tempo e a ampliação da perspectiva, entretanto, essa mesma mescla sofre mais outra viravolta: deixa de funcionar como emblema nacional, para indicar um aspecto comum das industrializações retardatárias, passando a representar um traço característico da cena contemporânea tomada em seu conjunto”²¹⁵. Ou seja, Schwarz reconhece o avanço da posição de Sérgio Buarque, já que ela permitiu – talvez pela primeira vez no país, excetuando-se a literatura de Machado de Assis – o desmascaramento da falácia embutida no progresso econômico louvado pelo liberalismo, entretanto, anota que essa posição também encerrava em si a falácia de emblema nacional, não atentando para a cena contemporânea de que tanto a falácia quanto o emblema faziam parte.

²¹⁵ SCHWARZ, Roberto. “Fim de século”. In *Seqüências brasileiras*, p. 156-7.

Daqui igualmente advém a crítica à perspectiva provinciana das interpretações sócio-econômicas do Brasil que não cuidavam que nosso atraso já era decorrência da inserção do país na ordem planetária do capitalismo. Aliás, Schwarz é muito enfático a esse respeito: “fica claro quanto era estreita e provinciana a nossa idéia de modernização, para a qual o problema não estava na marcha do mundo, mas apenas em nossa posição relativa dentro dela”²¹⁶.

Isto posto, na perspectiva de Schwarz não se trata de adequar as instituições burguesas às formas de vida brasileiras. Estas já são o que são em virtude da posição ocupada pelo país na ordem capitalista mundial.

Para ele, o homem cordial, portanto, não seria mais que um constructo teórico em que não se consideram adequadamente todas as instâncias sócio-econômicas envolvidas e atuantes na malformação da nação brasileira. Daqui ele poder afirmar haver presunção ao se considerar que a sociedade brasileira forneceria ao mundo o modelo de uma sociedade ao mesmo tempo moderna e menos burguesa, em suma, mais humana, o que denotava uma certa ingenuidade, pois essa perspectiva pressupunha que aos brasileiros estavam abertas as possibilidades de organizar suas formas de vida do modo que melhor lhes conviesse e que o desconcerto ou sentimento de desterro nada mais era senão o resultado de uma certa incompetência de nossos governantes a que se ligavam os desejos de dominação e exploração por parte das elites e que, uma vez o povo possuindo o poder, estariam dadas as condições de intervenção política de modo a facilitar a aproximação entre as instituições burguesas e a vida brasileira não-racionalizada.

e) Um caso paradoxal: “a relativa pobreza também empurra em direção esclarecida”:

O título deste item foi retirado do ensaio “Outra Capitu”, integrante da obra *Duas meninas*, de Roberto Schwarz. Nele o autor procura analisar o livro *Minha vida de menina*, de Helena Morley, publicado pela primeira vez em 1942. Trata-se de um livro em forma de

²¹⁶ SCHWARZ, Roberto. “Fim de século”. In *Seqüências brasileiras*, p. 161.

diário, escrito por uma menina nos finais do século XIX²¹⁷, em Diamantina, bem à época de uma “involução relativa da econômica regional, que barrava o progresso burguês desimpedido, abrindo a brecha para um progresso de outra sorte” e, ao que tudo indica, um período de tateios e reacomodações sociais desencadeadas pelo processo de abolição ocorrido havia alguns poucos anos.

À primeira vista o título que lançamos não pode causar um certo estranhamento, pois afinal de contas parece não corresponder às análises anteriores de Schwarz que vimos procurando delinear. Mas a intenção foi justamente apontar esse paradoxo (não da obra, mas da realidade social). Além do mais, e aqui começam os motivos que nos levaram a fechar nosso trabalho com a apreciação deste ensaio, acreditamos que os elementos fornecidos pela análise de Schwarz a respeito do texto de Helena Morley ajudam a situar melhor tanto a sua leitura do desenvolvimento do capitalismo, quanto sua crítica às interpretações que apresentavam uma visão simpática do atraso social brasileiro. Há ainda algo mais na sua análise, pois Schwarz chega inclusive a dizer que “por um momento a regulação recíproca de paternalismo e propriedade privada pareceu capaz de superar a fratura na formação social brasileira. Há um testemunho nesta harmonia precária, pronta a se desmanchar ao primeiro arranco do progresso econômico, quando a incongruência social costumeira reclamará os seus direitos”²¹⁸. Enfim, essas duas observações, que fecham o referido ensaio, apresentam explicitamente o reconhecimento da possibilidade de uma formação nacional brasileira muito peculiar, mas que, enquanto estiver associada ao progresso econômico, será obstruída sistematicamente.

Vejamos então o caso mais detidamente. Após breves comentários de abertura nos quais Schwarz discorre sobre a autoria do livro e relata algumas possibilidades referentes à

²¹⁷ Não nos interessa aqui a polêmica existente a respeito da autoria ou não da obra por parte de Helena Morley. Na realidade, Alice Dayrell Caldeira Brant. Tenha ela sido reescrita por outra pessoa quando da época de sua publicação ou efetivamente sido composta nos anos finais do século XIX, esse é um dado secundário diante dos objetivos de nosso trabalho. Interessa-nos, pois, a análise que Roberto Schwarz faz da obra e as observações que dela extrai como forma de objeção às visões simpáticas do país, apresentadas por autores de “grande calibre”, visões estas cuja simpatia depende necessariamente da exclusão de aspectos importantes da realidade que certamente não contém nada de apreciável. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*, p. 144.

²¹⁸ SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*, p. 144.

data de sua composição, segue-se a análise propriamente literária da obra, onde nosso crítico vai anotando o alcance da prosa da menina, juntamente com as suas descrições do ambiente, seus relatos saborosos da vida não-administrada, e a sua visão de mundo. Todavia, da terceira parte em diante é que mais nos interessa o ensaio, pois é a partir dela que Schwarz busca as interconexões entre o material do diário e a realidade social em questão, o que favorece à compreensão e ao conhecimento recíprocos de ambos (conforme pudemos observar nos capítulos anteriores), e sem o que a parte literária tornar-se-ia oca e sem conteúdo (bem entendido, oca e sem conteúdo significam aqui sem referência social).

A investigação de Schwarz inicia-se portanto através de uma indagação: “como situar o mundo em que vive Helena, cuja humanidade salientamos? O país é e não é o mesmo [de antes ou depois daquele período]. Repisando nossa pergunta, a que atribuir então as divisões sociais abrandadas, com a sua dose de reversibilidade, o interesse mútuo muito vivo, a disposição questionadora, a inquietação moral em face da indiferença, que no contexto constituíam progresso em sentido forte?”²¹⁹.

A resposta é tão clara quanto a pergunta: “combinada à Abolição sem a qual o resto não seria possível, a outra causa de progresso terá sido a decadência econômica da região”²²⁰. Sem entrar muito nos pormenores da questão econômica, Schwarz anota apenas que, embora existam divergências interpretativas a respeito do caminho tomado pela economia mineira após a abolição e o fim do ciclo do ouro e das pedras preciosas, parece não haver grandes problemas em afirmar que a economia daquela região não integrava o eixo mais dinâmico da economia brasileira, que se redirecionara novamente para os produtos agrícolas de exportação. Deste modo, aquilo que de um lado significava estagnação ou até mesmo retrocesso econômico, de outro representava, segundo Schwarz, avanços consideráveis na forma de organização da sociedade: “num caso [retrocesso econômico], a ênfase está na perda de ligação com o mercado mundial de metais e pedras, a que correspondem o empobrecimento e a regressão da sociedade, que fica quase sem contato com a civilização. No outro [avanço social], o foco está no rearranjo e na expansão

²¹⁹ SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*, p. 73.

²²⁰ SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*, p. 73.

sui generis desta mesma sociedade, agora mais voltada para dentro, para os mercados locais e regionais, crescendo com menos desigualdade e mais ligada às necessidades elementares da população”²²¹.

Interessa, pois, agora entendermos o que seria este avanço na sociedade, o que caracterizaria aquilo que Schwarz chamara de “mudanças com ganho humano evidente”, que teria sido experimentado pela região de Diamantina e captado pelas anotações de Helena.

Com a involução do progresso econômico novas modalidades de relações sociais aos poucos foram se formando em substituição àquelas que não encontravam mais razão-de-ser; nesse processo, Schwarz assinala o desabsolutização do fetiche da riqueza e o desbloqueio do pensamento como ganho em humanidade, que, em sua perspectiva, não seria exagerado chamar de desalienação. Note-se o alcance desses dois aspectos, um mais ligado ao econômico, o outro, ao próprio modo de organizar e interpretar as demais instâncias da sociabilidade, liberando o pensamento do obscurantismo a que se prendia pelos preconceitos, ignorância, superstição, religião etc. Ambos teriam contribuído para uma reordenação, no plano econômico, das relações de classe, funcionando inclusive como fator de não-especialização do trabalho e de efêmera incorporação dos recém-libertos à estrutura sócio-econômica vigente na região, “além de favorecer os expedientes improvisados, em que as condições sociais são encaradas pelo ângulo do cálculo espontâneo das conveniências, inovador e sem fórmula fixa”²²². No âmbito do pensamento essas mudanças teriam aberto caminho à percepção, nada evidente, da porção de obscurantismo existente na superação mesma do obscurantismo, assim como possibilitava enxergar a repressão e a opressão de classe embutidas na posição dos ilustrados²²³.

²²¹ SCHWARZ, Roberto. *Dois meninas*, p. 74-5.

²²² SCHWARZ, Roberto. *Dois meninas*, p. 110. Sobre as demais informações contidas nesse parágrafo, p. 76 e segs.

²²³ Vale a pena transcrever a passagem em que Schwarz como que resume os aspectos que vimos apontando: “Com efeito, os assuntos habituais das Luzes ocupam lugar de destaque [na economia do livro]: aí estão a superstição e a carolice, o padre italiano fanático, as fumaças de grandeza, os ridículos e os malfeitos da autoridade absoluta, o preço dos preconceitos e da ignorância, a mania do sacrifício, e também a falta de higiene, o desgoverno da cidade, o ensino inadequado às condições locais, a hipocrisia no colégio de freiras

Ora, pensamos que não seria exagerado propor uma aproximação entre essas afirmações de Roberto Schwarz e as que vimos anteriormente de Antonio Candido em “Dialética da malandragem” e as de Sérgio Buarque de Holanda sobre o “homem cordial”, em *Raízes do Brasil*. Aliás, essa comparação de certo modo é realizada pelo próprio autor de *Duas meninas*, de quem tentaremos seguir os passos.

Note o leitor que os contemporâneos de Helena Morley, na interpretação de Schwarz, em decorrência da precária situação financeira a que praticamente todos estavam submetidos, agem de modo semelhante aos homens livres pobres estudados por Candido nas *Memórias de um sargento de milícias* e ao homem cordial descrito por Sérgio Buarque. As três caracterizações enfatizam os expedientes espontâneos, relativos às formas de afetividade e solidariedade, a que a situação econômica precária convocava e submetia aquela população. Outro ponto assinalado por Schwarz, o cálculo espontâneo das conveniências, inovador e sem fórmula fixa, é próprio das situações não integralmente racionalizadas, não administradas com vistas à eficiência burguesa, onde o imperativo que de algum modo o comanda parece estar ligado a afetividade a que a proximidade, o parentesco ou o compadrio imprimem nas relações não mediadas pela forma clássica da mercadoria. Portanto, nessas três obras mencionadas, parece haver, apesar das inúmeras variações, um balanceio entre a ordem e a desordem (mesmo que todos os três autores não aceitassem essa terminologia), que assim pode ser entendido através das diferentes modalidades de relações que os sujeitos mantêm entre si. Contudo, o que interessa é o reconhecimento de uma espécie de dispositivo, que, em funcionamento, torna-se o responsável pela suspensão dos limites precisos e fixos que permitiriam o julgamento da licitude ou não de determinadas ações, da sua moral ou imoralidade, da sua bondade ou

etc. A identificação do obscurantismo, em ambiente de província e partindo de uma criança em vias de descobrir dentro de si a faculdade crítica, naturalmente tem poesia. O melhor contudo vem numa linha menos ortodoxa. Prosseguindo na mesma inspiração, volta e meia Helena se ultrapassa e sai por completo do caminho batido, quando estende o movimento da crítica aos próprios resultados desta, preferindo o espírito à letra, o melhor, reconhecendo a freqüente parte de obscurantismo na superação do obscurantismo, ou ainda, a parte da repressão e da opressão de classe na conduta dos ilustrados. Essa virada estupenda, que desautomatiza a adesão ao progresso e aponta a brecha entre razão e avanços da civilização está no centro da independência de espírito que dá beleza ao livro.”, p. 77.

maldade etc. Lembremo-nos das palavras de Antonio Candido sobre o mundo sem culpa, onde o remorso não vigora, nem sequer existe, pois a avaliação das ações é feita segundo a sua eficácia. Nesse sentido, tomemos a título de comparação os episódios dos frangos e dos ovos, narrados por Helena e analisados por Schwarz: não importava a procedência do produto, se de doação de vizinho, de furto, de compra ou de própria criação²²⁴, o que contava era o almoço ou a janta na panela.

Outro aspecto destacado pela leitura de Schwarz e que nos chamou a atenção, mesmo sendo de menor importância que o episódio acima mencionado, apesar de ser sua decorrência, foi a percepção demonstrada por Helena a respeito do modo de vida que levava, concluindo que embora mais modesto que de alguns figurões da cidade, comportava uma série de vantagens sobre o deles: “ela não trocava uma [vida] pela outra, porque tem noção também exata do custo em alegria representado pela vida sedentária e cheia de regras”²²⁵. O leitor saberá avaliar se estamos equivocados, pois, para nós salta aos olhos a proximidade entre essa afirmação de Schwarz e a observação de Candido, segundo a qual Leonardo, depois de casado com Luízinha, se seguir o ritmo dos maridos da época, descera do hemisfério da ordem para o da desordem, onde lhe espera uma Vidinha ou outra equivalente, dando provas assim de que se os comportamentos por vezes obedecem a ordem convencional, as consciências lhe são indiferentes²²⁶. Ora, tanto Leonardo quanto

²²⁴ Sabemos muito bem que a forma de *Minha vida de menina* não guarda semelhanças com o romance de Manuel Antônio de Almeida, de onde Antonio Candido extraía a dialética da ordem e da desordem. Não é disso que se trata. O que estamos sugerindo é que a análise literária que Schwarz realizara do livro de Helena Morley acabou igualmente por fornecer aspectos preciosos das relações sociais daquela região nos finais do século XIX e que porventura são até *certo ponto* semelhantes – naquilo que diz respeito à pouca aderência às normas e leis – à descrição de Candido e Sérgio Buarque. Note-se a propósito a seguinte passagem, que não parece dever nada a “Dialética da malandragem” e às *Memórias de um sargento de milícias*: “o vaivém isento entre os pontos de vista leva a perguntar, por exemplo, mais na prática do que em consciência, se de fato é melhor, ou mais natural, criar galinhas do que procurar ovos no campo, ou pegá-los no quintal em frente, isto se não for mais adequado descrever de exclusivas. ‘Pecado? Pecado eu nasci sabendo que é furto e não poder carregar’, explica a boa e prestativa Maria Quitéria, justificando o frango ensopado na mesa”. SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*, p. 120.

²²⁵ SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*, p. 77.

²²⁶ CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In *O discurso e a cidade*, p. 41.

Helena possuem mecanismos para avaliar as vantagens de um ou outro meio, entretanto, se for possível a escolha, ela, em ambos os casos, parece que sempre recairá sobre o simpático mundo social brasileiro, avesso às tentativas de ordem e racionalização que ininterruptamente teimam em acozá-lo.

Porém, não é difícil de perceber que há também várias diferenças entre as três leituras da sociedade brasileira, com as quais vimos trabalhando. E, para nosso propósito, essas diferenças são muito importantes na medida em que nos ajudam a esclarecer melhor a perspectiva adotada por Roberto Schwarz quando da incorporação dos elementos das obras de Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda.

Voltando à *Minha vida de menina*, apesar de toda a simpatia com que Schwarz parece reconstruir o mundo que amparou as anotações da garota, sabemos que ele não esqueceu-se de salientar que a existência de fatores positivos na vida de Helena Morley e dos habitantes daquela região não eliminara os obstáculos aparentemente superados: “do ângulo coletivo, há mais realidade neles que em sua superação por um ou outro felizardo”²²⁷. Ou seja, mesmo considerando todo o avanço social permitido pelo retrocesso capitalista, aquele só foi possível por um pequeno lapso de tempo. Aqui reponta o paradoxo de que nos falava Schwarz, retrocesso econômico e empobrecimento relativo por um lado, avanço social e ganho humano por outro. Entretanto, não é possível esquecer, como aliás

²²⁷ SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*, p. 101. Como se sabe, *Duas meninas* é um livro composto de dois ensaios; o primeiro deles dedica-se à análise da personagem Capitu, do romance *Dom Casmurro*, livro de Machado de Assis. Por isso, na passagem que estamos citando, extraída do ensaio sobre o livro de Morley, Schwarz não deixa de fazer referência àquela personagem de Machado, ao equiparar os fatores positivos da vida de Helena e toda sua inteligência com o discernimento apresentado por Capitu. Todavia, o que o ensaio nos sugere é que apesar de todas as vitórias impostas por essas “duas meninas” ao obscurantismo e à estupidez, os obstáculos continuam no mesmo lugar, à espera da próxima vítima, fato este emblemático, pois desautoriza a visão romântica e liberal, cuja crença na aptidão do indivíduo como que se desmorona. Esse indivíduo, no Brasil, é contingente e nada pode efetivamente contra o andamento mundial do capitalismo. Essa lição Schwarz já a havia extraído inclusive da análise da obra de Machado de Assis, e embora o quadro social descrito por Helena fosse outro, os enclaves próprios à sociedade escravista subsistiam: “[...] uma vez que a sociedade assentada sobre a escravidão é comparativamente estática, o princípio da competição universal fica privado de significação dinâmica, e passa a expressar algo menos portentoso, da ordem da coincidência de todos na picuinha e no ciúme”. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 156. (Grifo HAR).

ele faz questão de nos lembrar, que essa situação era impraticável se levarmos em conta a marcha do mundo contemporâneo: “mesmo em Diamantina, tão fim-de-mundo e tão no centro de tudo, a colegial esclarecida fazia no seu íntimo a experiência das defasagens do mundo contemporâneo. Ainda que secundariamente, a realidade imediata destoava sobre o pano de fundo progressista e normativo da atualidade, entretanto pouco apoiado nas coisas, o qual por sua vez faz figura bárbara se a norma estiver sendo dada pela realidade próxima. [...] Assim, à distância, o novo padrão burguês pressionava e de certo modo condenava ao limbo um sistema de relações que ele não iria substituir tão cedo”²²⁸.

Essa citação nos permite dar mais um passo na apresentação da análise de Schwarz sobre *Minha vida de menina*. Se há nessa análise uma certa simpatia – como sugerimos mais acima que há – pelo mundo que desponta da narrativa da garota, e se esta simpatia, de certo modo, pode ser legitimamente aproximada das mencionadas análises de Antonio Candido e Sérgio Buarque, como acreditamos ter realizado, resta agora explicitar as divergências existentes entre os três autores naquilo que se refere à interpretação dessa especificidade social, isto é, a estruturação não racionalizada de uma parcela da sociedade, levando-se em conta que ela tem de ser entendida em vista da situação histórica mais ampla da qual participa, isto é, da atualidade a que está ligada pela dinâmica contemporânea do capital.

Com efeito, a identificação do avanço social e do ganho humano da região de Diamantina, derivados, segundo Schwarz, do retrocesso econômico, somente podem ser interpretados como fatos positivos a partir de um ponto de vista muito peculiar e talvez efêmero. Expliquemo-nos melhor. Roberto Schwarz enfatiza as vantagens sociais auferidas pela população daquela região descrita pelas anotações de Helena Morley e, como já vimos, elas decorreriam das circunstâncias econômicas pouco favoráveis naquele momento àquela parte do país. Essa situação acabara por permitir ou obrigar que a população encontrasse ou reabilitasse formas de sociabilidade que não correspondiam diretamente às formas de estruturação de uma sociedade burguesa, concorrendo assim para uma aproximação maior das pessoas, possibilitando um estreitamento de laços de solidariedade e uma menor

²²⁸ SCHWARZ, Roberto. *Dois meninas*, p. 124.

racionalização das relações, já que estas não se baseariam estritamente numa lógica monetária. Esses expedientes apresentavam-se, contudo, como uma tentativa de solucionar ou ao menos amenizar os impasses e problemas do cotidiano, inclusive aqueles mais imediatos e relevantes, como a subsistência.

Foi, portanto, nesse processo que teriam se formado situações de caráter humano mais vantajoso, elogiadas por Schwarz, quando comparadas com o modelo de sociedade burguesa. Mas, conforme nosso crítico destaca, a sociabilidade despontada naquela região de Minas Gerais não pode ser analisada somente a partir dessa perspectiva simpática, que realça os benefícios sociais angariados mediante o alargamento da distância entre aquela região e a civilização burguesa. Isso seria ilusório, uma vez que não contempla todo o quadro que coordena as forças que ali atuam. Portanto, o caso tem de ser avaliado sobre o pano de fundo do desenvolvimento capitalista moderno e, talvez por esta perspectiva, surja uma interpretação não muito simpática.

Já explicamos no capítulo anterior que o procedimento metodológico assumido por Schwarz sugere que para o entendimento correto da situação econômico-social de um determinado país ou de uma região o elemento estudado deve ser incluído na dinâmica que coordena todo o sistema capitalista, afim de que se destaque a sua posição, o seu papel e o seu próprio funcionamento enquanto parte integrante de um todo. Ora, a própria compreensão das causas dos avanços sociais de Diamantina passou primeiramente pela consideração do papel que a região jogava no cenário econômico nacional. Foi assim que vimos Schwarz descrever como ela sofrera com o fim do ciclo do ouro e das pedras preciosas e não participara de modo intenso da vanguarda econômica brasileira daquela época – latifúndio produtor de café com mão-de-obra semi-servil – que, em todo caso era regulada pela dinâmica do mercado externo²²⁹. Ou seja, as causas do regresso econômico

²²⁹ Apesar de não se constituir como um ponto central em nossa argumentação, é importante salientar – em virtude das enormes divergências interpretativas – que para uma parte da historiografia o Brasil detinha mecanismos que possibilitavam controlar a dinâmica sócio-econômica nacional, especialmente quando o principal produto da pauta de exportação brasileira era o café, pois a partir de então contava com o poder de um Estado Nacional constituído. Essa tese sustenta ainda que os fatores externos obviamente influenciavam a economia brasileira, porém somente em última instância, pois em primeira instância eram os fatores internos

daquela região foram formulados por Schwarz na ótica do andamento internacional do capital, o que, numa leitura coerente, como é a sua, requer que se avalie aqueles avanços sociais e humanos identificados nessa mesma perspectiva.

Foi com efeito o que se sucedeu, como pudemos constatar pelas citações. E vimos também que ao analisar o caso de Diamantina através da dinâmica do capitalismo mundial, Schwarz salientou a sua posição nada cômoda, uma vez que ela se devia a uma conjunção de fatores extrínsecos. Embora o padrão burguês progressista, enquanto estrutura normativa das formas de vida, pressionasse no sentido de mudanças, ele ao mesmo tempo não possibilitava as condições para tal, condenando a região ao limbo. Onde o caráter avançado das formas de relação não-burguesas serem impraticáveis diante da marcha do mundo, e inviabilizadas pela incapacidade de se alastrar em dimensões consideráveis.

Daqui desponta mais claramente a diferença entre a posição de Schwarz e de Antonio Candido e Sérgio Buarque, pois estes ao destacarem as peculiaridades do brasileiro o teriam feito de modo incompleto, já que uma vez identificadas, essas peculiaridades deveriam ser avaliadas na relação que elas estabelecem com a dinâmica econômica mundial, responsável – na perspectiva de Schwarz – pela própria peculiaridade de nossa malformação nacional. Saliente-se o procedimento. Para Roberto Schwarz as especificidades atribuídas por Antonio Candido e Sérgio Buarque ao brasileiro devem ser entendidas como produto da dinâmica capitalista e do papel nela desempenhado (ou imposto ao) pelo Brasil. A partir do que, o passo seguinte consistiria em inserir esse homem cordial ou o mundo da desordem na lógica capitalista e procurar investigar sua viabilidade, seu destino, e mais que tudo sua função.

Estes talvez não sejam nada promissores quando compreendidos em tal perspectiva, pois pode nos lançar aos olhos que por trás da sociabilidade amável, da proximidade afetiva, da espontaneidade residam formas de dominação interessadas inclusive na efetiva manutenção de todos esses aspectos aparentemente mais humanos quando comparados com aquilo que a sociabilidade burguesa poderia oferecer. Entretanto, conforme Roberto Schwarz enfatiza em quase todos seus ensaios sobre o tema, é necessário considerar a

que determinavam o andamento do processo. Ver a respeito MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*, especialmente p. 52.

perversidade que se esconde nesses atributos tão agradáveis da sociedade brasileira e pensar até que ponto eles não são igualmente responsáveis pela barbárie a qual integram.

À GUISA DE CONCLUSÃO:

Em decorrência da própria forma expositiva de nossa Dissertação, não caberia como desfecho mais um capítulo conclusivo. Acreditamos que ao longo de nossa exposição conseguimos dar o devido encaminhamento às questões levantadas na Introdução, assim como procuramos apresentar algumas sugestões interpretativas sobre um ou outro problema que se apresentou à nossa frente, mesmo que esse não se configurasse como central em nossa argumentação.

Para além das questões de método expositivo, preferimos deliberadamente evitar uma conclusão, o que não significa que nosso trabalho não apresentou os resultados aos quais as pesquisas nos conduziram. Evitamos apenas não apresentar um capítulo conclusivo, pois não gostaríamos de sugerir a idéia de que abraçamos a interpretação deste ou daquele autor tratado em nossa Dissertação. Aproveitando a oportunidade que um Mestrado nos oferece para acumular conhecimentos e afinar nosso diapasão crítico, sem ter necessariamente de chancelar a interpretação de um ou outro autor, uma ou outra teoria – o que não significa em hipótese alguma abrir mão do rigor e da profundidade nos estudos –, foi que optamos por uma exposição que contivesse todos os resultados a que chegamos através da pesquisa, mas que entretanto não nos obrigasse a acatar a verdade desta ou daquela interpretação.

Foi assim que apresentamos a leitura que Roberto Schwarz fizera das obras de Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, esforçando-nos em destacar os elementos que ele incorporara de seus predecessores e aqueles que recusara ao montar a sua própria interpretação sociológica. Procuramos desenvolver a pesquisa e a exposição com o máximo de rigor possível, atentando para as especificidades de cada obra, para a forma como um autor interpretava a obra do outro e sobretudo prestando extrema atenção para as sutis alterações que os textos aos poucos iam inscrevendo na tradição do pensamento social brasileiro.

Todavia, e esse é o ponto que queremos frisar, não nos posicionamos a favor de nenhuma dessas interpretações. Essa posição que antes poderia sugerir uma espécie de vacilo teórico ou, pior, uma incapacidade para avaliar os elementos apresentados nas

referidas interpretações e, conseqüentemente, a impossibilidade de optar por uma delas, é por nós entendido como paciência ou prudência diante do momento de inflexão por que passam nossas pesquisas históricas.

Aliás, não é sem outro motivo que Roberto Schwarz diz em “Um seminário de Marx”²³⁰ que faltou ao grupo do Capital algo como as *Minima moralia*, de Theodor Adorno, ou seja, faltou uma obra que mostrasse o modo pelo qual o capitalismo enformou a natureza da sociedade brasileira, mesmo que essa forma esteja salpicada de excentricidades remanescentes do período colonial. Vemos então que, mesmo após toda a crítica desenvolvida contra as interpretações que insistem em sugerir que as peculiaridades sociais brasileiras apresentam-se de algum modo como uma alternativa à vida racionalizada da sociedade burguesa, Schwarz reconhece que ainda muito se há por fazer para uma boa compreensão da dinâmica que rege a inserção brasileira nos desdobramentos que o sistema capitalista vai produzindo.

Por outro lado, conforme fizemos referência em alguns momentos de nosso trabalho, também não está claro sociológica nem economicamente para a tradição intelectual brasileira a maneira pela qual o Brasil responde nem se tem condições de responder às determinações de todos os tipos que recebe do centro dinâmico do capitalismo.

Enfim, pensamos que esses são motivos acadêmicos fortes o suficiente para explicar nosso procedimento, e que uma postura diversa, que optasse por uma delas, esta sim, implicaria na aceitação de interpretações às quais, pelo atual estágio das investigações dessas questões, seria muito difícil de formular respostas consistentes.

²³⁰ SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In *Seqüências brasileiras*, p. 104.

BIBLIOGRAFIA:

- ADORNO, Theodor W. *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986. [Coleção Grandes Cientistas Sociais, 56].
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. *Revue Française d’histoire d’outre-mer*. Paris, v. LXVI, n. 244-245, 1979.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In D’INCÃO, Maria A.; SCARABOTOLLO, Eloísa F. (Orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida*. Ensaio sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 1992.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. 2ª ed. Lisboa: Teorema, 1986.
- CANDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In CANDIDO, Antonio (org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In *O discurso e a cidade*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- CANDIDO, Antonio. “Feitos da burguesia”. In *Discurso*. Revista do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, n. 11, 1980.
- CANDIDO, Antonio. “Forças conservadoras contra forças demagógicas”. In *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. [Originalmente publicado em *Folha socialista*, n.7, São Paulo, 12/5/1948].

- CANDIDO, Antonio. “Lembrança de Sérgio”. In Mais! *Folha de S. Paulo*, 14/03/2004.
- CANDIDO, Antonio. “O significado de Raízes do Brasil”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19ª ed. Rio de Janeiro, 1987.
- CANDIDO, Antonio. “*Post-scriptum*”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”. In *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8. São Paulo: jan./abr., 1990.
- CANDIDO, Antonio. “Sérgio em Berlim e depois”. In BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- CANDIDO, Antonio. “Sérgio, o radical”. In *SÉRGIO Buarque de Holanda*. Vida e obra. São Paulo: Arquivo do Estado: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. 9ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. [Coleção reconquista do Brasil. Vol. 177-178].
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

- DANTAS, Vinicius. *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As idéias estão no lugar”. In *Cadernos de Debate*. História do Brasil, n.1. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Entrevista de Sérgio Buarque de Holanda. In *Novos Estudos Cebrap*, n. 69. São Paulo: jul. 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19ª ed. Rio de Janeiro, 1987. [Coleção Documentos Brasileiros, 1].
- JACKSON, Luiz Carlos. “A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, out. 2001.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LUKÁCS, Georg. *Brève histoire de la littérature allemande*. (Du XVIII^e siècle a nos jours). Paris: Nagel, 1949.
- LUKÁCS, Georg. *Le roman historique*. Paris: Payot & Rivages, 2000.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro*. Aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

- NOBRE, Marcos; Rego, José M. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- NOVAIS, Fernando A. “Caio Prado Jr. historiador”. In *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 2. São Paulo: 1983.
- NOVAIS, Fernando A. “Escravidão: uma façanha do capital mercantil”. In *Cadernos de Debate*. História do Brasil, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”. In MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 16ª ed. São Paulo: Bertrand, 1987.
- NOVAIS, Fernando A. “Passagens para o novo mundo”. In *Novos Estudos Cebrap*, n. 9. São Paulo: jul. 1984.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos*. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- ROUANET, Sérgio Paulo. “Contribuição para a dialética da volubilidade”. In *Revista USP*, n. 9, 1991.
- SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 3, 1973.
- SCHWARZ, Roberto. “Criando o romance brasileiro”. In *Argumento*. Revista Mensal de Cultura, v. 1, n. 4. Rio de Janeiro: fev. 1974.
- SCHWARZ, Roberto. “Dépendance nationale, déplacement d'idéologies, littérature – Sur la culture brésilienne au XIXème siècle”. In *L'Homme et la société*. Revue Internationale de recherches et de synthèses sociologiques, n. 26. Paris: 1972.

- SCHWARZ, Roberto. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1979.
- SCHWARZ, Roberto. “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29. São Paulo: mar. 1991.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SCHWARZ, Roberto. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras*. Ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil – 1500/1820*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. História, organização, psicologia. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. [Coleção Brasileira, 8].
- WAIZBORT, Leopoldo. “Influências e invenção na sociologia brasileira: desiguais porém combinados”. In MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. 1970-2002. v. IV. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.